



URI

SÃO LUIZ  
GONZAGA

RICADI

Revista  
Interdisciplinar

Contabilidade, Administração e Direito



**RICADI**



**Revista**  
Interdisciplinar

**Contabilidade, Administração e**  
**Direito**

**Vol. 1**

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS  
MISSÕES**

**Reitor**

Luiz Mario Silveira Spinelli

**Pró-Reitor de Ensino**

Arnaldo Nogaro

**Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação**

Giovani Palma Bastos

**Pró-Reitor de Administração**

Nestor Henrique de Cesaro

**Diretor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas**

Osmar Antonio Bonzanini

**Diretora Geral – São Luiz Gonzaga**

Dinara Bortoli Tomasi

**Coordenador do Curso de Ciências Contábeis – São Luiz Gonzaga**

Cirino Calistrato Rebello

**Coordenador do Curso de Administração - São Luiz Gonzaga**

Revis Catiano Feijó Moura

**Coordenadora do Curso de Direito – São Luiz Gonzaga**

Cristiane Menna Barreto Azambuja

**Equipe editorial**

Cristiane Menna Barreto Azambuja

Roberto Carlos Dalongaro

**Conselho científico nacional e internacional**

Jorge Guillermo Odriozola

Juliana Bedin Grandó

Lurdes Marlene Seide Froemming

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth

Vando Knob Hartmann

Volnei José Righi

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – São  
Luiz Gonzaga

José Bonifácio, 3149. CEP 97800-000.

São Luiz Gonzaga – RS

Tel: (55) 3352-8150. Site: <http://urisaoluiz.com.br/site/>

**RICADI**



**Revista**  
Interdisciplinar

**Contabilidade, Administração e  
Direito**

**Vol. 1**

## Apresentação

A URI – São Luiz Gonzaga, instituição cuja razão de ser está na prestação de serviços de qualidade à sociedade, lança a **Revista Interdisciplinar Contabilidade, Administração e Direito** – RICADI, nossa primeira publicação acadêmica, com periodicidade semestral.

A RICADI visa à excelência na produção, sistematização e democratização do conhecimento e, por ser uma revista no formato virtual, permite que o acesso esteja ao alcance de todos que buscam conhecer o novo e se constituírem melhores pelas interações que estabelecem consigo, com os outros e com o ambiente.

A nossa Universidade, além de ser Comunitária, é caracterizada pela aproximação e integração entre os colegiados dos Cursos, prova disso é a materialização desse canal de divulgação de pesquisas realizadas por profissionais que integram o Departamento de Ciências Sociais Aplicadas.

Nesta primeira edição, constam dez artigos escritos por professores dos Cursos Ciências Contábeis, Administração e Direito que atuam na URI – São Luiz Gonzaga e um artigo apresentado por professor da UNNE - *Universidad Nacional del Nordeste*. Para as próximas edições, a revista também estará aberta para receber produções acadêmicas desenvolvidas por alunos desses Cursos.

Parabéns professores pela iniciativa relevante de permitir um espaço para a articulação de conhecimentos e de saberes. Vocês estão no caminho certo, no caminho da tão almejada formação interdisciplinar que os tempos modernos exigem.

Dinara Bortoli Tomasi  
Diretora-Geral

### **Palavra da Equipe editorial**

Nos dias atuais, cada vez mais é latente a demanda pela formação acadêmica, científica e profissional.

Com o propósito de incentivar a pesquisa científica e a geração de conhecimento, a Revista Interdisciplinar Contabilidade, Administração e Direito da URI – São Luiz Gonzaga - vem contribuir para o meio acadêmico e científico, através do lançamento da sua primeira edição com onze artigos inéditos, escritos por pesquisadores comprometidos com a ciência e a disseminação do conhecimento.

A Revista conta com três artigos advindos de temáticas afeitas ao Curso de Ciências Contábeis, três artigos oriundos de temas relacionados ao Curso de Administração e quatro artigos provenientes de questões de interesse do Curso de Direito. Além disso, de modo a coroar essa primeira edição, a Revista possui, ainda, um artigo internacional.

A equipe editorial da Revista agradece o empenho e a contribuição de todos os envolvidos no processo de construção da primeira edição da RICADI, almejando que esse seja o primeiro passo para a sua consolidação como uma Revista Científica.

Um fraterno abraço a todos,  
Equipe editorial - RICADI

## Sumário

<b>CONTABILIDADE.....</b>	<b>8</b>
1. Notas explicativas: um complemento às demonstrações contábeis - <i>Cirino Calistrato Rebello.....</i>	8
2. Comparativo analítico dos demonstrativos contábeis da dupla GRE-NAL: uma rivalidade que ultrapassa as quatro linhas - <i>Roberto Carlos Dalongaro, Karine Rhoden da Veiga e Márcio de Moura Reolon.....</i>	18
3. Ações estratégicas para previdência privada nas instituições financeiras das localidades de Caibaté e Ijuí - <i>Vando Knob Hartmann, Guilherme Batista e Daniel Knebel Baggio.....</i>	34
<b>ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>50</b>
1. O comportamento ético e a sua importância nas organizações contemporâneas - <i>Luiz Lorimar Lucca, Alceu de Oliveira Lopes, Roberto Carlos Dalongaro e Aline Mendes Moellmann.....</i>	50
2. Proposição de diretrizes estratégicas para captação de empresas para parques tecnológicos - <i>Amanda Antonello Giuliani.....</i>	64
3. Liderança como inserção cultural: estudo de caso com os colaboradores de um hotel na região das Missões - <i>Estela Steinke e Jéssica Thaise Baumgarten.....</i>	79
<b>DIREITO.....</b>	<b>91</b>
1. O contexto e a estratégia de um educador filosófico brasileiro - <i>Ireneu Aloisio Schmidt.....</i>	91
2. Refugiados: a proteção jurídica brasileira e a limitação da cidadania destes - <i>João Victor Magalhães Mousquer e Tathiele Silva Schultz.....</i>	112
3. A política sanitária na República Velha e a Revolta da Vacina - <i>Cristiane Menna Barreto Azambuja.....</i>	128

4. Políticas públicas e direitos fundamentais: uma relação necessária para o desenvolvimento saudável da sociedade - <i>Juliana Bedin Grando e Janaína Machado Sturza</i> .....	150
<b>ARTIGO INTERNACIONAL</b> .....	<b>170</b>
1. Caracterización del mercado de adultos mayores de la ciudad de resistência, Argentina - <i>Jorge Guillermo Odrizola e Maria Gabriela Latorre</i> .....	170



## NOTAS EXPLICATIVAS: UM COMPLEMENTO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Cirino Calistrato Rebello<sup>1</sup>

### RESUMO

As Demonstrações Contábeis, pela sua essência, são um instrumento de gestão. A consolidação das normas internacionais atualizou as demonstrações contábeis em nível global. Além dos números do Ativo e Passivo, os usuários necessitam de informações, e, nessa busca, ressalta-se a importância do Relatório da Administração e das Notas Explicativas, com informações precisas e consistentes. As Notas Explicativas são obrigatórias nos Balanços Patrimoniais, não existem limites sobre sua aplicação, quando os elementos componentes do Ativo e do Passivo comportarem esclarecimentos, pode ser emitida uma nota explicativa sobre tais elementos, aumentando a confiabilidade e a transparência do Balanço Patrimonial. O desafio da contabilidade é prestar informações confiáveis aos seus usuários, o contabilista poderá valer-se das Notas explicativas para demonstrar quais métodos, critérios e preceitos legais foram utilizados na elaboração das demonstrações do exercício. A essência das Notas explicativas está em explicar e fornecer esclarecimentos sobre a sua composição. Temos no Brasil várias legislações a serem observadas sobre as Notas Explicativas de Balanços Patrimoniais. A utilização das Notas explicativas possibilita ao contabilista adicionar às Demonstrações Contábeis uma quantidade expressiva de informações, enriquecendo seu trabalho e possibilitando maior transparência para a utilização da contabilidade pelos usuários.

**Palavras-chave:** Notas Explicativas, Demonstrações Contábeis. Confiabilidade. Transparência.

### ABSTRACT

The accounting statements, by its essence, is a management tool. With the consolidation of international standards, updated the financial statements at a global level. In addition to the numbers of Active and Passive, users need information, and in this search, the importance of the Management Report and the Explanatory Notes is highlighted, with accurate and consistent information. The Explanatory Notes are mandatory in the Balance Sheets, there are no limits on their application, when the component elements of the Active and Passive admit explanations, an explanatory note may be issued on such elements, increasing the reliability and transparency of the Balance Sheet. The challenge of accounting is to provide reliable information to its users, the accountant may rely on the Explanatory Notes to demonstrate which legal methods, criteria and precepts were used in the elaboration of the financial

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração. Graduado em Ciências Contábeis. Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da URI SLG. E-mail: cirino@saoluiz.uri.edu.br

statements. The essence of the Explanatory Notes is in explaining and provide clarification on its composition. We have in Brazil several legislation to be observed about the Explanatory Notes of Balance Sheet. The use of the Explanatory Notes enables the accountant to add to the Financial Statements an expressive amount of information, enriching its work and allowing greater transparency for the use of accounting by the users.

**Keywords:** Explanatory Notes, Financial Statements. Reliability. Transparency.

## 1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

As Demonstrações Contábeis, pela sua essência, são um grande instrumento que poderá servir de ferramenta para a tomada de decisões dos investidores e gestores. Com a inclusão das tecnologias da informática, utilizadas para a elaboração dessas demonstrações, aumentaram muito as possibilidades de utilização da contabilidade como instrumento de gestão. Aliada também à atualização das demonstrações contábeis, foi a consolidação das normas internacionais provocando melhorias nas demonstrações contábeis, o que atualizou as demonstrações contábeis em nível mundial. Além dos gestores das empresas, os investidores necessitam de informações que vão além dos valores do Ativo e do Passivo dos Balanços Patrimoniais, nessa busca por informações, ressalta-se a importância que devemos atribuir às demonstrações Contábeis, com um Relatório da Administração e com as Notas Explicativas, bem consistentes e com informações precisas. Isso posto, entende-se que as Notas Explicativas merecem um estudo sobre sua aplicação como complemento às informações dos balanços patrimoniais das empresas. Ressalta-se também, um grande avanço na questão da transparência de um grande número de informações das Demonstrações Contábeis.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Fundamentos legais aplicáveis

A Contabilidade é desafiada pela evidenciação dos fatos, sendo um desses desafios o dimensionamento da quantidade e da qualidade das informações das Demonstrações Contábeis para atender à necessidade de informações, principalmente para os usuários externos.

As Notas Explicativas são obrigatórias nos Balanços Patrimoniais, mas não existem limites sobre a sua aplicação, então cada vez que os elementos componentes do Ativo e do Passivo comportarem esclarecimentos adicionais podemos emitir uma nota explicativa sobre tais elementos, e com isso aumentar a confiabilidade e a transparência do Balanço Patrimonial.

Uma contabilidade bem estruturada, seguindo as normas impostas pela *International Accounting Standards Board* - IASB, através da *International Financial Reporting Standards* – IFRS, um conjunto de normas contábeis a nível mundial, que estabeleceu alguns demonstrativos a serem seguidos na elaboração das demonstrações contábeis, padronizou a forma de elaboração e apresentação dessas demonstrações.

Sendo uma das funções da contabilidade, prestar informações aos seus usuários, o contabilista deve atentar para aprimorar os dados do Balanço Patrimonial, agregando informações através do Relatório da Administração, ajudando o administrador com sugestões e estratégias para a confecção e elaboração desse relatório e enriquecendo de forma significativa as informações apresentadas no Balanço Patrimonial, através das Notas Explicativas. Os dados quantitativos poderão ser um exemplo daquilo que o investidor irá procurar fora dos números apresentados no Ativo e no Passivo no Balanço Patrimonial. Um dos grandes desafios da contabilidade é prestar informações confiáveis aos seus usuários, principalmente aos usuários externos representados pelos investidores, fornecedores e instituições de crédito e financiamentos. Assim, o contabilista poderá valer-se das Notas explicativas para esclarecer e demonstrar quais métodos, critérios e preceitos legais foram utilizados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício a ser apresentado. Também as Notas explicativas poderão ser um instrumento para tornar o balanço patrimonial um exemplo de transparência dos componentes patrimoniais da empresa. Segundo Ribeiro (2013, p.327) “As notas explicativas são esclarecimentos que visam a complementar as demonstrações contábeis e informar os critérios utilizados pela empresa”. Sobre esse assunto, o parágrafo 4º do art.176 da Lei das Sociedades por Ações, estabelece que “as demonstrações serão complementadas por Notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”, verifica-se

que a lei mencionou a possibilidade de várias informações, principalmente quando cita “outros quadros”.

Esses esclarecimentos podem ser apresentados em forma de Quadros, Tabelas, Gráficos, etc. A legislação não estabelece um critério sobre a forma de apresentação, portanto, pode ser utilizado na apresentação aquele que for mais adequado para a transparência das informações e o melhor entendimento dos usuários das Demonstrações Contábeis. A essência das Notas explicativas está em explicar, através dos aplicativos acima citados, os números apresentados na elaboração das demonstrações contábeis que necessitam esclarecimentos sobre a sua composição. Temos, no Brasil, várias legislações a serem observadas sobre as Notas Explicativas de Balanços Patrimoniais, as quais citaremos algumas a seguir, sem esgotar o assunto. A Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/2007; Lei 11.941/09, que é a base principal da origem das Notas Explicativas que foram corroboradas e ampliadas pelas Notas, Normas, Princípios e Pronunciamento Técnico, formando um conjunto de exigências legais sobre as Notas Explicativas.

As Notas Explicativas, segundo a Lei 6.404/76, devem ser publicadas conforme está previsto no parágrafo quarto do art.176, o qual estabelece que “as demonstrações contábeis serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”. Isso evidencia que todas as informações sobre as demonstrações contábeis são partes integrantes das Notas Explicativas. Sendo a evidenciação dos fatos os objetivos da Contabilidade de maneira que garanta aos usuários informações completas, transparentes e confiáveis, essas informações poderão integrar as Notas Explicativas. Ainda sobre o art.176, menciona as bases gerais que as Notas explicativas a serem inclusas nas demonstrações, a seguir descritas:

- I - apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;
- II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma parte das demonstrações financeiras;
- III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e
- IV – indicar:

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortizações e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização dos elementos do ativo;
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art.247, parágrafo único);
- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art.182, parágrafo 3º);
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores (art.186, parágrafo 1º);
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Ainda outras informações relevantes podem ser objeto das Notas Explicativas, como mudanças de critérios contábeis, Investimentos, Reavaliações, Empréstimos e Financiamentos, Seguros, Variações Cambiais etc.

Outra fonte de exigências sobre as Notas Explicativas são as Notas recomendadas pelo CPC, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovada pela deliberação CVM número 676/11 e pela Resolução CFC número 1.376/11, que determinam exigências aos profissionais de contabilidade das entidades não sujeitas a alguma regulação contábil específica, dispõe que as notas explicativas devem:

Apresentar informações acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas;

Divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis; e

Prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.

Esclarece ainda que as notas devem ser apresentadas de maneira sistemática, fazendo sempre referência aos itens das demonstrações contábeis quando aplicáveis.

O Conselho Federal de Contabilidade, na norma NBC T-6, subitem 6.2, aprovada pela Resolução número 737/92, também já dispunha sobre o conteúdo das Notas Explicativas. Entre outros pontos, já contemplados anteriormente, aborda,

além da ordem de apresentação das notas, que se deve seguir a observada nas demonstrações contábeis, tanto para os agrupamentos quanto para as contas que os compõem, a necessidade de os dados permitirem comparações com os períodos anteriores, não se limitando apenas às demonstrações contábeis, mas aplicando-se também à composição das contas, como estoques, Imobilizado, entre outras, detalhadas em Notas explicativas.

Conforme o CPC 26, as notas explicativas devem ser apresentadas na seguinte ordem, tendo em vista auxiliar os usuários a compreender as demonstrações contábeis e a compará-las com as demonstrações de outras entidades:

- a) declaração de conformidade com os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- b) resumo das políticas contábeis significativas aplicadas;
- c) informações de suporte de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas; e
- d) outras divulgações, podendo incluir: (I) passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos; e (II) divulgações não financeiras.

A amplitude das Notas Explicativas também pode ser constatada pelas exigências da Comissão de Valores Mobiliários, que combinando com o parágrafo 3º do art. 177 da Lei 6.404/76, apresenta exigências sobre a divulgação de diversos assuntos relevantes para o melhor entendimento das demonstrações contábeis, as quais apresenta-se alguns itens aleatoriamente a seguir considerados importantes:

- capacidade ociosa;
- continuidade normal dos negócios;
- evento subsequente;
- programa de recuperação fiscal (REFIS);
- vendas ou serviços a realizar.

Sobre a capacidade ociosa, poderão ser informados os dados sobre qual nível de produção a empresa está operando, isso vai assegurar ao usuário das informações uma segurança de que a empresa está operando conforme o planejamento normal (dentro da capacidade de produção), ou, se existe ociosidade na produção (operando abaixo da capacidade de produção). Essas informações são

muito relevantes porque permitem aos usuários saber a real situação, em termos de produção, ou sobre a necessidade de novos investimentos para aumentar essa capacidade, ser for o caso. Outra informação importante nesse sentido é informar sobre os turnos de trabalho, isto é, se a empresa opera em turno normal ou ininterruptamente (24 horas). Dependendo da situação isso terá reflexos nas despesas e custos com depreciação, que poderão variar até 100%.

A continuidade normal dos negócios é uma informação muito importante, principalmente para os investidores, os quais poderão aumentar sua segurança na hora de fazer um investimento, essa informação pode ser decisiva para o usuário, ele poderá vislumbrar um futuro promissor para a empresa. Investidores geralmente fazem pesquisas utilizando-se das Demonstrações Financeiras de empresas, seguramente nessa pesquisa estará contemplada as Notas Explicativas, como fonte de informações.

Os eventos subsequentes são itens importantes a serem descritos em Nota Explicativa, quando houver fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício, que tenham efeitos relevantes sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa, ou efeitos sobre os Resultados Futuros. Destacam-se alguns eventos subsequentes de efeitos relevantes como:

a) ocorrência de um sinistro por incêndio ou por inundação nas dependências da empresa, ocorridos posteriormente à data do Balanço, mas antes de sua publicação;

b) processo em andamento na justiça, fato que deverá ser mencionado em nota, bem como os seus possíveis efeitos;

c) alteração na legislação fiscal que possa trazer reflexos significativos, favoráveis ou desfavoráveis, para a empresa;

d) negociações em andamento;

e) venda do controle acionário ou de parcela significativa das ações da empresa;

f) variações nas taxas de câmbio, informando seus reflexos nas demonstrações contábeis, indicando: I) composição das obrigações em moeda estrangeira; II) variação da moeda estrangeira objeto do contrato, em relação a moeda nacional; III) variação dos principais indexadores aplicados nos contratos nacionais, para fins de comparação com a variação cambial do mesmo período.

Essa nota deve servir para explicar a natureza, e os reflexos que os eventos poderão trazer para a empresa. Esses reflexos podem ser positivos ou negativos.

Informações sobre o programa de recuperação fiscal (REFIS) são muito relevantes, porque estão vinculadas à capacidade de pagamento das obrigações da empresa, por isso, podem ser justificadas nesta nota, se o prazo de pagamento desse compromisso está de acordo com a sua capacidade financeira para amortizar o valor correspondente às parcelas dessa obrigação, justificando o motivo que deu origem ao referido débito e a vantagem sobre o alongamento do prazo para pagamento das parcelas correspondentes.

As vendas ou serviços a realizar são outra fonte de informações, que, conforme o nível de importância, poderá trazer futuros lucros ou prejuízos. Assim, deve conter informações esclarecedoras dessa situação, permitindo ao usuário, pela leitura dos fatos, chegar a uma conclusão.

## **2.2 Mudança de critério contábil**

Sobre esse assunto, o art.177 da Lei 6.404/76, observa que a empresa deve seguir métodos e critérios contábeis uniformes ao longo do tempo. Porém, isso não impede que sejam feitas alterações de critérios, principalmente quando o novo critério for refletir melhor a situação patrimonial da empresa. A esse respeito o parágrafo 1º do mesmo artigo estabelece que devem ser indicados em Notas Explicativas os efeitos causados dessa mudança de critério.

Recomenda-se que o aprofundamento dessas questões sobre as Notas Explicativas, pode ser feito com a leitura dos art. 176,177,182, 1243, 247 da Lei 6.404/76, Pronunciamento Técnico CPC 02(R2), 03(R2), 26(R1), deliberação CVM número 636/10, 640/10, 641/10, 676/11, Resolução CFC número 1.199/09, 1.287/10, 1.295/10, 1.376/11, etc.

A utilização ampla das Notas explicativas possibilita ao contabilista adicionar às Demonstrações Contábeis uma quantidade expressiva de informações, enriquecendo seu trabalho e possibilitando maior transparência para a utilização da contabilidade pelos usuários.

## **3 METODOLOGIA**



A metodologia aplicada no presente trabalho foi uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, com a finalidade de apresentar ao público alvo, a importância das notas explicativas, como uma complementação às demonstrações contábeis.

Segundo Trujillo (apud Lakatos, 2010, p.166), “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

#### **4 CONCLUSÃO**

Verifica-se que há uma extensa variedade de informações que devem constar nas Notas Explicativas, e na elaboração das demonstrações Contábeis. O contabilista deve fazer uma análise sobre a legislação correspondente, não ficando restrito apenas ao que dispõe a Lei 6.404/76, e incluir nessas demonstrações, informações complementares que melhorem o entendimento e a análise da composição patrimonial e financeira e dos resultados da empresa.

Conclui-se que as Notas explicativas contribuem de maneira muito expressiva, pela riqueza de suas informações, constituindo-se em uma ferramenta onde os usuários das informações contábeis poderão ter segurança para a sua análise, e aumentar a confiabilidade para uma tomada de decisão correta.

Uma contabilidade bem estruturada, seguindo todos os princípios e normas, com transparência e confiabilidade, torna-se um instrumento significativo de gestão e o combate a fraudes e a corrupção, e contribui para a transparência das demonstrações contábeis. Assim, uma empresa que apresente um Balanço Patrimonial devidamente elaborado, e que contenha informações devidamente embasadas nos preceitos e normas legais, certamente vai conquistar a preferência dos investidores pela riqueza e pela transparência das informações nele contidas.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michel F. Van. **Teoria da contabilidade**. 1ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu Et al. **Manual de contabilidade societária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Básica**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

## COMPARATIVO ANALÍTICO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DA DUPLA GRE-NAL: UMA RIVALIDADE QUE ULTRAPASSA AS QUATRO LINHAS

Roberto Carlos Dalongaro<sup>2</sup>  
Karine Rhoden da Veiga<sup>3</sup>  
Márcio de Moura Reolon<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de demonstrar a importância dos indicadores financeiros como ferramenta de gestão e de suporte à tomada de decisões, tendo em vista que vivenciamos um período marcado por um alto índice de competitividade entre as empresas, enfatizado ainda, por um cenário de incertezas. Através das principais demonstrações contábeis, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, serão extraídos índices do último ano-calendário da dupla Gre-Nal para observar e comparar a situação financeira e econômica, nesse período, focando na realização de quatro análises: análise de liquidez, análise da atividade, análise de endividamento e análise da lucratividade e rentabilidade.

**Palavras-chave:** Análise financeira. Indicadores. Demonstrativos. Contabilidade. Gre-Nal.

### ABSTRACT

This article aims to demonstrate the importance of financial indicators as a management tool and support for decision-making, given that we experience a period marked by a high level of competitiveness among enterprises, emphasized also by a backdrop of uncertainties. Through the main financial statements, such as the Balance Sheet and the Income Statement, will be extracted indexes last dual calendar year Gre-Nal to observe and compare the financial and economic situation in that period, focusing on the achievement of four analyzes: liquidity analysis, activity analysis, debt analysis and analysis of profitability and profitability.

**Keywords:** Financial analysis. Indicators. Statements. Accounting. Gre-Nal.

## 1 INTRODUÇÃO

O Gre-Nal, como é conhecido o clássico entre Grêmio Foot-Ball Porto Alegre e Sport Club Internacional, é uma disputa centenária, fato atenuante para

---

<sup>2</sup> Doutorando em Administração – UNaM. Mestrado em Gestão – URI. Graduado em Administração. Professor de Administração e Ciências Contábeis – URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: robertocarlosad@hotmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis URI SLG. E-mail: karine\_rhoden@hotmail.com

<sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis URI SLG. E-mail: marciodemourareolon@hotmail.com

aumentar ainda mais a sua importância. A origem do nome do clássico se deu em 1926, quando o jornalista e gremista Ivo dos Santos Martins, já cansado de escrever os nomes dos times por extenso, criou a expressão.

Para a imensa maioria, é muito mais do que um simples jogo de futebol: mexe com os sentimentos e emoções do torcedor e é capaz de alterar toda a rotina do povo gaúcho. Como parte saudável da rivalidade, aliada a questões folclóricas do clássico, existem gremistas que não usam vermelho de maneira alguma e, também, colorados que repudiam qualquer coisa vinculada à cor azul.

Nada mais contrastante no Rio Grande do Sul do que quando o vermelho e o azul se encontram. Literalmente, o Estado se divide ao meio, pois se trata de um clássico com dois bicampeões da Copa Libertadores da América e Campeões Mundiais, o que contribui ainda mais para a grandeza do confronto.

A rivalidade está no povo do Rio Grande do Sul, na veia, no sangue. A garra, o apoio incondicional aos times e o espírito de luta são qualidades herdadas dos antepassados, que iniciaram essa história. É considerada a maior rivalidade do Brasil e, recentemente, para uma revista inglesa, o Gre-Nal é o 8º maior clássico do mundo.

Grêmio e Internacional são, inegavelmente, dois dos maiores times do Brasil, e não somente pela história centenária de ambos, mas principalmente pelos inúmeros títulos conquistados. Já mediram forças em diversas oportunidades ao longo destes 106 anos de rivalidade. Já tivemos 154 vitórias do Inter, 128 triunfos gremistas e 128 empates, e um total de 1118 gols marcados.

O primeiro jogo entre os times aconteceu em 18 de julho de 1909, resultando em 10 a 0 para o time do Grêmio, que já possuía um elenco formado, ao contrário do Inter, onde até mesmo o fundador do clube atuou no jogo. O colorado levou algum tempo para derrotar seu arquirrival pela primeira vez, apenas em 1913, no dia 31 de outubro e bateu o oponente por 4 a 1.

Fato é que a “dupla Gre-Nal” sempre se manteve em lados opostos, tanto no campo quanto em questões extracampo, que também contribuem para a crescente rivalidade, deixando o Rio Grande do Sul ainda mais dividido. E dentre essas questões extracampo, a Contabilidade se faz presente, principalmente no que tange a análise dos demonstrativos, explicitando essa rivalidade que ultrapassa as quatro linhas do gramado.

Para tanto, o presente trabalho tem o intuito de realizar um comparativo das variações financeiras, para elucidar o seguinte questionamento: Como está se comportando a performance financeira da dupla Gre-Nal?

Com base no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício das duas entidades, o trabalho tem como objetivo evidenciar a importância das análises das informações, essencial à formulação de relatórios importantes, que servirão de subsídio para posterior tomada de decisões.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Demonstrações contábeis**

Na conjuntura atual, o mercado de trabalho encontra-se cada vez mais competitivo, o que leva as empresas a buscarem agir de forma estratégica para manterem posição de destaque junto ao nicho a que pertencem.

A consolidação da escrituração das informações contábeis, no sistema, de forma precisa e confiável, permite aos tomadores de decisões conhecerem a real situação da empresa, facilitando a realização de um planejamento consistente, que considere fatores relevantes para a empresa, e que vão de encontro com as metas da mesma.

De acordo com Ludícibus (1982, p.13):

A necessidade de analisar demonstrações contábeis é pelo menos tão antiga quanto a própria origem de tais peças. Nos primórdios da Contabilidade, quando esta se resumia, basicamente, à realização de inventários, já o “analista” se preocupava em anotar as variações quantitativas e qualitativas das várias categorias de bens incluídos em seu inventário.

Para Silva (2013, p. 6) “a análise financeira de uma empresa consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como das condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa”. Sabe-se que essas análises são feitas com base nas demonstrações contábeis emitidas pela empresa, que possibilitam aos usuários da contabilidade avaliarem a flexibilidade financeira da empresa, bem como a capacidade de honrar com seus

compromissos, ambos a curto e longo prazo, assim como mostrar os efeitos sobre a posição financeira quando comparada com outras empresas do ramo.

Com base no pressuposto acima, entende-se a importância de analisar as informações geradas pelo sistema, em forma de relatórios, para verificar o real desempenho da empresa, interpretando-as de acordo com o contexto do mercado e evidenciando os efeitos das operações contábeis realizadas no período, o que contribui para a eficácia dos mais diversos aspectos de gestão, no que tange ao conhecimento e desenvolvimento da empresa.

## **2.2 Análise da liquidez**

A liquidez da companhia pode ser verificada através de quatro indicadores: Capital Circulante Líquido, Índice de Liquidez Imediata, Índice de Liquidez Corrente e Índice de Liquidez Seca. Esses índices mostram a base da situação financeira da empresa e possibilitam examinar a capacidade que a empresa tem de cumprir com seus compromissos de curto prazo, antes mesmo do seu vencimento. São índices que, a partir do confronto dos Ativos Circulantes com as dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa. (MATARAZZO, 1998, p.169).

Para tanto, utilizando os dados e informações retiradas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício da dupla Gre-Nal, referentes ao ano-calendário de 2015, será possível visualizar e comparar a situação econômica e financeira das duas instituições e inferir as devidas considerações.

## **2.3 Capital circulante líquido**

O capital circulante líquido também é conhecido como capital de giro líquido, e é de fundamental importância, uma vez que está relacionado diretamente com o ciclo operacional e com o giro dos negócios. O capital circulante líquido CCL refere-se ao resultado da diferença entre os ativos circulantes e as obrigações correntes (passivo circulante), ou seja, ele demonstra a folga financeira de capitais circulantes, além de mostrar a importância do controle do capital circulante líquido, da necessidade de capital de giro e do saldo em tesouraria (GROPPELLI, 2005).

Abaixo, segue um exemplo de como seria calculado o CCL a partir de um balanço patrimonial.

Exemplo 1: O capital de giro líquido no balanço a seguir é:  $CCL = AC - PC$

Onde:

CCL= Capital circulante líquido

AC= Ativo circulante

PC= Passivo circulante

## 2.4 Índice de liquidez imediata

O Índice de Liquidez Imediata é utilizado na avaliação do nível de recursos que são mantidos para cumprimento dos compromissos mais imediatos e também dos eventuais.

Com o desenvolvimento do mercado de crédito, esse índice passou a ter pouca relevância na maior parte das empresas. Nos dias atuais, não é aconselhável manter disponibilidades muito elevadas, deixando de investir na própria atividade. (NEVES; VICECONTI, 2010).

Segundo Neves e Viceconti (2010), o Índice de Liquidez Imediata é calculado pela seguinte fórmula:

$ILI = \text{Disponível} / \text{Passivo circulante}$

O resultado, por sua vez, pode ser encontrado com valor numérico de uma unidade (1) ou valor superior a um, onde para cada dívida de R\$ 1,00 haverá outro real em dinheiro pronto para resgatá-la.

## 2.5 Índice de liquidez corrente

O Índice de Liquidez Corrente visa mensurar a capacidade financeira da empresa em atender as obrigações de curto prazo. A partir do ILC infere-se que se o resultado for maior que um, a companhia possui capital disponível para cumprir com suas obrigações. Se for igual a um, os direitos e obrigações em curto prazo são equivalentes. Já se for menor que um, a empresa não terá recursos suficientes para quitar as obrigações.

Assaf Neto (2006, p.191) defende que “quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro”.

Segundo o autor este índice é representado pela seguinte forma:  $ILC = AC / PC$

Onde:

ILC= Índice de Liquidez Corrente

AC= Ativo circulante

PC= Passivo Circulante

## 2.6 Índice de liquidez seca

Esse índice é semelhante ao calculado anteriormente (ILC), entretanto ele exclui a conta de estoques, que é o ativo circulante menos o líquido.

Para Gitman (2002):

O índice de liquidez seca é semelhante ao índice de liquidez corrente, com a única diferença que exclui os estoques do ativo circulante da empresa, por ser o ativo de menor liquidez. A baixa liquidez dos estoques resulta normalmente de dois fatores básicos:

(1) vários tipos de estoques não podem ser vendidos facilmente porque são itens parcialmente completados, itens obsoletos, itens para propósitos especiais e assim por diante; e (2) São itens tipicamente vendidos a crédito, o que significa que eles se tornam duplicatas a receber antes de ser convertidos em caixa. (GITMAN 2002, p. 110).

Segundo o autor este índice é representado pela seguinte forma:

$$ILS = (AC - E) / PC$$

Onde:

ILS=Índice de liquidez seca

AC=Ativo circulante

E= Estoques

PC= Passivo circulante

## 2.7 Índice de liquidez geral

A liquidez geral demonstra a capacidade de honrar os compromissos financeiros da empresa em relação às atividades de curto e longo prazo.

O índice de liquidez geral se difere dos índices analisados anteriormente por considerar também as contas de longo prazo. De acordo com Silva (2006, p.307) “a interpretação do índice de liquidez geral é no sentido de quanto maior, melhor,



mantidos constantes os demais fatores”. Assim, calcula-se que para cada R\$ 1,00 (um real) que a empresa tem de dívida, existe uma variável X de bens e direitos no circulante e no realizável a longo prazo.

A liquidez Geral é obtida pela fórmula:

$$LG = (AC + ARLP) / (PC + PNC)$$

Onde:

LG = Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo não Circulante

## 2.8 Análise do endividamento

Os índices de endividamento têm como principal finalidade examinar qual a porcentagem do ativo total é financiada através de recursos de terceiros. Segundo Matarazzo (1998, p.160) “Sempre que se aborda o índice de Participação de Capitais de Terceiros, está-se fazendo uma análise exclusivamente do ponto de vista financeiro, ou seja, do risco de insolvência e não relação ao lucro ou prejuízo”.

A partir dos índices gerados, é possível realizar uma avaliação da situação econômico-financeira da empresa, partindo do pressuposto de que quanto maior a porcentagem de capital de terceiros, maior o grau de endividamento da empresa.

Utiliza-se a seguinte fórmula para se efetuar o cálculo:

$$IEG = PT / AT$$

Onde:

IEG= Índice de Endividamento Geral

PT= Passivo Total

AT= Ativo Total

## 2.9 Análise pelo sistema du pont

Para Ludícibus (2007), o sistema de análise Du Pont trata-se de uma técnica que tem o objetivo de localizar as áreas responsáveis pelo desempenho financeiro da empresa. Este sistema utiliza-se da demonstração do resultado, juntamente

com o balanço patrimonial para demonstrar as taxas de retorno sobre o ativo total e sobre o patrimônio líquido. Inicialmente, o sistema Du Pont reúne a margem líquida, que mede a lucratividade sobre as vendas. Na fórmula Du Pont, o produto desses dois índices resulta na taxa de retorno sobre o ativo total.

Posteriormente, relaciona a taxa de retorno sobre o ativo total à taxa de retorno sobre o patrimônio líquido.

Pode-se calcular a Taxa de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido através da seguinte fórmula:

$$\text{ROE} = \text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}$$

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipo de pesquisa**

O trabalho apresenta pesquisa do tipo quantitativa, uma vez que é baseada em dados numéricos, provenientes dos demonstrativos publicados pelas instituições em seus respectivos portais de transparência, buscando comparar a mensuração dos índices, bem como sua influência nos resultados.

Diehl (2004) defende que a pesquisa quantitativa se dá pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança.

A intenção do método quantitativo apresenta como diferencial a intenção de garantir a precisão dos trabalhos realizados, conduzindo a um resultado com poucas chances de distorções.

#### **3.2 Instrumento de análise do estudo**

O presente artigo, a fim de configurar uma análise econômica comparativa entre as instituições Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e Sport Club Internacional, possui como instrumento de pesquisa os indicadores de liquidez, atividade, endividamento e lucratividade de ambas, tendo como base para o estudo os balanços patrimoniais do ano de 2015, por meio dos cálculos necessários à constatação dos resultados.

Os dados dos Balanços Patrimoniais das instituições foram extraídos dos respectivos portais de transparência, cujo acesso se deu por meio da internet.

Nesse contexto, evidencia-se a Contabilidade como uma ferramenta que visa oferecer informações mais precisas e analíticas a respeito das atividades econômicas das companhias, através de aspectos qualitativos e quantitativos, no sentido de assumir o papel fundamental na empresa, transmitindo aos *stakeholders*, como são chamados os sócios, clientes, investidores, fornecedores, ou qualquer outro que tenha vínculo ou interesse em tais informações, a segurança e confiabilidade direcionadas à tomada de decisões e investimentos venturos

Assim, considerando que a contabilidade desenvolve um papel de extrema importância para as organizações, cujo objetivo primordial é o estudo do patrimônio, bem como o controle do mesmo, procurou-se primar pelo desenvolvimento aprofundado de conhecimentos, através da revisão teórica de conceitos, embasada na pesquisa bibliográfica, e utilizando-se do método quantitativo, no que diz respeito à realização dos cálculos.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A partir das reflexões teóricas, e do embasamento das fórmulas de parâmetros de cada indicador financeiro efetuou-se os cálculos como é demonstrado a seguir.

### **4.1 Análise de liquidez**

Tendo como referencial os tipos indicadores de liquidez da empresa, seguem os cálculos, juntamente com a análise.

#### **4.1.1 Capital Circulante Líquido**

$$\text{CCL} = \text{AC} - \text{PC}$$

$$\text{Grêmio} = 29079000 - 176711000 = -147632000$$

$$\text{Internacional} = 109156014 - 240525555 = -131369541$$

Análise: É possível identificar que em 2015 não havia uma folga financeira em nenhum dos clubes, ou seja, não havia recursos de curto prazo disponíveis para

financiar suas atividades. Embora negativo, o capital circulante líquido do Internacional era R\$16.262.459,00 maior que o do Grêmio; em outras palavras, quanto maior o Capital Circulante Líquido, menor o risco que a companhia apresenta.

#### 4.1.2 Análise de liquidez imediata

$$ILI = \text{Disponível} / \text{PC}$$

$$\text{Grêmio} = 451000/176711000=0,00255=0,26\%$$

$$\text{Internacional} = 1418634/240525555=0,00589=0,59\%$$

Análise: Em 2015, 0,26% das dívidas de curto prazo do Grêmio podiam ser liquidadas imediatamente, enquanto que, o Internacional apresentava maior valor disponível para saldar com os compromissos de curto prazo em caixa, sendo de 0,59%.

#### 4.1.3 Análise de liquidez corrente

$$ILC = \text{AC} / \text{PC}$$

$$\text{Grêmio} = 29079000/176711000=0,16$$

$$\text{Internacional} = 109156014/240525555=0,45$$

Análise: Em 2015, para cada R\$1,00 em dívidas de curto prazo, o Grêmio possuía R\$0,16 em seu ativo circulante. Enquanto que o Internacional, para cada R\$1,00 em dívidas de curto prazo, possuía R\$0,45, situação mais favorável. Salienta-se, que esse indicador é bastante usado para comparar duas companhias.

#### 4.1.4 Análise de liquidez seca

$$ILS = (\text{AC} - \text{E}) / \text{PC}$$

$$\text{Grêmio} = (29079000-2528000)/176711000= 0,15$$

$$\text{Internacional} = (109156014-1992555)/240525555=0,44$$

Análise: Em 2015, para cada R\$1,00 em dívidas de curto prazo, o Grêmio possuía R\$0,15 em ativos de maior liquidez. Enquanto que o Internacional para cada R\$1,00 em dívidas de curto prazo possuía R\$0,44.

#### 4.1.5 Análise de liquidez geral

$$LG = (AC + \text{RealLP}) / (PC + \text{ExiLP})$$

$$\text{Grêmio} = (29079000 + 9372000) / (176711000 + 284271000) = 0,08$$

$$\text{Internacional} = (109156014 + 57496240) / (240525555 + 207563787) = 0,37$$

Análise: Em 2015 o Internacional apresentou maior liquidez do que o Grêmio, embora ambos os anos estejam com a situação favorável.

#### 4.2 Análise da liquidez pesquisada

Para facilitar o entendimento, analisa-se uma tabela de parâmetros que evidencia as quatro medidas básicas de liquidez em relação à situação que os resultados representam para a empresa.

**Tabela 1: Parâmetro de liquidez**

Liquidez Corrente		Liquidez Seca		Liquidez Geral	
Índice	Situação	Índice	Situação	Índice	Situação
>1,50<2,00	Excelente	>1,00<2,00	Excelente	>1,00<2,00	Excelente
>1,00<1,50	Boa	>0,80<1,00	Boa	>0,80<1,00	Boa
>0,50<1,00	Regular	>0,40<0,80	Regular	>0,40<0,80	Regular
<0,50	Ruim	<0,40	Ruim	<0,40	Ruim

**Fonte:** Apostila Indicadores Financeiros (OCB, 2007, p. 20).

A partir da observação da tabela, percebe-se que em relação à liquidez corrente, tanto o Grêmio quanto o Internacional apresentaram situação ruim. Analisando os indicadores de liquidez seca, evidencia-se que o Grêmio apresentou situação ruim, enquanto que o Internacional manteve situação regular. A liquidez geral por sua vez, reflete situação ruim em ambos os clubes.

#### 4.3 Análise do endividamento

$$IEG = \text{Passivo Total} / \text{Ativo Total}$$

$$\text{Grêmio} = 460982000 / 327541000 = 1,40740 = 140,74\%$$

$$\text{Internacional} = 448089342 / 847326830 = 0,52882 = 52,88\%$$

Análise: Em 2015 o Grêmio financiou 100% do seu ativo com dívidas, restando ainda, um saldo de 40,74%. Enquanto que o Internacional financiou apenas 52,88%. Quanto maior o Índice de Endividamento, maior o montante de capital de terceiros envolvido.

#### 4.4 Análise pelo sistema do pont

ROE=Lucro Líquido/Patrimônio Líquido

Internacional =  $27587411/399237488=0,0691=6,91\%$

**Tabela 2: Avaliação de Resultados – ROE**

Até 2%	Rentabilidade péssima
A partir de 2% até 10%	Rentabilidade baixa
De 10,1% até 16%	Rentabilidade boa
Acima de 16%	Rentabilidade excelente

**Fonte:** Cafeo (2004, p. 39) *apud* Silva (2006).

Análise: Com base na tabela 2, verifica-se que rentabilidade do Internacional está baixa, enquanto que o Grêmio não possui índice de rentabilidade, uma vez que apresentou déficit no período.

O presente trabalho objetivou uma análise comparativa da situação econômica dos dois clubes. Para tanto, com base nos cálculos efetuados, elaborou-se uma tabela para melhor demonstrar o resultado.

**Tabela 3: Desempenho dos índices em relação aos períodos analisados.**

Índice analisado	Clube de melhor desempenho
Capital Circulante Líquido	Internacional
Índice de Liquidez Imediata	Internacional
Índice de Liquidez Corrente	Internacional
Índice de Liquidez Seca	Internacional
Índice de Liquidez Geral	Internacional
Índice de Endividamento	Internacional
Rentabilidade	Internacional

**Fonte:** Dados da pesquisa

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise detalhada dos indicadores da dupla Gre-Nal, através da comparação e interpretação dos componentes dos patrimônios de ambos os clubes,

é possível elevar o grau de conhecimento no que diz respeito a real situação das instituições, facilitando, dessa forma, o planejamento para obter melhores resultados.

Constatou-se que o Sport Club Internacional apresentou no ano-calendário de 2015, situação favorável, quando comparado ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. Dessa forma, atendeu-se a problemática proposta no estudo, bem como os objetivos projetados na referida pesquisa.

Salienta-se, ainda, a importância da realização periódica de análises como as apresentadas no artigo, visto que oferecem informações concretas a respeito da situação econômico-financeira das entidades, servindo de subsídio aos gestores para posterior tomada de decisões. Para tanto, deve haver a correta escrituração dos dados contábeis, bem como a publicação dos relatórios gerados, tornando possível a comparação tanto da instituição em diferentes anos-calendários, como com as demais empresas do ramo, elevando a um nível de extrema competitividade.

A partir de uma análise crítica acerca dos parâmetros contábeis, considerando o contexto em que estão inseridas, cabe ressaltar que o capital humano, responsável pela gestão dos clubes, é de extrema importância, pois caberá a este utilizar-se das informações geradas, a fim de configurar melhor planejamento, agindo de forma estratégica para solucionar problemas e aproveitar possíveis oportunidades.

Diante do exposto, entende-se que além de obter melhores resultados financeiros, o clube também se torna mais competitivo em campo, pois uma boa gestão reflete diretamente no aumento de patrimônio, quadro social e imagem pública, alcançando os objetivos e metas da instituição na sua totalidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico e Financeiro**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

GRÊMIO FOOT-BALL PORTO ALEGRENSE. **Análise financeira e patrimonial**. 2016. Disponível em: < <http://www.gremio.net>>. Acesso em: 10/09/2016.

GROPPELLI, A. A. **Administração financeira**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de balanços**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Contabilidade**. 8.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de balanços**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 12ª Edição. São Paulo: Editora Frase, 2010.

OCB. **Apostila Indicadores Financeiros**. OCB, 2007.

PORTAL DE TRANSPARÊNCIA SPORT CLUB INTERNACIONAL. **Demonstrações contábeis**. 2016. Disponível em: <<http://transparencia.internacional.com.br>>. Acesso em: 10/09/2016.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeiras das Empresas**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SPORT CLUB INTERNACIONAL. **Análise financeira e patrimonial**. 2016. Disponível em: <<http://www.internacional.com.br>>. Acesso em: 10/09/2016.



## ANEXOS


### Anexo 1: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.


GRÊMIO FOOT-BALL PORTO ALEGRENSE					
BALANÇOS PATRIMONIAIS S EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014					
(Valores expressos em milhares de reais)					
ATIVO	2015	2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	2014
		Reapresentado			Reapresentado
CIRCULANTE	29.079	34.845	CIRCULANTE	176.711	181.635
Caixa e equivalentes de caixa	451	808	Fornecedores	3.166	4.657
Valores a receber - Outros Clubes (nota 4)	9.027	16.994	Instituições Financeiras (nota 9)	68.951	52.633
Valores a receber - Cartões de crédito	3.782	2.487	Obrigações trabalhistas	8.017	12.379
Valores a receber - Créditos diversos (nota 5)	9.513	6.893	Obrigações fiscais e sociais - Correntes (nota 10)	4.687	20.591
Estoques	2.528	2.483	Obrigações fiscais e sociais - Parcelamentos (nota 11)	3.319	6.976
Outros créditos a receber	2.157	2.749	Obrigações fiscais e sociais - Outras	870	1.384
Despesas antecipadas	1.622	2.430	Contas a pagar por compra ou empréstimo de atletas (nota 12)	29.024	18.117
			Outras obrigações (nota 13)	51.083	56.188
			Antecimações diversas (nota 14)	7.594	8.710
<b>NÃO CIRC</b>	<b>GRÊMIO FOOT-BALL PORTO ALEGRENSE</b>				
<b>REALIZÁV</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES DO DÉFICIT</b>				
Valores a	<b>PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2015 e 2014</b>				
Despesas	(Valores expressos em milhares de reais)				
Depósitos				2015	2014
Investimen					
Imobilizado	RECEITA DA ATIVIDADE DE DESPORTO (nota 17)			177.083	191.182
Intangível(n	CUSTO DA ATIVIDADE DE DESPORTO (nota 18)			(193.354)	(153.975)
	DÉFICIT / SUPERÁVIT BRUTO			(16.271)	37.207
	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
	Gerais e administrativas			(31.761)	(53.638)
	Receita de royalties			10.204	13.635
	Receitas comerciais Grêmio Mania			3.031	1.483
	Outos superávits operacionais (nota 19)			42.565	5.824
				24.039	(32.696)
<b>TOTAL</b>	(DÉFICIT) FINANCEIRO				
	Receitas financeiras (nota 20)			10.193	4.282
	Despesas financeiras (nota 20)			(55.516)	(40.404)
<u>As notas ex</u>				(45.323)	(36.122)
	DÉFICIT DO EXERCÍCIO			(37.555)	(31.611)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fonte:(GRÊMIO, 2016).

## Anexo 2: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do Sport Club Internacional.

 <b>Balanço Patrimonial do Sport Club Internacional em 31 de Dezembro de 2015 e 2014</b>					
ATIVO	Reclassificado		PASSIVO	Reclassificado	
	2015	2014		2015	2014
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (NOTA 5)	1.418.634	4.754.372	FORNECEDORES	1.500.184	1.148.377
DEVEDORES POR CESSÃO DE DIREITOS ECONÔMICOS (NOTA 6)	43.156.099	28.380.541	EMPÉSTIMOS (NOTA 14)	31.271.953	36.825.060
CONTAS A RECEBER (NOTA 7)	53.565.787	34.002.501	DIREITOS DE IMAGEM CONTRATADOS A PAGAR (NOTA 13)	61.412.702	57.397.729
ESTOQUES	1.992.555	1.390.588	OBRIGAÇÕES COM ATLETAS	369.456	152.548
ADIANTAMENTOS (NOTA 8)	5.443.553	2.191.046	OBRIGAÇÕES COM CLUBES	11.461.777	4.284.410
DEVEDORES DIVERSOS (NOTA 9)	2.583.807	1.624.416	CRÉD. PART. NEGOCIAÇÃO DE ATLETAS (NOTA 15)	51.505.397	76.884.667
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 10)	711.513	205.673	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS (NOTA 16)	13.791.797	17.146.058
DEPÓSITOS JUDICIAIS	284.066	0	OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS (NOTA 17)	5.246.712	1.939.789
	109.156.014	72.560.137	DÍVIDAS FISCAIS E SOCIAIS TIMEMANIA (NOTA 18)	2.010.557	6.740.881
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			CONTAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS DE TERCEIROS (NOTA 19)	90.192.041	35.857.198
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (NOTA 20)	9.227.561	8.469.075
DEPÓSITOS JUDICIAIS (NOTA 21)	7.945.720	6.393.252	PROVISÃO PARA MECANISMO DE SOLIDARIEDADE	125.483	105.190
CONTAS A RECEBER (NOTA 7)	48.630.107	892.697	CRÉDITOS POR PARCERIA	288.935	874.223
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	773.966	665.000		240.525.555	249.791.965
	57.949.793	7.950.949	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
INVESTIMENTOS (NOTA 13)	146.447	146.447	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
IMOBILIZADO (NOTA 12)	508.368.128	593.681.258	FORNECEDORES	527.570	0
INTANGÍVEL (NOTA 13)	87.306.448	119.057.587	DIREITOS DE IMAGEM CONTRATADOS A PAGAR (NOTA 13)	23.990.764	27.593.746
	788.170.816	720.816.281	OBRIGAÇÕES COM ATLETAS	0	78.800
			CRÉD. PART. NEGOCIAÇÃO DE ATLETAS (NOTA 15)	508.337	2.365.289
			DÍVIDAS FISCAIS E SOCIAIS TIMEMANIA (NOTA 18)	32.797.883	119.148.128
			PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (NOTA 20)	4.383.652	4.393.009
			ADIANTAMENTOS DE TERCEIROS (NOTA 19)	49.669.247	-
			OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS (NOTA 17)	7.791.597	7.569.791
			EMPÉSTIMOS (NOTA 14)	37.894.737	3.659.954
			CRÉDITOS	0	1.514.779
				207.563.707	171.309.496
			PATRIMÔNIO SOCIAL		
			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	467.016.544	488.804.356
			DÉFICIT ACUMULADO	(67.739.054)	(97.500.438)
				398.237.488	372.274.957
<b>TOTAL</b>	<b>887.526.830</b>	<b>793.376.418</b>	<b>TOTAL</b>	<b>887.526.830</b>	<b>793.376.418</b>

  
**Sport Club Internacional**  
**Demonstrações do déficit/superávit**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em reais**

	2015	2014
Receita Bruta das Atividades (Nota 22)	297.110.556	205.086.005
Deduções sobre a Receita Bruta	<u>(72.986.733)</u>	<u>(13.092.382)</u>
Receita líquida das atividades (Nota 22)	224.123.823	191.993.623
Custos operacionais das atividades (Nota 23)	<u>(160.025.978)</u>	<u>(191.004.145)</u>
<b>Superávit bruto</b>	<b>64.097.845</b>	<b>989.478</b>
Despesas comerciais (Nota 24)	<u>(7.776.067)</u>	<u>(5.992.984)</u>
Despesas gerais e administrativas (Nota 25)	<u>(46.527.259)</u>	<u>(43.048.690)</u>
Outras atividades descontinuadas (Nota 26)	<u>(155.203)</u>	<u>18.010.016</u>
<b>Superávit/ Déficit operacional</b>	<b>9.639.315</b>	<b>(30.042.180)</b>
Despesas financeiras	<u>(51.790.368)</u>	<u>(35.488.012)</u>
Receitas financeiras	<u>69.738.463</u>	<u>16.444.158</u>
<b>Superávit/Déficit do exercício</b>	<b>27.587.411</b>	<b>(49.086.034)</b>

Fonte: (SPORT CLUB INTERNACIONAL, 2016)

## AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA PREVIDÊNCIA PRIVADA NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DAS LOCALIDADES DE CAIBATÉ E IJUÍ

<sup>5</sup>Vando Knob Hartmann

<sup>6</sup>Guilherme Batista

<sup>7</sup>Daniel Knebel Baggio

### RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a situação atual do mercado de fundos de previdência privada no Brasil, e compreender sobre o marketing e suas ferramentas de comunicação, apontando futuras tendências e ações para a melhor comunicação deste serviço com seu público alvo. A pesquisa aqui apresentada deu-se por meio de leituras de referências bibliográficas e entrevistas informais com agentes de instituições financeiras da região de Caibaté e Ijuí, Rio Grande do Sul. O trabalho justifica-se pela necessidade das empresas reconhecerem a importância do marketing para uma eficiente comunicação com seus clientes. Além disso, o mesmo visa demonstrar a importância dos fundos de previdência privadas para a manutenção do bem-estar econômico e social de nosso país, neste sentido foi possível constatar junto aos relatos obtidos que a forma de abordagem e linguagem com os atuais e futuros clientes irá mudar drasticamente nos próximos anos, migrando cada vez mais para as mídias digitais.

**Palavras chave:** Previdência privada. Comunicação. Administração.

### ABSTRACT

The purpose of this article, analyzing the current situation of the pension fund market in Brazil, and understand about making your marketing and communication tools, indicating future trends and actions for better communication of this service with your target audience. The research presented was given by reading of references and informal interviews with agents of financial institutions Caibaté region and Ijuí, Rio Grande do Sul. The work is justified by the need for companies to recognize the importance of marketing for effective communication with your customers. In addition, it aims to demonstrate the importance of private pension funds to maintain the economic and social well -being of our country in this sense it could be seen next to obtained reports that the way to approach and language to current and future customers will change drastically in the coming years, increasingly migrating to digital media.

---

<sup>5</sup> Professor URI São Luiz Gonzaga, Doutorando em Administração pela Universidade Nacional de Misiones/AR

<sup>6</sup> Professor Faisa Faculdades, Mestrando em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>7</sup> Professor de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento da UNIJUI. Doutor em Contabilidade e Finanças.

**Keywords:** Private Security. Communication. Administration.

## 1 INTRODUÇÃO

A melhor eficiência no relacionamento entre as instituições e seus clientes torna-se cada vez mais primordial para a manutenção e sustentabilidade de qualquer negócio. Cresce com isso a necessidade de comunicação entre as pessoas e os agentes do mercado, através das diversas formas de linguagem. Dessa forma, a comunicação também é importante no relacionamento.

A eficiência na comunicação afetará diretamente o sucesso de comercialização dos produtos almejados, e assim o fortalecimento da imagem de determinada empresa no mercado de vendas. (KOTLER, 1996).

Por isso, o presente trabalho busca o entendimento de qual o melhor meio de transmitir e enviar assim como efetuar ações estratégicas ao público alvo no que se refere ao produto financeiro de previdência privada, como fazer com que estes percebam corretamente o conteúdo a ser transmitido, seja por comunicação online<sup>8</sup> ou off-line<sup>9</sup>.

Este processo se faz necessário também como objetivo de encontrar maneiras para a melhor formação de renda e manutenção do bem-estar até o fim da vida dos indivíduos, pois este tem sido tema e preocupação dos agentes responsáveis.

Dando segmento ao assunto no que se refere a manutenção e formação de renda para a melhoria do bem-estar social, entramos então no tema que será abordado pelo presente trabalho, pois o que se sabe hoje, é que o formato de arrecadação administrado pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), não possui capital financeiro para sustentar a demanda no longo prazo. (IPEA, 2004).

Ainda, dentro deste contexto, este estudo busca também conhecer o mercado de previdência privada em nossa região, dando uma maior ênfase na região de Caibaté e Ijuí – RS.

---

8 Online – Ligado, conectado.

9 Off-line – Desligado, desconectado.

Os fundos de previdência privada brasileiro tem crescido a cada ano, segundo dados da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, divulgados em março de 2015, e devido a este fato é importante observar que os agentes de mercado dos produtos financeiros abordados, saibam quais são as melhores ações e estratégias de marketing para divulgar e se comunicarem com seu público alvo, ajudando-os na escolha entre os produtos de uma empresa ou outra. Ainda neste sentido, é importante detectar quais características possuem os obtentores deste serviço financeiro específico para enfatizar suas estratégias de marketing<sup>10</sup>.

É preciso refletir no porquê de certas mídias não funcionarem como comunicação em detrimento de outras, procurando também vislumbrar qual será a nova tendência quanto a ações estratégicas no setor de previdência privada nos próximos anos. Neste sentido, o presente artigo pretende estudar o que tem estimulado os consumidores a optar por determinadas empresas, pretendendo-se assim observar saber como as empresas têm obtido êxito na comunicação com seus clientes e como estes investimentos têm se mostrado, através do risco/retorno, se é viável ou não, este tipo de aplicação em comunicação.

Para entender melhor tudo isso foi desenvolvida uma pesquisa teórico-exploratória, abordando questões relevantes ao conteúdo deste estudo sobre a comunicação das empresas, procurando trazer elementos para uma discussão crítica ao longo do texto. Além disso, foi desenvolvida uma pesquisa de campo com as principais instituições financeiras da cidade de Caibaté e Ijuí, por meio de questionários estruturados, buscando uma maior compreensão do tema.

Objetiva-se também, através desta produção escrita, demonstrar a necessidade do investimento em ações eficazes e corretas. Entende-se que esta ação será eficaz quando realizar uma comunicação efetiva entre obtentores e clientes, trazendo um resultado satisfatório nas vendas e comercialização dos produtos. Faz-se necessário, ainda, conhecer quais são as empresas que estão conseguindo resultados positivos com seus clientes e quais serão os meios de comunicação mais eficazes no futuro.

Inicialmente optou-se por entender o conceito do produto abordado, no que se refere a previdência privada, seus elementos, ainda como ele se desenvolveu no

---

10 Marketing – Mercado.

Brasil foi necessário entender a economia em geral e a importância do mercado de fundos de investimentos na economia estadual e nacional.

O próximo passo foi o de buscar o entendimento de como se dá a relação entre emissor e receptor e suas estratégias. Nesse aspecto a comunicação e o marketing deixam de ser ferramentas genéricas para ser exclusiva a um determinado grupo de pessoas.

Dessa maneira, o presente texto contribui para a área de marketing de serviços financeiros também, e para comunicação com seu público alvo, objetivando comprovar a importância das tecnologias digitais e sua utilização na comunicação eficiente entre empresa e cliente, pois a rede mundial de computadores é, e será, num futuro bem próximo, o principal canal de transmissão de mensagens e informações ao público.

## **2 ASPECTOS CONCEITUAIS**

### **2.1 Previdência privada no Brasil**

No Brasil o sistema previdenciário brasileiro possui mais de 100 anos, já em 1821, por meio de decreto o príncipe regente Pedro de Alcântara concedeu serviços de aposentadoria aos professores régios, que completassem 30 anos de serviços prestados a comunidade.

Após algumas décadas em 1988 o decreto nº9.912-A de 26 de março, concede aposentadoria aos funcionários do correio, mas o marco histórico da previdência social no Brasil veio com a lei Eloi Chaves, com o Decreto nº4.682 de 24/01/1923. Ela criou as caixas de aposentadoria e pensão (CAP'S), para os trabalhadores de empresas ferroviárias, oportunizando garantias de assistência médica, pensão e aposentadorias para seus usuários e familiares.

Na década de 30 os benefícios foram sendo estendidos a maior parte das categorias de trabalhadores dos mais diversos setores públicos e privados.

Em 26 de agosto de 1960 criou-se a lei Orgânica da previdência Social (LOPS), nº 3.807, unificando então toda a legislação dos institutos previdenciários beneficiando em sua maioria trabalhadores urbanos, onde nesta caminhada os rurais apenas receberiam estes direitos em 1963 com o surgimento do FUNRURAL.

Porém, somente em 1966 com a alteração de dispositivos da lei Orgânica da Previdência Social que se criou então o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Nesta mesma época também foi instaurado o Fundo de Garantia por tempo de Serviços (FGTS).

Alguns anos após, em 1970 com a lei complementar nº 07, de 07 de setembro, criou-se o programa de Integração Social – PIS, no mesmo ano foi implantado também em 03 de dezembro de 1970 o Programa de Formação do Patrimônio do Serviços Públicos – PASEP.

Em 1974 o Ministério da Previdência Social foi desmembrado do Ministério do trabalho, e pôr fim, a constituição de 1988 estende então os benefícios previdenciários a todos os trabalhadores implantando um conceito renovado, o da Seguridade Social, que passa a ser constituída por três pilares básicos: o da previdência Social, Assistência Social e Saúde.

Após estas mudanças de 1988 várias emendas e leis foram implantadas ao sistema Previdenciário Brasileiro objetivando sempre seu aperfeiçoamento.

No setor público, onde se dá o sentido da presente pesquisa, se constata alguns problemas relacionado a capacidade do estado em suprir a diferença salarial de seus funcionários, tendo em vista que alguns deles recebem acima do teto estipulado pelo INSS, que atualmente é de R\$ 4.663,75, em decorrência deste fator organizou-se então pelos seus agentes a implantação dos fundos de pensão, a ideia nasce com o intuito de complementar a aposentadoria.

No mundo segundo informações do History of Mutual Funds – disponível no site [www.ific.ca](http://www.ific.ca), (The Investment Funds Institute of Canada), os fundos de investimentos mútuos tiveram origem no final do XIX na Inglaterra, onde estes eram conhecidos com o nome de trusts, e inicialmente tinham o objetivo de financiar o crescimento da economia estadunidenses após a Guerra Civil, estes atuavam por meio de financiamentos hipotecários, de construção de estradas de ferro, companhias industriais, entre outros. (IFIC, 2015).

Estes eram constituídos inicialmente por banqueiros e corretores, os trusts correspondem ao que hoje conhecemos como fundos fechados ou de condomínio fechado.

O primeiro fundo mútuo moderno foi o Massachusetts Investors Trust, constituído em 1924, diferentemente dos anteriores este foi criado na forma de condomínio aberto introduzindo ao mercado financeiro da época um conceito

totalmente novo, pois permitia ofertas contínuas de novas cotas e a renegociação de novas cotas já existentes, que poderiam ser vendidas a qualquer momento baseando-se no valor corrente dos ativos do fundo no momento da liquidação da operação financeira.

Logo no início, no entanto a indústria de fundos de investimentos passou por alguns obstáculos, o principal foi com a chegada da crise financeira de 1929 da bolsa de valores de Nova York, e com isso a grande recessão que a sucedeu.

Posteriormente em 1936 a U.S. Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado financeiro dos Estados Unidos que equivale a nossa Comissão de Valores Mobiliários – CVM, começou uma revisão na regulamentação das companhias de investimentos que gerou inicialmente o “Securities Exchange Act of 1933” e no “Securities Exchange Act of 1934” e, posteriormente no “Investment Company act of 1940”, que estabeleceu os pilares básicos para os fundos de investimentos existentes atualmente.

No Brasil, os primeiros fundos de investimentos surgiram na década de 50, porém somente com o advento da lei nº 4.728, de 14 de Julho de 1965 que estabeleceu regras ao mercado de capitais trazendo medidas para seu desenvolvimento que este produto financeiro ganhou força.

Os primeiros fundos do país foram aplicavam somente no mercado de ações, entretanto com as crises financeiras do Brasil neste período, muitos investidores migraram para a caderneta de poupança e fundos de investimentos de Renda Fixa, somente na década de 90 com o surgimento de regras mais eficazes, e o fim da inflação com o plano Real que os fundos de investimentos começaram a se desenvolver e crescer de fato.

Neste âmbito surgiram os fundos de previdência privada e ditos fundos de pensão, os mesmos antecedem a previdência Social na história Brasileira, porém, somente na década de 70 foram regulamentados pela lei nº 6.435 de 15 de julho de 1977, com a expansão das grandes empresas estatais, e em decorrência destes fatos a criação dos fundos de pensão estatais.

Com estes sistemas regulamentados no Brasil criou-se então as entidades de previdência privada, estas objetivam constituir planos privados de concessão de pecúlio ou de renda, de benefícios complementares ou que se assemelham aos da previdência social oficial.



## 2.2 Estratégias de Marketing de produtos financeiros

O marketing é o campo do conhecimento que estuda toda e qualquer atividade relacionada a troca, buscando a melhor direção para satisfazer as necessidades e desejos dos consumidores. (KOTLER, 1994).

Estes desejos são satisfeitos através da consumação do ato de comprar produtos ou serviços, que são, geralmente, impulsionados por necessidades fisiológicas ou psicológicas. (COBRA, 1988).

Neste sentido, pode ainda ser considerado como uma ferramenta de apoio para a empresa que visa manter o equilíbrio social e a forma como vai se comunicar com seus consumidores. “Marketing é a atividade humana dirigida para a satisfação das necessidades e desejos, através dos processos de troca”. (KOTLER, 1996, p. 31)

Peter Drucker (1973), refere-se que o marketing deve ser encarado como uma fórmula para tornar o ato de vender supérfluo. O objetivo é conhecer e entender o consumidor tão bem para que o produto ou serviço seja vendido por si só.

Já Cobra (1988), refere-se que o marketing não está somente relacionado a trocas lucrativas e conquistando espaços antes não imaginados. O autor continua conceituando que hoje é adotado quer por instituições lucrativas, quer por instituições não lucrativas. E, num sentido amplo, procura estudar os fenômenos que ocorrem no intercâmbio de valores sociais, morais ou políticos, onde ele é utilizado para vender ideias ou propósitos que proporcionem bem-estar à comunidade.

Porém o que se percebeu foi que, precisa-se planejar melhor a divulgação deste produto para que a mesma seja maior e atenda de maneira satisfatória o público a que foi destinado.

Após distinguir quais são seu público alvo as necessidades e desejos dos mesmos, as instituições financeiras abordadas expuseram que procuram proporcionar o serviço de maneira que atenda a demanda para o público ao qual ela segmenta seu mercado, e para conquistar e manter esses clientes utilizam o marketing como ferramenta.

Marketing é uma atividade central das instituições modernas, crescendo em sua busca de atender eficazmente alguma área de necessidade humana. Para sobreviver e tornar-se bem-sucedidas, as instituições devem conhecer seus mercados, atrair recursos suficientes, converter esses recursos em programas, serviços e ideias apropriadas e distribuí-los eficazmente aos vários públicos consumidores. Estas tarefas são conduzidas em uma estrutura de ação voluntária por todas as partes interessadas. A instituição moderna está disposta principalmente em oferecer e trocar valores com diferentes participantes para obter sua cooperação, assim, atingir as metas organizacionais (KOTLER e FOX, 1994, p.24).

É interessante observar os seguintes instrumentos, dos quais o marketing utiliza-se para auxiliar em suas ações que são, produção, preço, logística e comunicação. O mundo empresarial do contexto atual é bastante competitivo e, de acordo com Kotler e Fox (1994), vai sobreviver e vencer, quem conseguir atender às necessidades e desejos do seu público de forma competitiva e através de uma comunicação eficaz. Por isso precisa-se entender e trabalhar com muita calma no momento da tomada de decisões a respeito da comunicação que será implementada na empresa.

Neste sentido Shannon e Weaver (1949) nos falam sobre o conceito de comunicação que segundo os mesmos, é uma teoria sobre a transmissão de mensagens. Pode seguir os caminhos da escrita, fala ou gestos. Os processos de comunicação exercem um esquema de fácil interpretação que é o seguinte: emissor – mensagem – receptor.

O modelo comunicativo proposto por eles é o seguinte; existe uma fonte de informação, a partir da qual [é emitido um sinal, por meio de um aparelho transmissor; esse sinal viaja por um canal, ao longo do qual pode ser perturbado por um ruído; quando sai do canal, o sinal é captado por um receptor que o converte em mensagem que, como tal, é compreendida pelo receptor” (CARDOSO, 2006, p. 1129).

O marketing e a área comercial tendem a seguir o esquema anteriormente explicitado para comunicar-se com o cliente, para mostrar seus produtos e serviços, utilizando-se de meios visuais gráficos impressos (placas, catálogos, outdoors), mídia audiovisual (televisão e rádio) e digital (internet, Smartphone...).

Para o profissional de marketing é muito importante entender o canal de comunicação mais eficiente, pois precisa saber exatamente onde irá investir seus recursos para uma ação eficaz, na qual irá obter um feedback do público ao qual

está destinando este recurso e saber se suas mídias propiciarão o resultado esperado. (KOTLER, 1994).

Anda segundo Kotler (1994), o consumidor contemporâneo está mais exigente e, por isso o profissional de marketing precisa cada vez mais aprimorar suas estratégias para atender a este mercado consumidor, ao mesmo tempo exigente e competitivo.

Dessa forma um produto de qualidade é o mínimo requisito atual para se entrar no mercado.

O marketing moderno exige mais do que desenvolver um bom produto, determinar corretamente seu preço e torna-lo facilmente acessível ao cliente. A empresa que quer mais do que apenas vendas “eventuais”, deve desenvolver um programa eficaz de comunicação e promoção. Toda empresa é forçada pela própria natureza dos clientes e da concorrência a adotar o papel de comunicador (KOTLER, 1996, p. 380).

Neste contexto muitas empresas e empresários tem optado na contratação de escritórios especializados em comunicação, design e publicidade, buscando atender as exigências do seu consumidor através de mensagens transmitidas por signos visuais e audiovisuais, atrativos e convincentes.

Segundo Cobra (1988), o objetivo desta ação é o de conquistar a atenção do seu público, de forma agradável, trazendo uma resposta positiva nos lucros da empresa, principalmente, através dessas ações, campanhas de divulgação e venda de seu produto e/ou serviço.

Por isso, cabe ao papel do marketeer planejar bem a estratégia que irá aplicar, assim como selecionar os investimentos financeiros disponíveis, para que através desses canais de comunicação pretendidos, consiga-se escolher aquele que trará a resposta esperada, elevando a compra do seu produto e/ou serviço nos caixas da empresa.

Cabe ressaltar ainda que na comunicação existe a presença de dois agentes, o emissor e o receptor. Porém, o advento da globalização acabou com esse paradigma, fazendo com que a mesma mensagem possa ser comunicada através da mídia de massa, propagando-se com maior amplitude para inúmeros receptores.

Dessa forma, entende-se que o emitente, seja ele representado pelo profissional do marketing ou da comunicação, precisa entender que para transmitir um conteúdo é preciso entender quem diz o que, em que canal, para quem e com

que efeito, ou seja, precisa conhecer o comunicador, a mensagem, o canal, o receptor e o resultado. O comunicador é quem vai enviar a mensagem, é denominado também de autor ou emiteente. A mensagem, por sua vez, do ponto de vista do comunicador, é definida como um grupo de significados e signos que estão sendo enviados. Ainda, o receptor é quem recebe esse conjunto de significados.

Por fim, os canais são os meios escolhidos para transmitir a mensagem, ou seja, as mídias impressas, audiovisuais, digitais, as quais devem ser escolhidas com muita cautela para alcançar o receptor da forma desejada. (KOTLER, 1994).

Quando se quer comunicar uma mensagem, divulgar um produto ou um serviço, é necessário planejamento e previsão de qual meio é o mais eficaz para não ter um ruído e está chegar distorcida no receptor. Aaker (1998) nos coloca que por este motivo a escolha do canal e o fato de conhecer a quem se destina a mensagem são fatores indiscutíveis do sucesso na comunicação, pois para cada grupo de receptores existe um meio para qual esta mensagem deve ser enviada.

### **3 METODOLOGIA**

Com relação aos objetos de estudo, a presente pesquisa classifica-se como descritiva e exploratória. Pois, na visão de Triviños (1987), um estudo descritivo, caracteriza-se por descrever, com exatidão, os fatos e fenômenos que cercam determinada realidade. E ainda segundo esse mesmo autor, os estudos exploratórios permitem ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de determinado problema.

O objeto de estudo então é: analisar as ações estratégicas de marketing para previdência privada nas instituições financeiras de nossa localidade, em especial nas cidades de Ijuí e Caibaté. Escolheu-se os municípios acima citados por conveniência e pelo fácil acesso aos gestores responsáveis a comercialização destes produtos.

Seguindo então esta linha de abordagem, o estudo é classificado como descritivo e exploratório porque analisa características peculiares dos gestores da organização, identificando e descrevendo o fenômeno, a partir da interpretação e análise dos dados. Na dimensão dos tipos característicos de pesquisa qualitativa, pode-se dizer também que emprega-se, neste projeto, o estudo de caso, Triviños (1987) nos expõem que este caracteriza-se por ser uma categoria de pesquisa cujo

objetivo é uma unidade que se analisa profundamente, sendo que a complexidade desse estudo está determinada pelos suportes técnicos que servem de orientação aos investigados.

Triviños (1987) ainda nos revela que uma característica importante do estudo de caso é o de existir a possibilidade de se estabelecer análises comparativas entre duas ou mais organizações, o que dá origem aos chamados estudos comparativos de casos, não havendo a necessidade de persistir objetivamente de natureza comparativa, mas de estudar e analisar duas ou mais organizações, configurando-se como um estudo “multicaso”.

O estudo de campo realizar-se-á utilizando como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas com os sujeitos diretamente envolvidos no desenvolvimento, controles legais e financeiros, assim como o planejamento dos produtos financeiros citados acima.

A coleta de dados, é fundamentalmente de natureza qualitativa, empregam-se as técnicas de entrevistas semiestruturadas e pesquisa bibliográfica, a partir da história do objeto de estudo. De acordo com Triviños (1987), o processo de pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques, pois se desenvolve em interação dinâmica, retroalimentando-se. Está ainda segundo o autor, em determinados momentos passa a ser, também, análise de dados, assumindo assim, características de um processo simultâneo, não linear.

A entrevista semiestruturada para a pesquisa qualitativa é um dos principais elementos de que um pesquisador dispõe para realizar a coleta de dados, pois, ao mesmo tempo em que valoriza a sua presença, oferece-lhe todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e espontaneidade necessárias, enriquecendo assim o estudo (TRIVIÑOS, 1987).

Em geral, a entrevista semiestruturada, começa de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novos questionamentos que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 1987).

Neste sentido, a pesquisa pretende então, realizar entrevistas semiestruturadas com os gestores, os responsáveis pela comercialização de produtos de previdência privada. A realização das entrevistas, conforme os conceitos de Vergara (2006), nos exigem quanto a pesquisadores habilidade para interagir com o pesquisado, buscando sempre conduzir a entrevista sob a forma de

um diálogo. A escolha recaiu sobre esses sujeitos de análise uma vez que são as pessoas que estão diretamente ligadas as tomadas de decisões gerenciais.

A coleta de dados também é construída por meio de pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2008), esta é realizada com base em material já elaborados, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Neste estudo, empreende-se uma pesquisa junto a obras literárias, periódicos especializados e portais da internet, que servirão de suporte a interpretação das ações estratégicas utilizadas até hoje. Para tanto, o presente artigo pretendeu focar em dados referentes a ações tomadas pelos agentes que comercializam o produto financeiro estudado.

#### **4 RESULTADOS DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS NA PREVIDÊNCIA PRIVADA**

Um dos fatores que podem ser decisivos na hora da compra é a imagem da marca. Para Keller (1993), a imagem da marca é criada a partir das percepções e das associações que o consumidor a ela faz. Quanto ao posicionamento no mercado através do marketing, já, ao serem questionados sobre qual a melhor maneira para os agentes que comercializam cotas em fundos de previdência privada divulgarem seus produtos, os entrevistados apontaram as feiras locais, regionais e estaduais, assim como também a realização de palestras informativas, nas respectivas unidades objetivando mostrar e proporcionar informações sobre o produto aos clientes em potencial.

Estes meios de comunicação e divulgação, segundo os entrevistados funcionam porque os clientes podem visualizar o produto final, efetuar simulações de quanto podem acumular no período de tempo proposto e tirar todas as suas dúvidas com o técnico responsável, obtendo um feedback instantâneo da parte das instituições financeiras. Ainda segundo os entrevistados acredita-se que pelo fato de o perfil dos clientes ser de uma geração mais conservadora, esses meios tornam-se mais confiáveis para realizarem atividades de negócio.

Porém, na visão das instituições financeiras, as mesmas nos relatam que a futura geração, em sua maioria será composta pela atual geração Y e Z, como esta é chamada atualmente, e para estes as estratégias/ações/formas de comunicar com o marketing terão que ser diferentes, mais atrativas, criativas e interativas. Este público tem a tecnologia como sua aliada, estão quase sempre conectados a web,

conforme MOURA (2010) aponta, os clientes com seus celulares, computadores, iPod, relógios, tablet's acompanhando tudo o que acontece na rede.

Devido a esse forte laço com a mídia digital, os Y e Z passam a ditar a moda, opinar e retornar o feedback<sup>11</sup> sobre novos produtos e empresas, através do botão "curtir" e comentários em redes sociais. Assim, é imprescindível para eles que a empresa invista em ações sociais e de sustentabilidade.

O que o futuro reserva para que as instituições financeiras consigam se comunicar com seu cliente é, sem sombra de dúvidas, a utilização das novas tecnologias, focando principalmente nas mídias digitais como a internet, utilizando-se de sites institucionais, portais e redes sociais para manter um relacionamento. Esta possibilita ao cliente uma forma cômoda, sem precisar deslocar-se de sua residência, para ir até uma empresa buscar informações técnicas sobre determinado produto, uma vez que com alguns "cliques" poderá encontrar o que precisa através de seu computador conectado na world wide web. <sup>12</sup>

Os canais de marketing eletrônicos, conceito de base para a abordagem do marketing digital, ainda não se encontram integralmente definidos, considerando sua funcionalidade, alcance e configuração. Como, de qualquer forma, esses canais demonstram significativa taxa de desenvolvimento e transformação como conceito de negócio, diferentes autores admitem que os próximos anos ainda serão marcados por mudanças relevantes (CROCCO, 2010, p. 77).

Esse é um meio que está em constante desenvolvimento, sendo que a cada dia que passa, surgem novas funções e novos conceitos tecnológicos, para ajudar e facilitar a comunicação interpessoal através de meios eletrônicos, para tornar o mais "natural e real" possível.

E neste viés se percebeu ao longo do estudo auferido que, as instituições financeiras que quiser negligenciar estas informações, de que a internet é um dos principais canais de comunicação para com seu cliente, não sabendo se inserir e adaptar-se a esse meio, tende a vir a perder espaço para a concorrência, pois o que os consumidores procuram é a agilidade no atendimento.

---

11 Feedback-Retorno

12 World Wide Web – rede de alcance mundial, mais conhecida por www.

Ou seja, não querem deslocar-se de suas residências, à procura de informações a respeito de fundos de previdência privada, e com o advento da internet isso é possível.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, em resposta a questão de proposta inicialmente na presente pesquisa, pode-se constatar que algumas empresas têm conseguido comunicar-se com seu público de forma estratégica e eficaz, em detrimento de outras. As empresas de sucesso vêm utilizando mídias online e off-line para levar o conteúdo do seu material técnico a todos os interessados.

Constatou-se também que o serviço financeiro de previdência privada é de suma importância para a economia nacional, uma vez que o mesmo tem como objetivo proporcionar e garantir capacidade de consumo aos seus usuários, mantendo assim o bem-estar econômico e social já adquiridos. Porém, para reforçar sua característica de produto atrativo e bem estruturado financeiramente, os gestores deste, precisam aumentar sua eficiência comercial, comunicando-se de maneira mais adequada possível. Utilizando-se para isso das estratégias e ações bem elaboradas, as quais terão de ser viáveis e rentáveis para divulgação do seu produto.

Nos dias atuais as melhores formas para divulgar estas informações são as mídias impressas (catálogos, folders, panfletos), as feiras locais, regionais e estaduais e as mídias audiovisuais, todas elas acompanhadas do marketing de relacionamento, pois é mais fácil manter do que conquistar novos clientes.

Para os próximos anos constatou-se que as ferramentas de mídias digitais serão a grande tendência de comunicação para então atender as necessidades dos novos consumidores, que vão estar mais familiarizados em relação aos atuais, com o uso de notebooks, smartphones e tablet's, e como consequência disto vão estar mais conectados na web. Neste sentido, sugere-se que sejam estudados melhor essas áreas digitais e tecnológicas compreendendo o poder da comunicação que estão emergindo através delas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAKER, David, A. **Marcas: brand equity, gerenciando o valor da marca.** Gulf Professional Publishing, 1998.

CARDOSO, Onésimo de Oliveira. **Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos deságios teóricos.** Revista Administração Pública. 2006.

COBRA, Marcos. **Marketing essencial: conceitos, estratégias e controle.** São Paulo: Atlas, 1988.

CROCCO, Luciano; GIOIA, Ricardo M. **Marketing perspectivas e tendências.**São Paulo: Saraiva, 2010.

DRUCKER, Peter F. **Management, task, responsibilities, practices.**New York: Harper & Row, 1973.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social.**6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GURGEL, F. C. A. **Administração do Produto.** São Paulo: Atlas, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Aposentadoria.** IPEA. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Pagina acessada em 21/11/16.

INVESTIMENT FUNDS INSTITUTE OF CANADA. **Investiment.** 2015. Disponível em: <[www.ific.ca](http://www.ific.ca)> acesso em: 03 de Abril. 2016>.

KELLER, K. L. **Conceptualizing measuring, and managing customer-based brand equity.** Journal of Marketing. V. 57, January, 1993.

KOTLER, Philip; FOX, Karen F.A. **Marketing estratégico para instituições educacionais.** Tradução Ailton Bonfim Brandão. São Paulo: Atlas, 1994.

\_\_\_\_\_. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAS CASAS, A. L. **Marketing.** São Paulo: Atlas 2001.

MINTZBERG, H. Generic strategies: toward a comprehensive framework. **Advances in Strategic Management**, v. 5, 1988.

MINTZBERG, H. Patterns in strategy formation. **Management Science**, v. 24, n. 9, may 1978.

MINTZBERG, H.; MCHUGH, A. Strategy formation in adhocracy. **Administrative Science Quarterly**, v. 30, 1985.

MOURA, A. **Apropriação do Telemóvel como ferramenta de mediação em Mobile Learning**. Estudos de Caso em contexto Educativo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, na especialidade de Tecnologia Educativa). Braga: Universidade do Minho, 2010.

PETTIGREW, A. M. Contextualist research: a natural way to link theory and practice. In: LAWLER, M. E. E. et al. (ed.). **Doing research that is useful for theory and practice**. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1985.

ROCHA, N Tatiana. **Fundos de Investimentos e o Papel do Administrador**. São Paulo: Texto Novo, 2003.

SHANNON, Claude.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication**, Urbana. IL: The University of Chicago: Press, 1949.

SIQUEIRA, L, Iran, LISBOA, P, Lázaro. **Fundos de Investimentos – Aspectos Operacionais e Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2004.

TOSTA DE SÁ, Geraldo. **Fundos de Pensão**. São Paulo: Pete Cabralis, 1993.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2006.

## O COMPORTAMENTO ÉTICO E A SUA IMPORTÂNCIA NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Luiz Lorimar Lucca<sup>13</sup>  
Alceu de Oliveira Lopes<sup>14</sup>  
Roberto Carlos Dalongaro<sup>15</sup>  
Aline Mendes Moellmann<sup>16</sup>

### RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é apresentar uma avaliação da importância do comportamento ético nas empresas. Nota-se que, nesta era de globalização e reestruturação competitiva, as organizações que se inquietam com a ética e conseguem transformar suas preocupações em práticas reais, desvendam-se como mais adequadas para competir com sucesso e alcançam não somente a satisfação e a motivação dos seus colaboradores, porém, ainda, resultados compensadores em seus empreendimentos. Para realizar o estudo, foi necessário fazer uma revisão da literatura pertinente ao tema, entre livros, artigos, revistas e fontes eletrônicas. O que se conclui é que a ética, como filosofia e consciência moral, é fundamental à existência em todos os seus âmbitos: pessoal, familiar, social ou profissional. Deste modo, enquanto profissionais e indivíduos, conforme o comportamento, por exemplo, nas relações de trabalho, pode-se estar pondo em risco a honra, a organização e o êxito do empreendimento. A sobrevivência e evolução das instituições e de seus empreendimentos, assim sendo, estão atreladas sempre mais à sua habilidade de acatar e aprimorar condutas rotuladas pela seriedade, humildade, justiça e pela preservação da integridade e dos direitos dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Comportamento Ético; Organizações Contemporâneas; Decisões Gerenciais.

### ABSTRACT

The aim of this paper is to present an assessment of the importance of ethical behavior in business. Note that in this age of globalization and competitive restructuring, organizations are worried about the ethical and manage to turn their concerns into actual practices, are revealed as most suitable to compete successfully and not only reach the satisfaction and motivation of its employees, but also rewarding results in their endeavors. For the study, it was necessary to review the literature concerning the matter, including books, articles, magazines and electronic sources. What can be concluded is that ethics, the philosophy and moral conscience

---

<sup>13</sup> Luiz Lorimar Lucca – Mestre em Engenharia da Produção – UFSM – Contador. Professor dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga.

<sup>14</sup> Alceu de Oliveira Lopes – Mestre em Engenharia da Produção - UFSM – Graduado em Administração. Professor dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga.

<sup>15</sup> Roberto Carlos Dalongaro – Doutorando em Administração UNaM. Mestre em Gestão – URI – Graduado em Administração PUCRS. Professor dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga.

<sup>16</sup> Acadêmica do Curso de Administração- Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo/IESA-RS. E-mail: alinegm16@hotmail.com.

is fundamental to the existence in all areas: personal, family, social or professional. Thus, while professionals and individuals, as behavior, for example, in labor relations, one may be endangering the honor, the organization and the success of the enterprise. The survival and evolution of institutions and their projects, therefore, are linked more and more to its ability to accept and improve behaviors labeled by the seriousness, humility, justice and the preservation of the integrity and rights of individuals.

**Keywords:** Ethics. Behavior. Organizations.

## 1INTRODUÇÃO

A ética é tida como a teoria do comportamento moral dos indivíduos em coletividade; é compreendida como a ciência do comportamento humano. No contexto da Filosofia, a ética estuda as avaliações das condutas humanas, direcionando seus atos para o bem ou para o mal, normalmente é orientado pela moral. Também pode ser notada como um conjugado de regras e conceitos incluídos no dia a dia. A ética não garante o progresso moral da humanidade, mas já serviu como principal reguladora do desenvolvimento da humanidade (TOI; CARMO, 2015).

Este estudo apresenta uma análise da importância da ética nas organizações, vendo a ética como instrumento para a tomada de decisão profissional hoje, partindo da afirmativa de que a sociedade existe na contemporaneidade uma redescoberta da ética. Existem reivindicações de valores morais em todas as instâncias sociais. A sociedade cruza uma assisada crise de valores, assinalada por certos indivíduos como ausência de dignidade e por outros como falta de respeito.

Atualmente, para que uma organização obtenha confiabilidade do mercado em que atua, não satisfaz apenas ganhar qualidade a seus produtos ou serviços. Mesmo que esse item seja fundamental e o cliente esteja sempre mais incontestável, nesse significado, a aquisição da credibilidade é maior. Ela abarca outros pontos relacionados ao portfólio da companhia e a ética representa um desses itens.

O método da presente pesquisa é bibliográfico, no confronto de ideias de autores que referem o tema, entre livros, artigos, revistas e fontes eletrônicas.

O objetivo geral do estudo, então, é apresentar uma avaliação da importância do comportamento ético nas empresas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Ética em tempos contemporâneos

Num conceito bem global, como disciplina ou área de conhecimento humano, ética se fazer referência à teoria ou estudos sistemáticos sobre o exercício moral. Desse modo, ela avalia e critica os alicerces e princípios que norteiam ou explicam certos sistemas e conjugado de importâncias morais.

Todos são éticos em relação aos outros e em analogia à distribuição e detenção dos bens materiais. Na sociedade, as relações se alteram e se reproduzem passíveis de punição ou aprovação. Parte-se da premissa de que moral é o conteúdo padrão, paradigma para a reflexão ética, capaz de apresentar as teorias que balizam as muitas condutas humanas.

“Os conceitos éticos estão vinculados aos costumes da sociedade, aos modos, às tradições e às instituições, todos eles estruturam e formam as maneiras pelas quais um membro desta sociedade lida com o mundo” (ELLIOTT *apud* GOLDIM, 2003, p. 2).

No conceito de Stoner e Freeman (1999, p. 77),

[...] ética, de maneira ampla, é o estudo do modo pelo qual nossas decisões afetam as outras pessoas. Também é o estudo dos direitos e dos deveres nas pessoas das regras morais que as pessoas aplicam ao tomar decisões, e da natureza das relações entre as pessoas.

Para Moreira (1999), entende-se ética como parte integrante da ciência da filosofia e como conjunto de regras. Vasquez (1993, p. 23) define que “a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano”.

De forma geral, a ética está pautada absolutamente com os juízos morais. Existem organizações que têm seus códigos de conduta, numa manifestação à coletividade sobre suas implicações éticas. O objetivo da empresa, em relação à ótica da teoria clássica é a maximização dos lucros. Atualmente, o desígnio empresarial apoia-se, também, na consideração da exploração da atividade econômica, sob a ótica de que a organização é algo mais que um negócio.

O ser humano se transporta com base no que é público, ou seja: escola, trabalho, hospital, etc., e o desinteresse são superados pelo egoísmo. Tudo isto provoca um procedimento que consente desconsiderar a atitude dos indivíduos, porque a mente, segundo a situação, edifica a sua própria verdade, e está enquadrada e cria o certo e o errado. É difícil falar de ética, porque teria que ser algo inerente a qualquer indivíduo, porém não é. O coleguismo corporativo deveria existir, porém não há. O poder e o dinheiro sempre ditaram as regras, e é por essa razão que se vê tantas pessoas jogarem defensivamente, não dando espaço para os outros, porque sabem que podem ser traídas, até por quem julgavam amigo.

Existe uma relação lógica de conflito entre ética e relações sociais e, qualquer prática ou teoria que não inclua o homem nas diversas áreas científicas, sociais, políticas, o estão excluindo. A ética propõe a efetividade dos princípios humanos e as sociedades se edificam, desestruturam e reestruturam. Porém, nunca há de se considerar que a miséria, a injustiça, a violência e a corrupção são atitudes éticas.

Segundo Bezerra (2007), a responsabilidade representa o ponto de partida da ética para a sociedade; aquele que não responde por suas ações falta com a ética. Sugere na ciência de que todo ato da empresa afeta os públicos com os quais se relaciona. A honestidade é outro integrante da ética, porque ser honesto é atuar com integridade, com honra. Alude a adoção de valores de humanidade que, de certa forma, balizam a procura dos resultados estrategicamente planejados.

Devido às grandes modificações tecnológicas ocorridas no mundo, passamos a viver em um conflito de valores, fazendo com que a sociedade já questione determinados valores e busque outros novos em que possa se nortear. Existe hoje no mundo uma sede por ética e não é à toa que este tema se torna cada vez mais discutido em palestras, workshops, ou mesmo internamente nas empresas. O mundo começa a perceber a extrema relevância de um comportamento ético, de uma conduta condizente com os valores da honestidade, da integridade e do caráter (BEZERRA, 2007, p. 6).

Este mesmo autor refere o “jeitinho brasileiro”, que está incrustado na cultura do país, em todas as classes sociais, o que torna a apreensão dos empresários nacionais com valores éticos um trabalho intenso e duro. Esta alienação brasileira decididamente interfere no exercício do gestor, ao desrespeitar metodologias e processos éticos; assim, abre-se a trilha para a desonestidade, omissão, boatos, condutas impróprias, falsidades, etc.

Uma conduta adversa ao daquele que a sociedade tem como correto faz com que interesses coletivos e pessoais sejam comprometidos pelo caráter de um único sujeito. Por essa razão, pode-se perceber que o ser humano está engajado à sociedade mesmo que não deseje, e, como cada um tem um posicionamento distinto, a ética tem a finalidade de compreender as confusões que há entre os indivíduos, procurando as razões de cada uma como resultado direto de suas crenças e valores, e com apoio nisso determinar tipos de procedimentos que possibilitem a convivência conforme a individualidade (LISBOA, 1997).

De acordo com Lopes (2011, p. 2), muitos itens podem ser tratados nos códigos de ética, conforme a seguir:

- Negociações de contratos;
- Leis antitrustes;
- Conflitos de interesse;
- Brindes;
- Disposição de resíduos;
- Boicotes internacionais;
- Despesas com viagens;
- Gastos em geral, reembolsáveis por relatórios de despesas;
- Contribuições a políticos;
- Conservação e uso de ativos;
- Padrões de conduta;
- Local e segurança no trabalho;
- Preconceito e discriminação;
- Confidencialidade de informações financeiras e não financeiras;
- Seleção de fornecedores;
- Favorecimento de fornecedor conhecido;
- Aceitar ou solicitar cortesias de fornecedores;
- Obtenção de vantagens pessoais no uso de prerrogativas do cargo;
- Utilização de ativos da empresa para fins pessoais.

Normalmente, quando não se trilha por princípios éticos, tem-se que encarar dolos e escândalos. Quando se fala de escândalos empresariais, já se está inteiramente ferindo o Código, e assinalando uma carência de ética (FARENZENA, 2008).

## 2.2 A ética nas empresas

Segundo Jacomino (2000), o valor da ética nas organizações aumentou a partir dos anos 80, com o abaixamento das hierarquias e a decorrente autonomia oferecida aos indivíduos. Os patrões, reais xerifes até então, já não possuíam tanta força para ajuizar a estilo de todos, proferirem o que era correto ou errado. A rixa por funções cresceu e, com ela, o anseio de se destacar a qualquer custo. Deste modo, nos últimos anos, os escritórios vieram a ser uma área produtiva para a desonestidade, para a blefe, para a má conduta e para a mentira.

No cotidiano, os sete pecados capitais (luxúria, ira, inveja, gula, preguiça, soberba e avareza) convêm como um tipo de comparação para o bom ou mau procedimento em sociedade. No mundo corporativo, a ausência de ética poderia estar nesse rol. A maioria dos indivíduos atua com honestidade, pois quer adormecer com a consciência serena ou, então, porque possui temor das decorrências, que podem implicar em ações ilegítimas ou contrárias à ética (JACOMINO, 2000).

Atualmente, já estão ganhando espaços as organizações que reconhecem os valores morais e éticos de seus profissionais. Conforme Nasch (1993, p. 6) a ética é “o estudo da forma pela qual normas morais e pessoais se aplicam às atividades e aos objetivos de uma empresa comercial”. Assim, o que a autora assegura é que a ética nas empresas não se peculiariza como estimas abstratas nem estranhas às que valem na sociedade; ao invés disto, os indivíduos que as formam são sujeitos históricos e sociais, e traduzem para elas as mesmas confianças e princípios que alcançaram como elementos da coletividade.

De acordo com Srour (2003), de forma geral, a existência de uma empresa é abarrotada de conflitos, por colisões entre interesses particulares e, diversas vezes, entre esses e os da própria empresa, de forma que a ética terá a competência para ajustar essas relações, impondo balizas e modelos a serem acatados.

A ética na administração vem sendo debatida com mais realce por motivo da meditação em relação aos casos relacionados ao empreendimento das organizações. Na linha de valores que inicia a se difundir, contratar um parente incapaz ou discriminar outro trabalhador por motivos raciais, de aparência ou escolaridade são condutas equivalentes à utilização da propaganda enganosa, à poluição ambiental, à espionagem industrial ou ao suborno para alcançar vantagem



numa transação comercial. A maneira como a organização vende seus produtos se relaciona com o governo ou encara seus adversários delibera o comportamento da empresa (SROUR, 2003).

Citam-se alguns exemplos de condutas antiéticas, exercidas em certas organizações: contratação de funcionário do concorrente para conseguir dados; subfaturar o produto, liquidar o saldo por fora para rebaixar os encargos; investir em filantropia e seguir uma política de baixas remunerações para seus funcionários. “O grande desafio consiste em saber como coibir atos que só beneficiam interesses restritos, para não dizer egoístas” (SROUR, 2003, p. 13).

O mesmo autor afirma que a conduta ética abarca os fenômenos morais e, de uma forma mais densa, as morais históricas, os códigos de regras que regulam as relações e os procedimentos dos agentes sociais e, ainda, os discursos normativos que identificam, em toda a sociedade, o que é correto ou não realizar. A ideia ética também é norteadada por dois itens importantes: o que representa o bem, o que representa o mal; o que são coisas aceitáveis ou não.

Deste modo, pode-se notar que a reflexão ética deve começar sempre em um saber espontâneo, de forma que todo o indivíduo possa compreender que existem atitudes que precisam ser exercitadas e outras não. Assim, percebe-se que a ética determina modelos sobre o que é bom ou mau no comportamento humano e na tomada de decisões, tanto no âmbito particular, quanto sob a ótica empresarial (SROUR, 2003).

Outro item significativo, referido por Andrade, Alyrio e Macedo (2004), faz uma ponderação sobre dois elementos que comprometem o modo de atuar dos indivíduos: o conhecimento da legislação, que registra os princípios éticos determinados por lei; e o domínio da livre opção, quer dizer, a condição social de todo ser livre, de realizar suas escolhas e de atuar de modo que melhor lhe assente, em todos os casos de sua vida particular e profissional. Dizem os autores que

[...] entre ambos, encontra-se o campo da ética, o qual leva a que, a partir dos dois extremos, cada indivíduo defina seus padrões éticos, considerando suas questões individuais, porém levando também em conta as inferências que a sociedade e a legislação imprimem-lhe em suas escolhas pessoais (ANDRADE, ALÝRIO e MACEDO, 2004, p. 19).

Em consonância com esta ideia, nota-se que a convivência social, realizada em colaboração necessária e de compreensão, permanece igualmente sujeita à

ausência de escrúpulos e às desordens de interesse, de forma que a recíproca cautela é imprescindível para que interesses individuais não predominem sobre os interesses grupais.

Segundo Arruda (2002), as organizações que ambicionam atualmente continuar no mercado necessitam implantar um programa de ética e monitorar a sua realização.

O que se confia, em uma expectativa ética, é que os indivíduos tenham uma atitude ativa e não passiva. Há uma diferença básica entre proceder bem e atuar bem. A organização possui uma obrigação na invenção do novo indivíduo que a sociedade precisa para melhorar, porque a maior parte das pessoas, no universo industrializado, dedica o seu tempo dentro das companhias.

### **2.3 A ética nas decisões gerenciais**

Como já comentado, não satisfaz que as empresas tomem decisões corretas, porém, elas necessitam tomar as decisões adequadas nos períodos certos e a ética se peculiariza como uma orientação garantida na tomada de decisões no universo empresarial.

O gerente ou o administrador é sujeito-chave e a ele é designada, além das finalidades da empresa, sua imagem. As decisões ostentadas por ele terão grandes impactos em toda a empresa. É, assim sendo, um caso complicado, porque abarca não só o ganho, porém o indivíduo. Nesse âmbito, a ética se aproveita não apenas nas empresas, mas ainda para os funcionários comuns que terão seus direitos respeitados e o chefe que terá nela um norteador, um rumo a seguir.

O início que delibera toda a decisão, seja ela na coletividade ou em uma empresa, é o respeito ao indivíduo. Sendo assim, certos componentes de ordem prática se mostram como condições para a tomada de decisão. Para Srour (2003, p. 49), certos pontos são evidentes:

- Refletir sobre o problema ao invés de partir para a ação.
- Reunir todos os elementos considerados relevantes sobre o problema em questão.
- Fazer um levantamento sobre os pontos de vista do assunto, inclusive os opostos.

“As decisões empresariais não são inócuas, anódinas ou isentas de consequências: carregam um enorme poder de irradiação pelos efeitos que provocam” (SROUR, 2003, p. 50). Nas técnicas empresariais, são comprometidos os agentes que fazem parte dos atos que têm a ver com a administração da organização. No âmbito interno, fazem parte os funcionários, gestores e proprietários (acionistas ou quotistas). E, no âmbito externo, inserem-se usuários, fornecedores, prestadores de serviços, agentes governamentais, companhias financeiras, rivais, mídia, comunidade local e instituições da sociedade civil. Todos eles suportam, de algum modo, decorrências que se alteram conforme a elevação dos interesses entre eles.

Conforme Moreira (2002), consegue-se perceber, ainda, que a política pela ética tem capazes expectativas para florir quando o chamado poder de mercado das companhias está difundido, quando há real rivalidade e chances verdadeiras de opção por parte de clientes e usuários finais. Ainda assim, a consideração à opção dos usuários ainda não é notada em muitas organizações da atualidade. Isto só acontece quando eles se revelam ou realizam um tumulto.

Em relação ao processo evolutivo, tais ocorrências evidenciam a crescente procura por valores como limpidez e honestidade, tanto na abordagem da coisa pública como ainda no fornecimento de produtos e serviços ao mercado. Seria adequado, deste modo, que as organizações viessem a exercer algum código de conduta em harmonia com essas probabilidades. Porém, também não se pode ignorar a implementação de um conjugado de mecanismos de controle, para impedir prováveis infrações às direções seguidas (MOREIRA, 2002).

Para se difundir esses valores, dentro da empresa, pode-se imaginar o implante de um programa de ética. Porém, a eficiência dessa ação está atrelada, na maioria das vezes, à consideração de certos passos essenciais, como dispõe Moreira (2002, p. 37):

[...] o primeiro passo para estabelecer um programa de ética numa empresa é a criação de um código com a participação de todos os níveis da organização. A segunda etapa é a de treinamento para a aceitação dos valores do código e, neste caso, para que funcione efetivamente deve ser transmitido pelo chefe direto do funcionário. O compromisso com o código de ética como um todo deve valer também para os chefes, gerentes e/ou diretores, que serão avaliados como qualquer funcionário.

Um bom comportamento para assegurar o andamento do programa de ética é a concepção de uma via de comunicação interna na organização (MOREIRA, 2002). Diversas organizações também constituem comissões de ética, que são turmas de executivos que possuem como papel fiscalizar a ética organizacional, através de normas decretadas em certos aspectos tidos como questionáveis, além de temas que abarcam a violação da disciplina. Outro item proeminente nessa polêmica é com relação às atitudes dos indivíduos, considerando os empenhos e precisões dos outros. Nas palavras de Srour (2003, p. 61), “ser altruísta significa levar em consideração os interesses da maioria, tomar decisões que beneficiem e não prejudiquem os demais e agir visando ao bem-estar de todos”.

Assim, tornar-se ético é meditar sobre as decisões e atitudes a serem exercidas, considerando as pessoas e procurando exercer o bem, e também responder por tudo o que é realizado. Para se alcançar o estágio dos atos éticos citados, é necessário vencer o oportunismo que é transformado às vezes no espírito do jogo de total zero. Refere-se à batalha contra a esperteza, aos “jeitinhos”, à sonegação de impostos, ao aproveitamento e excesso de propinas, atitudes estas que decorrem no “passar o outrem para trás” (SROUR, 2003).

Torna-se óbvio que, por ocasião de os administradores perderem o comportamento ético, a contrapartida seguinte vem a ser a perda do respeito por parte dos trabalhadores. É necessário que as lideranças tentem evidenciar bons exemplos, para que os funcionários consigam gerar relações de maior credibilidade e garantia.

No intuito de enraizar esta meditação, pode-se indagar para os tomadores de decisão sobre suas habilidades de questionar ênfases e encarar os dogmatismos (o que se crê seja verdade absoluta). Percebe-se-se que diversas ideias distorcidas pelo vozerio gritante de determinado formador de opinião e divididas pela maioria normalmente se mostram falsas e criam ocorrências irreversíveis e, muitas vezes, letais para as empresas. Nesse novo cenário que se expõe, a qualificação, o esforço individual e a denominada meritocracia (sistema de administração que leva em conta o mérito como competência, o motivo central para se alcançar posição de culminância) têm realce nos métodos empresariais. Passa a ser preciso harmonizar a ética com a procura da maximização dos ganhos (SROUR, 2003).

Em relação ao Brasil, lê-se uma reflexão de Herbert de Souza (Betinho): “O Brasil tem fome de ética e passa fome em consequência da falta de ética na política”

(SROUR, 2003, p. 381). Novamente, consegue-se perceber a precisão de se empregar esforços rumo à ética, sendo a mesma engrazada em todas as áreas relacionados da companhia, porque, assim, decorrerá na ampliação das relações organizacionais.

Neste contexto geral, entende-se que tomar a decisão adequada solicita percepção, meditação, avaliação, julgamento e decisão, o que deve ser realizado, considerando-se a categoria do conjunto, que representa compreender que a dificuldade é parte integrante de uma realidade maior e mais complicada e necessita ser avaliada de maneira articulada e não separadamente (PASSOS, 2004).

As organizações possuem razões de sobra para agirem de forma ética interna externamente. Está confirmado que exercícios cidadãos conseguem ser um diferencial competitivo.

Se a instituição, como recinto social, produz e reproduz essas importâncias, ela vem a ser indispensável em todo o processo de alteração de expectativa dos indivíduos; tanto dos que nela convivem e compartilham quanto daqueles com as quais esses sujeitos se relacionam. Deste modo, quanto mais organizações possuam inquietações éticas mais a coletividade na qual essas empresas estejam introduzidas tenderão a melhorar, no significado de edificar um local aprazível onde os indivíduos vivam realizados, seguros e prósperos.

Na realidade, apresentar à luz as extensões morais da existência empresarial solicita uma expectativa nova que conduza à meditação ética. Se essa perspectiva vier a se estabelecer, novas indagações começarão a ser feitas no procedimento decisório, no instante em que forem avaliadas as escolhas possíveis, antes de se eleger um curso de atuação. Questões do tipo: Estou sendo responsável para com as outras pessoas? Existirá certo prejuízo ao meio ambiente? A sociedade será favorecida? Quais as decorrências para os indivíduos, em longo prazo? Só possuem significado se a gestão seguir uma probabilidade ética que extrapole a visão imediatista corrente.

### **3 METODOLOGIA**

O desenvolvimento deste estudo fundamenta-se na revisão bibliográfica. Por meio da abordagem qualitativa das referências pesquisadas, procurou-se

desencadear fatos históricos, relações e interpretações acerca da temática abordada.

Argumenta-se que pesquisa qualitativa e seus métodos de coleta e análise de dados são apropriados para uma fase exploratória da pesquisa. A pesquisa qualitativa também é apropriada para a avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa, ou plano, e também quando se trata de relatar uma evolução histórica de determinado tema e construir considerações críticas sobre o seu aspecto evolutivo (ROESCH, 2015).

A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, monografias, revistas científicas, e sites especializados com a temática em destaque. Com os dados e informações obtidas realizou-se as considerações críticas, buscando produzir sua adequada interpretação e desdobramentos relacionados a evolução e contribuições do tema estudado.

#### **4 CONCLUSÃO**

Nota-se, nitidamente, a precisão da atual administração organizacional em criar colaboradores mais éticos no universo dos negócios para poder resistir e, certamente, conseguir proveitos competitivos. Para tanto, então, a empresa precisa atuar de maneira honesta com todos os que possuem qualquer tipo de relacionamento com ela. Seus valores, direções e perspectivas têm que considerar todo esse mundo.

Crê-se que adequadas consequências profissionais e organizacionais necessitam implicar em decisões morais ou éticas e que ter modelos éticos pode representar bons empreendimentos em longo prazo (TOI; CARMO, 2015).

Considerou-se que é difícil falar de ética, porque teria que ser algo inerente a qualquer indivíduo, porém não é. O coleguismo corporativo deveria existir, porém, muitas vezes, não há. O poder e o dinheiro sempre ditaram as regras, e é por essa razão que vemos tantas pessoas jogarem defensivamente, não dando espaço para os outros, porque sabem que podem ser traídas a qualquer momento, até por quem julgavam amigo.

O ser humano se transporta com base no que é público, ou seja: escola, trabalho, hospital, etc., e o desinteresse são superados pelo egoísmo. Tudo isto provoca um procedimento que consente desconsiderar a atitude dos indivíduos,

porque a mente edifica a sua própria verdade, e está enquadrada e cria o certo e o errado.

Apurou-se que a ética, compreendida como a ciência dos costumes ou das ações humanas, veio a se tornar um item de sobrevivência para empresas submetidas a pressões estáveis, nas áreas mais atuantes da organização.

Concluiu-se que um dos pontos-chave da reflexão ética é o termo responsabilidade, quer dizer, a obrigação de responder pelas decorrências de suas atitudes. Diversos indivíduos podem pensar que não é fácil imaginar as implicações de médio ou longo prazo quando não se tem tempo para tudo e a rapidez dos episódios parece extirpar toda a chance de uma meditação mais sensata. Mas, os possuidores de maiores encargos são os que têm mais tempo.

Porém, nas maiores decisões que se acata está incluída uma opção importante sobre a identidade humana de cada um. Assim, nada é completamente garantido e a reflexão ética vem a se tornar um desafio fixo, porque o esforço de edificar vínculos reais é cotidiano. A ética necessita estar interiorizada nas pessoas, porque ela é uma condição de sobrevivência e de convivência social, atribui limites e deve estar empenhada com a dignidade do indivíduo e com a justiça social, porém, para que isto ocorra, é preciso uma transformação na cultura da sociedade para sua implementação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, R.; ALYRIO, R.; MACEDO, M. **Princípios de negociação:** Ferramentas de gestão. São Paulo: Atlas, 2004.

ARRUDA, M.C.C. **Código de ética:** um instrumento que adiciona valor. São Paulo: Negócio Editora, 2002.

BEZERRA, Marcely Almeida. **A cultura de preocupação com valores éticos.** 2007. Disponível em: <<https://www.uva.br/sites/.../monografia-cultura-valores-eticos.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

FARENZENA, José Antônio. **Aplicação de penalidades aos contabilistas do Estado do Espírito Santo.** 2008. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/2CCF/20080718161309.pdf>> Acesso em: 6 mai. 2016.

GOLDIM, José Roberto. **Ética e alimentos transgênicos.** Set. 2003. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

JACOMINO, D. Você é um profissional ético? **Você S/A**. São Paulo, n.25, p. 28-37, jul. 2000.

LISBOA, Lázaro Plácido (coord). **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LOPES, Ari. **Ética nas empresas e impacto da ética na contabilidade**. Set. 2011. Disponível em: <[http://www.consultores.com.br/artigos.asp?cod\\_artigo=872](http://www.consultores.com.br/artigos.asp?cod_artigo=872)>. Acesso em: 4 abr. 2016.

MOREIRA, Joaquin Manhães. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Guazzelli, 1999.

\_\_\_\_\_. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

NASCH, L. **Ética nas empresas: boas intenções à parte**. São Paulo: Makron, 1993.

PASSOS, E. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: estágios, tcc, dissertações e estudos de caso**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SROUR, R. **Ética empresarial: a gestão da reputação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

STONER, James A.F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

TOI, Carmen Steiner.; CARMO, Eliane Rodrigues do. **A importância do comportamento ético nas organizações**. 2015. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIseminario/trabalhos/A%20import%C3%A2ncia%20do%20comp.%20%C3%A9tico%20nas.....pdf>. Pagina acessada em 15/11/16.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. **Ética**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.



## PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA CAPTAÇÃO DE EMPRESAS PARA PARQUES TECNOLÓGICOS

Amanda Antonello Giuliani<sup>17</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta uma proposição de diretrizes estratégicas para captação de empresas para parques tecnológicos. O estudo fundamenta-se em leitura de organismos públicos e autores que tratam do tema, constituindo de um ensaio-teórico, onde se procurou aprofundar o conhecimento e ampliar o entendimento sobre o tema proposto. O estudo mostra que é dever principalmente do poder público apresentar soluções que atraiam organizações para os parques tecnológicos, favorecendo assim a produção de conhecimento pelas organizações que lá possam atuar.

**Palavras-chave:** estratégia, proposição de diretrizes, parques tecnológicos.

### ABSTRACT

This paper presents a proposal of strategic guidelines for attracting businesses to technology parks. The study is based on reading public and authors on the same matter bodies and is a test-theoretical, which sought to deepen the knowledge and broaden the understanding of the theme. The study shows that it is primarily the duty of the government with solutions that attract organizations for technology centers, thus promoting the production of knowledge by organizations that can act there.

**Keywords:** strategy, proposing guidelines, technology parks.

## 1. INTRODUÇÃO

A tecnologia deixou de ser um diferencial para se tornar pré-requisito para operação das atividades organizacionais. Cada vez mais as organizações utilizam-se dos recursos tecnológicos para adotar suas estratégias de crescimento.

Segundo Terra apud Zouain (2003, p. 13) “a evolução tecnológica tem sido responsável por cerca de 70% do crescimento econômico e, talvez, por entre 80 e 90% dos ganhos de produtividade”. Por isso, a área de tecnologia é um dos setores que mais cresce ultimamente, trazendo competitividade e ganhos econômicos para a sociedade.

Participando desta revolução, os parques tecnológicos, de grande relevância social e econômica constituem uma importante ferramenta de crescimento e

---

<sup>17</sup>Mestre, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil, e-mail: amandagiuliani@yahoo.com.br.

desenvolvimento científico e, principalmente, tecnológico. Nos parques tecnológicos são desenvolvidos e construídos saberes pelas organizações que lá atuam. Essas organizações que primam pela inovação e estão próximas a bases tecnológicas tem mais chances de sucesso que aquelas que simplesmente se dizem inovadoras, isso porque se diferenciam das demais perante seus esforços em construir novos e diferenciados produtos e serviços, primando sempre pela melhoria contínua de seus processos.

Porém, como captar organizações que tenham interesse de desenvolver projetos de pesquisa e conhecimento em parceria com as universidades e faculdades? É preciso pensar em estratégias que atraiam empresas que desejam trabalhar e desenvolver atividades nos parques tecnológicos, com o intuito de gerar ciência, tecnologia e conseqüentemente riqueza.

As estratégias de captação de organizações para atuarem em parques tecnológicos devem ser pensadas e planejadas de modo eficiente e efetivo com a melhor concentração de esforços.

Em função da importância sobre o tema surge este estudo o qual objetiva-se propor diretrizes estratégicas para captação de empresas para parques tecnológicos.

## **2. Revisão de Literatura**

Na revisão de literatura serão apresentados conceitos pertinentes ao estudo, alicerçado em organismos públicos e autores que tratam do tema.

### **2.1 Estratégia**

Antes de iniciar a discorrer sobre as estratégias de captação de empresas para parques tecnológicos é mister definir estratégia organizacional, que pode ser um plano pré-estabelecido pela empresa para atingir seus desejos presentes e futuros, de modo que consiga se distinguir e se destacar perante seus concorrentes.

Em conformidade com Angeloni *et al.* (2008) a estratégia em si refere-se a transição de uma empresa de sua posição atual para uma posição futura, desejável, porém incerta.

Ferreira (2000) estabelece que estratégia é a arte de aplicar os meios disponíveis ou explorar condições favoráveis com vista a objetivos específicos. A ideia é atingir objetivos, portanto, se deve raciocinar e traçar planos para atingir tais anseios.

Neste sentido, Vieira (2000, p. 14) diz que

O ser humano, ao longo do seu processo de construção da civilização, tem criado e aperfeiçoado organizações com o propósito de dar atendimento adequado às suas necessidades sociais. Evoluindo com a sociedade, as organizações tornam-se, porém, tanto quanto esta, sempre mais complexas e dependentes das interações que obrigatoriamente devem estabelecer com o meio do qual participam. Resulta daí o reconhecimento de que as ocorrências externas aos limites da organização são tão importantes para o seu desempenho e desenvolvimento quanto as ações que se estabelecem no seu interior. Conseqüentemente, estratégias e decisões organizacionais são tentativas de gerenciamento dos ajustes mais adequados e racionais entre a organização e o seu ambiente.

O autor deixa claro que existe a necessidade de estabelecer estratégias para que as organizações consigam interagir melhor com ambiente externo não deixando de atingir seus objetivos específicos.

Pode-se entender estratégia também, na visão de Oliveira (2011, p. 323), pelo “caminho, maneira ou ação formulada e adequada para alcançar, preferencialmente de maneira diferenciada e inovadora, os objetivos, desafios e metas estabelecidos, no melhor posicionamento da empresa perante seu ambiente”.

Para Mintzberg (2006) “uma estratégia também pode ser um pretexto, realmente apenas uma manobra específica para superar um oponente ou concorrente”.

Fica claro que pensar e desenvolver uma estratégia deve ser parte constante de qualquer organização que deseja se desenvolver e permanecer ativa em seus negócios.

De acordo com Boar apud Akabane (2012, p.3) estratégia consiste em

Identificar o futuro desejado para o negócio, os objetivos específicos a serem obtido, e os movimentos estratégicos necessários para construção do futuro. Estratégia também é considerada na formulação da estratégia do negócio que permite a organização atingir suas finalidades e seus objetivos.

Sendo assim, a estratégia é uma serie de ações pensadas e formuladas pela organização que irão definir o futuro desta. Para Akabane (2012, p.7)

A formulação da estratégia consiste na geração, avaliação e seleção de meios pelos quais os objetivos serão atingidos; portanto, é um processo intelectual, analítico e intuitivo focado sobre a eficácia. Desta forma, todos os recursos disponíveis serão considerados antes de qualquer tomada de ação na qual se requer a sintonia absoluta entre os participantes do alto nível hierárquico da organização.

Pensar a estratégia organizacional deveria ser requisito de entrada de qualquer organização no mercado em que deseja atuar, pois de uma forma planejada e pautada em ações específicas terá menos riscos de fracassar em seu negócio.

Portanto, definir uma estratégia é essencial para qualquer organização sobreviver e se distinguir no novo cenário global. Os parques tecnológicos aderindo a uma estratégia para captação de empresas terão mais chances de atingirem os fins para os quais foram criados.

Pensar em estratégia requer que as organizações definam suas políticas, programas, procedimentos, diretrizes, normas e métodos. No caso deste estudo pensou-se em determinar diretrizes para que os parques tecnológicos consigam atrair empresas que queiram trabalhar em seu campo. Conforme Chiavenato (2003, p. 170) diretrizes são “princípios estabelecidos para possibilitar o alcance dos objetivos pretendidos pela organização. Como os objetivos são fins, as diretrizes servem para balizar os meios adequados para atingi-los e canalizar as decisões”.

Por tanto, se o objetivo é captar empresas para atuarem em parques tecnológicos as diretrizes servirão de apoio para que este anseio seja alcançado.

## **2.2 Parques Tecnológicos**

Embora alguns conceitos sejam encontrados na web e se assemelham bastante sobre parques tecnológicos e todo o universo que os cerca observa-se que quase inexitem literatura e autores que discorrem sobre o tema.

Sabe-se que parques tecnológicos são locais que geram conhecimento, inovação e divisas. Geralmente instalados juntos ou próximos a universidades e faculdades, assim como escolas, trabalham em parceria com essas instituições juntamente com empresas privadas e o setor público produzindo e trocando saberes entre seus membros.

Certificando o conceito acima, de acordo com Atrasas, Dias e Leite (2003, p. 09)

Parques tecnológicos estão sendo utilizados em todo o mundo como eficientes instrumentos para aproximação física e temática da ciência e da tecnologia com as empresas e com o mercado, proporcionando, ao mesmo tempo, geração de postos de trabalho para pessoal qualificado, aumento de renda e de receitas e desenvolvimento em nível local e regional.

Segundo Bellavista e Sanz *apud* MCT – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2013, p. 07)

Os parques tecnológicos, a partir da congregação de instituições públicas e privadas, com foco em empresas inovadoras, start-ups de base tecnológica, centros tecnológicos, institutos de pesquisas e universidades, constituem importantes instrumentos para o desenvolvimento de ambientes inovadores.

Segundo Steiner, Cassim e Robazzi (2008, p. 2) “Parques Tecnológicos são ambientes de inovação. Como tal, instrumentos implantados em países desenvolvidos e em desenvolvimento para dinamizar economias regionais e nacionais, agregando-lhes conteúdo de conhecimento”. Desta forma os parques tecnológicos melhoram a economia do município e região onde estão instalados tornando as cidades mais competitivas, gerando emprego e renda a população.

Ainda em consonância com Steiner, Cassim e Robazzi (2008, p. 2) referindo-se a parques tecnológicos,

Trata-se de empreendimentos implantados em grandes áreas públicas ou privadas, tendo em sua área de abrangência entidades científicas e tecnológicas – Universidades e institutos de pesquisas – e tornando-se sede de unidades de P&D&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação) de empresas privadas.

Conforme Zouain (2003, p. 33) “parques tecnológicos são desenvolvidos com o objetivo de acomodar empresas engajadas na aplicação comercial de alta tecnologia, com atividades que incluem P&D, produção e vendas”.

Em conformidade com a UNESCO e IASP *apud* ABDI – Agencia Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2008, p. 6)

Parques Tecnológicos são complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que visam fomentar economias baseadas no conhecimento por meio da integração da pesquisa científica-tecnológica, negócios/empresas e organizações governamentais em um local físico, e do suporte às inter-relações entre estes grupos. Além de prover espaço para negócios baseados em conhecimento, PqTs podem abrigar centros para pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, inovação e incubação, treinamento, prospecção, como também infra-estrutura para feiras, exposições e desenvolvimento mercadológico. Eles são formalmente ligados (e usualmente fisicamente próximos) a centros de excelência tecnológica, universidades e/ou centros de pesquisa.

A partir dos conceitos acima descritos, pode-se dizer que os parques tecnológicos são locais que criam, desenvolvem, tratam e disseminam o conhecimento. Existe nesses locais uma concentração de esforços que tornam as organizações lá instaladas empreendedoras de conhecimento e inovação.

Corroborando com este conceito a ABDI - Agencia Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2008, p. 18) diz que

Começa a surgir um novo conceito de Parque, muito mais sintonizado com uma realidade de “sociedade do conhecimento” do que de “sociedade industrial”. Enquanto na “Era Industrial” os Parques representavam uma espécie de “trailer do futuro” ou de “gueto high tech”, na “Era do Conhecimento”, os Parques podem e devem se tornar os legítimos espaços para desenvolver e abrigar os empreendimentos desta nova fase da economia e da sociedade.

De acordo com Steiner, Cassim e Robazzi (2008) se pode perceber pela análise da experiência internacional os seguintes fatores críticos comuns de sucesso dos parques tecnológicos:

(a) o comprometimento dos governos municipal, estadual e federal, do setor empresarial, das universidades e dos institutos de pesquisa; (b) a perspectiva de que a implantação de Parques insere-se no âmbito de programas e ações estratégicas de desenvolvimento regional e local; (c) a necessidade de definição de segmentos tecnológicos em que os Parques podem atuar e ser competitivos.

No Brasil, segundo Zouain (2003) o movimento dos parques tecnológicos é tardio. Com início na década de 80 e 90 as primeiras experiências não tiveram continuidade de ações, principalmente pela falta de políticas específicas para apoio para esse tipo de iniciativa.

Conforme a ABDI – Agencia Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2008) um estudo foi realizado sobre a situação dos parques tecnológicos no Brasil ao longo de 2007, com resultados apresentados em 2008 e 2009, gerando um conjunto de informações das quais se destacam:

(a) 55 Parques Tecnológicos foram pesquisados dentro de um universo de cerca de 65 projetos existente no país atualmente; (b) destes 55 Parques Tecnológicos, 11 se enquadraram como em operação, 13 em processo de implantação e outros 11 em fase de planejamento (c) mais de 250 empresas de tecnologia estão instaladas nestes parques, gerando cerca de 5000 postos de trabalho; (d) os projetos estudados receberam investimentos públicos da ordem de R\$ 50 milhões, sendo que 50% deste valor veio de órgãos do governo federal (50%), Energia, Biotecnologia, Eletrônica e Instrumentação, Serviços, Meio Ambiente e Agronegócios; (e) mesmo sendo possível identificar setores prioritários, mais de 60% dos

PqTs se consideram “generalistas” para receber empresas de diversos segmentos; (f) cerca de 80% das empresas instaladas nos PqTs são originárias da região e apresentam-se em estágio e consolidação; [...] (ABDI, 2008, p. 08 e 09).

Fica claro segundo o exposto acima o quão importante é a implantação de um parque tecnológico para uma região, principalmente, como já descrito, pela criação de postos de trabalho. Por outro lado, percebe-se que não existe uma estratégia ou um planejamento para receber as empresas que desejam atuar nesses parques. Conforme diz o citado muitas empresas ainda não estão consolidadas.

Existem, ainda de acordo com o estudo, um conjunto de desafios a serem superados nos próximos anos, tais como:

(a) crescimento, o que dificulta a definição de um modelo de negócios sustentável para alavancagem do empreendimento; (b) em geral, os projetos apresentam forte dependência de recursos públicos para início da implantação do projeto e poucos investimentos ou investidores privados; (c) as equipes de planejamento, implantação e operação possuem pouca experiência na área imobiliária e financeira; (d) há uma grande dificuldade de engajamento efetivo de lideranças acadêmicas nos projetos de Parques Tecnológicos; (e) é preciso articular e coordenar as diversas iniciativas de PqTs para evitar uma “Bolha da Inovação”, com a proliferação de um grande número de projetos que acabe prejudicando a credibilidade do tema (f) é necessário mudar profundamente a cultura das universidades para aproveitar melhor os ativos de conhecimento já acumulado e investir cada vez mais nas áreas de empreendedorismo e da inovação; (g) é fundamental sintonizar a estratégia de implantação dos PqTs com as prioridades regionais e nacionais, bem como com as tendências internacionais; (h) há necessidade de aporte de recursos financeiros significativos governamentais para “fazer a diferença” no mercado global e, ao mesmo tempo, de regras claras, com segurança jurídica, para a atração intensiva de capital privado; (i) é preciso definir uma Política Nacional de Apoio a PCTs estabelecendo claramente o papel dos vários atores: Governo Federal/Central, Governo Estadual/Região, Governo Municipal/Local, Universidades, Setor Privado, Sistema Financeiro, etc

Ou seja, muitas são as lacunas existentes para que os parques tecnológicos possam funcionar adequadamente. Vale ressaltar, novamente, a inexistência do desenvolvimento de estratégias adequadas para alavancar a estrutura, bem como a grande dependência do poder público, na verdade é ele que atua diretamente de modo efetivo para que o parque tecnológico funcione com o apoio direto das empresas privadas que lá estão instaladas. Destaque para a falta de visão das universidades no que tange ao incentivo ao empreendedorismo e a inovação. Relevasse também a falta de garantias para aproximação de capital privado e por fim, a estipulação clara e ideal do papel de todos os envolvidos no processo.

No ano de 2013 foi realizado pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – (SETEC/MCTI), no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o MCTI o “Estudo de Projetos de Alta Complexidade – Indicadores de Parques Tecnológicos”, onde foram pesquisadas 94 iniciativas de parques tecnológicos no Brasil, no qual se pode constatar:

Há 939 empresas instaladas nos parques que geram 29.909 empregos e absorvem mão de obra altamente qualificada, incluindo uma quantidade considerável de mestres e doutores. Ressalta-se que a capacitação dos empregados representa fonte de diferencial competitivo, principalmente quando se considera iniciativas direcionadas à inovação tecnológica não prescindem de recursos humanos que apoiem o desenvolvimento técnico das empresas (MCTI, 2013, p. 14).

Isso significa que passados 06 anos o número de parques tecnológicos bem como a quantidade de empregos que este proporciona cresceu consideravelmente. O estudo mostra ainda a importância do apoio financeiro governamental aos parques tecnológicos em suas diferentes fases de desenvolvimento. De acordo com o estudo

O governo federal possui a maior parcela de investimento (R\$ 18,2 milhões - 54%) em parques no estágio de projeto, superando os governos estaduais e municipais (R\$ 11,5 milhões - 34%) e a iniciativa privada (R\$ 3,8 milhões - 12%). Dessa forma, dadas as maiores incertezas de parques nessa etapa de desenvolvimento, o apoio do governo federal mostra-se imprescindível para que as iniciativas possam avançar (MCTI, 2013, p. 07).

De acordo com Steiner, Cassim e Robazzi (2008) o setor público tem diversas responsabilidades em relação aos parques tecnológicos, principalmente em relação às políticas de indução de desenvolvimento de um país ou região. Dentre outras, os autores destacam:

(a) a indução de políticas públicas – os parques tecnológicos estão entre as políticas públicas modernas em todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento; (b) a articulação entre os diversos níveis do poder público (federal, estadual e municipal), entre o poder público e o privado, e entre o poder público e a academia; (c) o investimento em equipamentos públicos específicos na área de laboratórios, serviços e formação de recursos humanos demandados pelo mercado local; (d) a definição de uma política de atração de empresas para os parques tecnológicos; e (e) o financiamento e a capitalização dos parques (STEINER, CASSIM E ROBAZZI, 2008, p. 18 e 19).



Claramente se percebe as responsabilidades do setor público junto aos parques tecnológicos, principalmente no que tange a atração de empresas. É o setor público que deve ser o responsável em criar condições favoráveis para que organizações queiram unir-se para desenvolver seus negócios. Os mesmos autores, Steiner, Cassim e Robazzi (2008) ainda mostram o exemplo do Sistema Paulista de Parques onde o sistema apresenta três fases de implantação dos parques tecnológicos para orientar a estratégia de atração de empresas, sendo: estruturação, expansão e consolidação.

As fases foram definidas em função do grau de maturidade do empreendimento. A fase de estruturação é determinante para a captação de investimentos e é a fase mais intensa em divulgação. Durante essa fase, as premissas devem ser consolidadas, as demandas das empresas mapeadas e as soluções para questões como infra-estrutura, serviços tecnológicos, incentivos e necessidade de recursos humanos, entre outras, devem ser buscadas. A fase de expansão é uma fase de intensa concretização de negócios, mas centrada em informações qualificadas. Finalmente, a última fase representa o momento de consolidação do parque, quando as ações de captação são seletivas e visam a aperfeiçoar a ocupação do espaço e melhorar a qualidade das empresas instaladas. Cada uma das fases demanda uma estratégia de atuação e também a análise das características de cada parque (STEINER, CASSIM E ROBAZZI, 2008, p. 17 e 18).

Vale ressaltar que primeiramente o sistema busca mapear as necessidades das organizações que pretendem atuar nos espaços destinados otimizando assim as negociações. Após este mapeamento as informações tornam-se qualificadas para a concretização da negociação e por fim, representando o momento de consolidação do parque as ações tornam-se seletivas priorizando a qualidade das empresas que pretendem se instalar.

Por outro lado, de acordo ainda com Steiner, Cassim e Robazzi (2008)

A filosofia de um parque tecnológico demanda que ele seja gerido com regras do setor privado, já que tanto durante a fase de implantação quanto durante a fase operacional, são as empresas privadas que irão investir para viabilizar o parque. Os incorporadores (master developer e/ou developer), por exemplo, atuarão para garantir investimentos em infra-estrutura básica para desenvolver grandes glebas de terra durante a fase de implantação dos parques. Durante a fase operacional, os developers poderão construir os edifícios que podem ser vendidos ou locados para as empresas. Os investidores do mercado imobiliário são figuras importantes no setor privado e que eventualmente poderão participar da viabilização do projeto de algum parque tecnológico. São fundos de investimento ou empresas financeiras que têm acesso a recursos financeiros direcionados para investimento no mercado imobiliário. Estes investidores geralmente atuam associados a algum incorporador e podem tanto adquirir edifícios locados para empresas de base tecnológicas (EBTs) quanto investir na construção de edifícios para vender para as EBTs. Podem ainda investir em projetos residenciais no

entorno dos parques tecnológicos, objetivando a venda de imóveis no curto e médio prazos (p. 20).

Ainda segundo o “Estudo de Projetos de Alta Complexidade – Indicadores de Parques Tecnológicos” (2013)

Uma vez viabilizados, os parques ao entrarem em operação passam a ter, como fonte principal de recursos, investimentos advindos da iniciativa privada (cerca de R\$ 2,1 bilhões – 55%). Os recursos do governo federal (R\$ 1,1 bilhões – 29%) e dos governos estaduais e municipais (R\$ 612,6 milhões – 16%) ainda são relevantes para os parques em operação, porém a iniciativa privada passa a ter grande participação no desenvolvimento dos mesmos (MCTI, 2013, p. 19).

Neste sentido, cabe também ao setor privado atuar nas questões financeiras, jurídicas de cunho imobiliário e meio-ambiente, sempre com o objetivo permanente de que um parque tecnológico tem o interesse público de transformar conhecimento em riqueza.

Neste sentido, se torna tão importante atrair empresas privadas que tenham interesse de se instalar e iniciar suas atividades nos parques tecnológicos.

### **2.3 Proposição de diretrizes estratégicas para captação de empresas para parques tecnológicos**

O processo de proposição de diretrizes estratégicas para captação de empresas para parques tecnológicos deu-se com a compilação de várias informações, principalmente pautadas em leituras e assimilação de informações dos autores apresentados no referencial teórico.

Visando a atração de organizações para parques tecnológicos algumas ações são de total importância para o sucesso da intenção, principalmente por parte dos governos federal, estadual e municipal, tais como:

Concessão de desoneração fiscal, tributária, impostos territoriais, etc durante um determinado período para que as empresas possam iniciar suas atividades com tranquilidade monetária;

Provimento de linha de crédito para as empresas conseguirem montar suas estruturas prediais e de laboratório;

Oferta de assessoria e consultoria jurídica às empresas que estão iniciando suas atividades;

Criação de legislação específica de incentivos fiscais para apoio à pesquisa e desenvolvimento e à inovação tecnológica;

Disponibilidade de um centro de convenções para encontros e congressos nacionais e internacionais;

As necessidades de infraestrutura, recursos materiais, recursos financeiros e tecnológicos devem ser mapeados de acordo com a vontade de cada empresa que deseja atuar no parque;

Oferta de recursos mínimos de infraestrutura, tais como esgoto, luz, água, telefone, internet, serviços bancários, serviços de correio, etc;

O parque deve dispor de serviços gerais tais como bibliotecas, revistarias, restaurantes, cafeterias, clínicas médicas, academias de ginástica, lavagem de carros, dentre outros

Parcerias com incorporadoras e construtoras devem ser realizadas para que a infraestrutura predial seja adequada às organizações;

Fortalecimento da parceria entre universidade e empresa privada no sentido de promover o desenvolvimento do conhecimento;

Ofertar às empresas privadas estudo de viabilidade econômica e técnica;

Criação e disponibilização de ambientes de inovação para que as empresas privadas possam fazer seus experimentos;

Oferta de linhas de crédito para compra de equipamentos e recursos tecnológicos necessários;

Desenvolvimento de planos de sustentabilidade financeira e ambiental;

Promoção de cursos de treinamento e capacitação de pessoal;

Definição de uma equipe gestora para tratar de assuntos gerais do parque;

Desenvolvimento de uma equipe multidisciplinar, com engenheiros, arquitetos, advogados, contadores, psicólogos e demais profissionais para fornecer orientação às empresas instaladas;

Capacitação de empresas prestadoras de serviços tais como limpeza, higiene, alimentação, jardinagem, dentre outros, adequando-se a padrões estabelecidos pelo parque para que consigam oferecer seus serviços com excelência às empresas instaladas;

Capacitação de empresas para os serviços de gestão de condomínio;

Concessão às empresas prazo para pagamento na compra dos lotes de terra;

Oferta de profissionais capacitados em gestão estratégica de organizações, promovendo e auxiliando a criação do planejamento estratégico das empresas;

Premiar empresas destaques em inovação e tecnologia;

Promoção de ações que auxiliem com o desenvolvimento cultural, social e ambiental do parque;

Promoção do desenvolvimento humano em todas as relações alicerçadas no parque e;

Desenvolvimento de ambientes em que as pessoas possam ter uma convivência saudável, entretenimento, opções de lazer e boa qualidade de vida.

### **3. METODOLOGIA**

Este estudo tem como proposta apresentar diretrizes estratégicas para atrair empresas para parques tecnológicos. Assim, determinado o objeto, foram definidos os procedimentos para a realização da análise da proposta. Através deste estudo teórico que tem ênfase na argumentação e interpretação pessoal e também pesquisa por meio de bibliografias de autores e organismos referencias no tema, buscou-se realizar leitura dinâmica para o processo.

Sintetizam-se as etapas deste estudo da seguinte forma: caracterização da pesquisa e técnica para coleta e análise dos dados.

#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

O presente trabalho caracteriza-se por ser um ensaio teórico, uma vez que consiste em ser um estudo desenvolvido com uma exposição lógico-reflexiva e ainda prioriza a ênfase na argumentação e interpretação pessoal, Severino (2000).

Em relação à forma de abordagem, esta será qualitativa. De acordo com Fachin (2001, p. 82), a variável qualitativa “é caracterizada pelos atributos e relaciona aspectos não somente mensuráveis, mas também definidos descritivamente”. Para este estudo não serão abordadas técnicas estatísticas para coleta e análise dos dados.

#### **3.2 Técnica para coleta de dados**

Utilizou-se como técnicas para coleta dos dados o levantamento bibliográfico; realizado na biblioteca da própria instituição, bem como em sites da internet e documentos digitais que tratam do tema, além de teses e artigos científicos.

O registro dos dados deu-se em arquivos do Word, como uma forma de organizar as informações e recuperá-las posteriormente. Esses arquivos foram salvos em meio digital.

#### **4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

A partir da leitura e compilação de várias informações foi possível conceituar parques tecnológicos bem como entender as obrigações que cada organismo, tanto público como privado tem em relação à estrutura mencionada. Conseguiu-se, também, elaborar algumas proposições de diretrizes estratégicas para captação de empresas para parques tecnológicos.

Fica claro que viabilidade tanto financeira quanto estrutural de um parque tecnológico envolve um esforço conjunto das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) bem como da iniciativa privada.

Acredita-se que se os parques tecnológicos forem capazes de levar em consideração algumas das proposições de diretrizes apresentadas neste trabalho conseguirão mais facilmente atrair organizações para atuarem em seu cenário.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscou-se neste trabalho discutir e apresentar diretrizes estratégicas de captação de empresas para atuarem em parques tecnológicos. Ouve uma reflexão a cerca da proposta do estudo na qual se considera que investimentos em políticas públicas, recursos materiais, humanos e tecnológicos são essenciais para atrair organizações a desenvolverem sua missão e objetivos nos parques tecnológicos.

Pensa-se que quanto mais engajados estiverem os governos e iniciativa privada no que tange a discussão apresentada maior será o benefício de todos os atores envolvidos, assim como a sociedade e o país, enquanto gerador de conhecimento e inovação.

#### **REFERÊNCIAS**

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Parques Tecnológicos no Brasil: Estudo, Análise e Proposições**. 2008. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Parques%20Tecnol%C3%B3gicos%20-%20Estudo%20an%C3%A1lises%20e%20Proposi%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2015

AKABANE, G. K. **Gestão estratégica da tecnologia da informação**: conceitos, metodologias, planejamento e avaliações. São Paulo: Atlas, 2012.

ANGELONI, Maria Terezinha. *Et al.* **Organizações do Conhecimento**: Infra-estrutura, Pessoas e Tecnologia – São Paulo : Saraiva, 2008.

ATRASAS, Ana Lucia; DIAS, Jose Manuel Cabral de Souza; LEITE, Lucas Antônio de Sousa. **Parques tecnológicos e incubadoras de empresas**: fatores de desenvolvimento tecnológico e regional em Portugal e Espanha. Relatório de viagem internacional. Embrapa – Recursos Genéticos e Biotecnologia. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/documents/1355163/2020453/doc096.pdf/0c6a5df8-0d69-4fae-8d88-911fe0a2be07>> Acesso em: 29 abr. 2015

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FACHIN, Odília. **Fundamentos da Metodologia**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERREIRA, A. B. H. **Mini-aurélio século XXI**: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MINTZBERG, H.; et al. **O processo da estratégia**: conceitos, contextos e casos selecionados. 4 ed. São Paulo: Bookman, 2006

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estudo de Projetos de Alta Complexidade**: indicadores de parques tecnológicos / Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília: CDT/UnB, 2013. Versão Resumida. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0228/228606.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0228/228606.pdf)>. Acesso em 27 abr. 2015

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2011

SEVERINO, A J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

STEINER, João; CASSIM, Marisa B; ROBAZZI, Antônio C. **Parques Tecnológicos: Ambientes de Inovação**. 2008. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/steiner cassim robazzi parque tec.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

VIEIRA, E. F. **Gestão estratégica na Universidade Regional de Blumenau**: evolução histórica e prospecção de posicionamentos competitivos: um estudo de

caso. Dissertação de mestrado pelo Curso de Mestrado em Administração: Gestão Moderna de Negócios, Universidade Regional de Blumenau, 2000.

ZOUAIN, Desirée Moraes. **Parques Tecnológicos**: Propondo um modelo conceitual para regiões urbanas o Parque Tecnológico de São Paulo. Tese de doutorado pelo curso de Doutorado em Ciências na área de tecnologia Nuclear-Aplicações, Universidade de São Paulo, USP. 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/85/85131/tde-27032014-134435/pt-br.php>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

## LIDERANÇA COMO INSERÇÃO CULTURAL: ESTUDO DE CASO COM OS COLABORADORES DE UM HOTEL NA REGIÃO DAS MISSÕES

Estela Steinke<sup>18</sup>  
Jéssica Thaise Baumgarten<sup>19</sup>

### RESUMO

O desafio dos gestores está em atingir aos objetivos da organização, inserindo o fator humano para a obtenção do resultado. Nesse aspecto a liderança é algo fundamental, pois é a capacidade de levar o colaborador a cooperar espontaneamente em prol dos objetivos organizacionais. O estudo foi desenvolvido em um hotel na região das Missões, com o intuito de analisar uma interseção das relações entre os colaboradores e gestores, bem como a liderança, desenvolvendo uma cultura organizacional voltada ao desenvolvimento de equipes. Utilizaram-se os métodos de abordagem dedutiva, quantitativa e qualitativa, com procedimentos da pesquisa descritiva e estudo de caso. Quanto às técnicas para a coleta dos dados, utilizou-se a técnica de observação, e entrevista estruturada. Foram entrevistados 22 funcionários do Hotel em estudo, bem como entrevista estruturada com 3 gestores que compõem a Administração e gerência da empresa. Ao analisar os dados e a organização, foi sugerida a ferramenta empowerment. Para a inserção da liderança, confirmou-se que os gestores devem perceber em seus colaboradores as características individuais e conforme a cultura das pessoas e da organização vai deliberando líderes e com isso desenvolvem-se melhor as relações humanas na empresa e o alcance dos objetivos organizacionais.

**Palavras-chave:** Cultura. Empowerment. Liderança. Relações Humanas.

### ABSTRACT

The challenge for managers is to achieve the objectives of the organization, inserting the human factor to obtain the result. In this aspect, leadership is fundamental because it is the ability to lead the employee to cooperate spontaneously in favor of organizational goals. The study was developed in a hotel in the Missions region, with the purpose of analyzing an intersection of the relationships between employees and managers, as well as leadership, developing an organizational culture focused on the development of teams. The methods of deductive, quantitative and qualitative approach were used, with descriptive research procedures and case study. As for the techniques for data collection, we used the technique of observation, and structured interview. We interviewed 22 employees of the Hotel under study, as well as a

---

<sup>18</sup>Estela Steinke. Mestre em Desenvolvimento- UNIJUI- Graduada em Administração-URI. Professora do Curso de Administração URI São Luiz Gonzaga. E-mail: estelasteinke@yahoo.com.br

<sup>19</sup>Jéssica Thaise Baumgarten. Estudante de Psicologia- URI Santo Ângelo. E-mail: jessicathaise@hotmail.com



structured interview with 3 managers who make up the Administration and management of the company. When analyzing the data and the organization, the empowerment tool was suggested. For the insertion of leadership, it was confirmed that the managers must perceive in their employees the individual characteristics and according to the culture of the people and the organization is deliberating leaders and with that develop the human relations in the company and the reach of the organizational objectives.

**Keywords:** Culture. Empowerment. Leadership. Human Relationships.

## 1 INTRODUÇÃO

As relações humanas são fundamentais para o bom desenvolvimento do trabalho em equipe. As empresas precisam inserir a liderança no seu cotidiano, desenvolvendo como cultura com valores satisfatórios. Os gestores devem perceber em seus colaboradores as características individuais e conforme a cultura das pessoas e da organização vai deliberando líderes. De acordo com Chiavenato (2000) há três estilos de liderança e com os mesmos podem-se descrever as principais características do líder, a forma como aborda as tarefas e como age com os colaboradores.

Para o desenvolvimento e sobrevivência de uma empresa, o líder visionário é capaz de enxergar oportunidades onde ninguém percebe, realizar adaptações e mudanças necessárias, com a finalidade de desenvolver, crescer e melhorar a empresa. O objetivo do estudo é analisar uma interseção das relações entre os colaboradores e gestores, bem como a liderança, desenvolvendo uma cultura organizacional voltada ao desenvolvimento de equipes.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Liderança

Toda a organização mantém sua existência em prol de um objetivo. Nesse sentido, a liderança é o processo de influenciar pessoas para atingir esses objetivos na empresa. A liderança é a capacidade de levar alguém a cooperar espontaneamente. Quando o gestor não tem liderança, o colaborador adota a estratégia de desenvolver o mínimo necessário para não perder o seu trabalho.

A liderança traz o poder sólido e sustentável, nessa linha de pensamento aborda-se a necessidade de explicar sobre o que vem a ser organização. Para Maximiano (2000), objetivos e recursos são as palavras chaves na definição de administração e também de organização. Uma organização é uma combinação de recursos que deliberadamente realiza algum tipo de objetivo (ou conjunto de objetivos).

Para Chiavenato (1999), a liderança é uma forma de influência. A influência é uma transação interpessoal em que uma pessoa age para modificar ou provocar o comportamento de outra pessoa, de maneira intencional

A liderança não se desenvolve de uma hora para outra, exige perseverança e um pequeno progresso a cada dia. Um colaborador passa a maior parte do tempo na empresa e o líder é responsável pelo entrosamento dos membros da equipe. Os integrantes precisam trabalhar para o bem do grupo, contribuindo e complementando as atividades, valorizando e respeitando um ao outro.

### 2.1.1 Estilos de Liderança

Os estilos de liderança se desenvolvem em cada gestor de acordo com as características individuais e conforme a cultura das pessoas e da organização. No quadro 1 o autor Chiavenato (2000) faz uma comparação entre três estilos de liderança e descreve as principais características do líder, a forma como aborda as tarefas e como age com os subordinados.

**Quadro 1: Estilos de Liderança**

<b>Autocrática</b>	<b>Democrática</b>	<b>Liberal</b>
LÍDER:	LÍDER:	LÍDER:
Focado apenas nas tarefas	Voltado para as pessoas	Não avalia acontecimentos
Desconsidera a opinião	Considera a opinião	Sem supervisão constante.
Dominador e pessoal	Objetivo	Equipe madura.
Divide as tarefas	Grupo divide as tarefas	Grupo divide as tarefas.
Escolhe os Companheiros	Grupo escolhe os parceiros	Grupo escolhe os parceiros.
Apenas o líder fixa as diretrizes, sem qualquer participação do grupo.	Diretrizes são debatidas pelo grupo, estimulado e assistido pelo líder.	Há liberdade completa para as decisões grupais ou individuais, com participação mínima do líder.

**Fonte: Adaptado de Chiavenato (2000)**

O líder precisa desenvolver um estilo, a escolha deve ser com bom senso e competência, analisando qual é o mais adequado para cada situação. Chiavenato (2000, p.140) afirma que “na prática, o líder utiliza os três processos de liderança, de acordo com a situação, com as pessoas e com a tarefa a ser executada”. Reiterando, depende da empresa, do setor e do colaborador, o desenvolvimento e caracterização de um estilo de liderança.

## **2.2 Cultura Organizacional**

As pessoas em uma organização tendem a ter impulsos nos quais são caracteristicamente humanos, agem e pensam de maneira comum, padronizando metas, rotinas e situações similares, mas trazem consigo personalidades diferenciadas, nas quais se unem as características da organização e transforma-se a partir daí um tipo de envolvimento que tende a ter traços em comum, denominando-se cultura organizacional (CHIAVENATO, 2007).

Estes padrões de comportamentos e crenças possibilitam o entendimento e interação entre os membros do grupo. Nos primórdios das organizações, a cultura já era fato questionável, para Chiavenato (2007, p. 286), a cultura organizacional é um padrão de assuntos básicos compartilhados de adaptação externa e de integração interna. Ou seja, o que se aprende fora de uma organização é compartilhado tanto de maneira voluntária quanto imperceptível pelos membros da organização.

As organizações são culturas que procuram desvendar os costumes da sociedade. Morgan (1996) frisa que a cultura refere-se ao padrão de desenvolvimento refletido nos sistemas sociais, ideologias, valores, leis e rituais quotidianos. Ou seja, neste paradigma a cultura organizacional é definida de acordo com os parâmetros do grupo, desde suas ideologias trazidas da família assim como o convívio social, da comunicação significativa, envolvendo uma forma comum de processamento de informações entre as pessoas que interagem, devido a dependência mútua dos mesmos, havendo uma definição comum de uma situação para o grupo.

Para Fleury e Fischer (1992), a cultura é um conjunto de valores que expressam simbolicamente os elementos a prática organizacional. Tem a capacidade de ordenar, atribuir significados e construir uma identidade

organizacional (sendo essa percepção importante), tanto age como elemento de comunicação e consenso, como ocultam e instrumentalizam as relações dominantes, ou seja, através de princípios próprios sua característica forte é a dominação. Funciona como um mecanismo de controle, aprovando ou proibindo informalmente, comportamentos, além de dar significado, direção e mobilização para seus integrantes.

### **2.3 Empowerment como ferramenta implementada na cultura da empresa**

Algo importante para as empresas aplicarem a sua cultura, é utilizar as ferramentas gerenciais que são muito importantes e que conduzem para um acesso bem facilitado na sua implementação para os funcionários, dentre as várias ferramentas utilizadas pelas empresas, o empowerment constitui uma ferramenta de precisão, onde culturalmente adaptada, desenvolve a empresa e melhora as atitudes de liderança entre os colaboradores.

O empowerment significa “dar poder”, ou seja, dar poder e autonomia ao funcionário para tomar suas próprias decisões. Para Lovelock e Wright (2003, p.396), o empowerment recai sobre o executante da tarefa a fim de encontrar soluções para problemas de serviço, e tomar decisões adequadas sobre a personalização da entrega do serviço; para dar certo, depende do que às vezes é chamado de capacitação, dar as ferramentas e recursos necessários para conseguir assumir essas responsabilidades. Ainda ressaltam que o empowerment tende a gerar funcionários motivados e clientes satisfeitos, pelo resultado de que passam a ter maior confiança em seu desempenho, sem precisar que executem as tarefas dentro de diretrizes restritas.

De acordo com os autores, pode-se dizer que o empowerment quando aplicado passa a dar aos funcionários uma visão de auto-realização, reconhecimento e liberdade, isso se reflete com melhorias em toda a empresa chegando à satisfação tanto do cliente interno (sendo eles mesmos), como dos clientes externos. Pode-se chamar o empowerment como uma boa estratégia dentro das organizações, mas somente quando as organizações obtêm um preparo para desenvolver essa cultura, pois, se pode com certeza dizer que é uma cultura criada na empresa, ela envolve a cúpula, os níveis hierárquicos que passam a não ser tão

rígidos quanto a ordens e burocracias, tendo um ponto positivo que é não acumular funções aos cargos originais.

#### **2.4 Processo de desenvolver pessoas**

No processo de desenvolver pessoas, a área de gestão de pessoas procura conservar o desenvolvimento do empregado, tanto para seu campo de atuação como para presumíveis áreas de crescimento profissional, mas o processo de desenvolvimento de pessoas abarca temas como preparação de lideranças, administração de aprendizagem, novos talentos e do aprendizado empresarial.

São os processos aproveitados para habilitar e aumentar o desenvolvimento profissional e individual. Segundo Chiavenato (2008), abrangem treinamento e desenvolvimento dos indivíduos, programas de alterações e desenvolvimento de carreiras e programas de comunicação e conformidade. O treinamento é apontado para o hoje, focalizando a função atual e procurando melhorar as aptidões relacionadas com o desempenho imediato do cargo. E, o desenvolvimento foca os cargos a serem preenchidos no futuro na empresa e as novas habilidades que serão solicitadas.

Normalmente, as organizações ainda não enfrentam o âmbito dos recursos humanos como uma área-chave. Em diversas empresas, ela é entendida como departamento de pessoal, fundamentalmente burocrática e longe dos objetivos da empresa. Conforme Ribeiro (2006), o uso do plano de treinamento bem elaborado mostra o modo de habilitar os indivíduos, em relação às capacidades existentes na companhia, aumentando o potencial intelectual da mesma, onde existirão sujeitos em condições de levar avante as metas empresariais determinadas. Deste modo, torna-se viável identificar as precisões que os trabalhadores possuem, e implementar programas de treinamento que possibilitem acabar com as deficiências do ambiente de trabalho.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

A fundamentação teórica apresenta abordagens referentes à liderança e a cultura organizacional, bem como a terminologia do empowerment, enfocando o processo de desenvolver pessoas. Utilizaram-se os métodos de abordagem

dedutiva, quantitativa e qualitativa, com procedimentos da pesquisa descritiva e estudo de caso. Quanto às técnicas para a coleta dos dados, utilizou-se a técnica de observação, e entrevista estruturada. Foram entrevistados 22 funcionários do Hotel em estudo, bem como entrevista estruturada com 3 gestores que compõem a Administração e gerência da empresa.

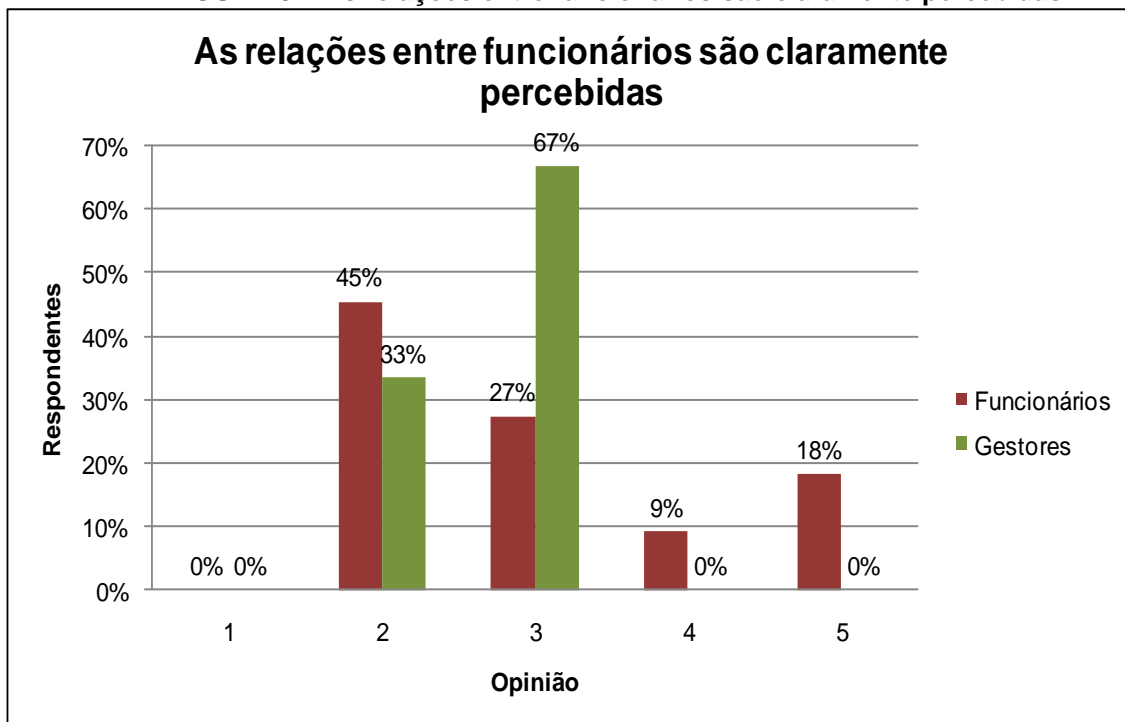
#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com a entrevista estruturada para os gestores e funcionários, obteve-se as seguintes respostas:

Questionamento 01: As relações de competição profissional entre funcionários são claramente percebidas?

As respostas foram: 1 (33%) gestor em desacordo e 2 (67%) gestores em dúvida, já os funcionários dividiram opiniões, sendo que: 4 (18%) totalmente de acordo, 2 (9%) de acordo, 6 (27%) em dúvida, 10 (45%) em desacordo. Os resultados estão demonstrados na figura 01 a seguir:

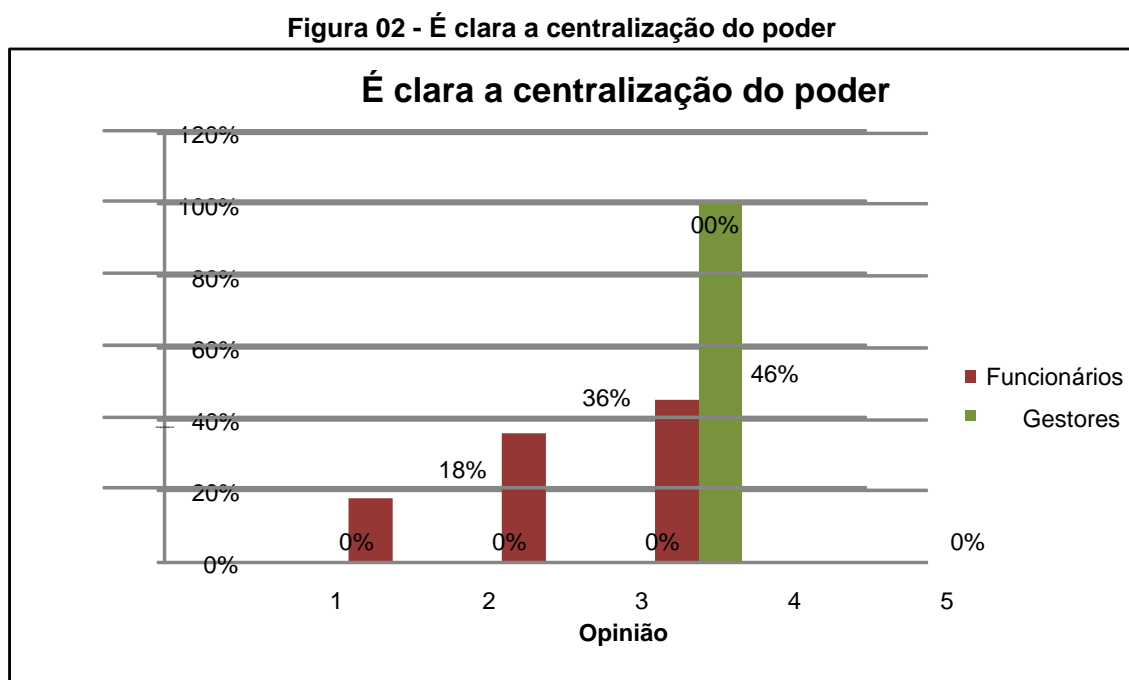
FIGURA 01: As relações entre funcionários são claramente percebidas.



Fonte: Elaborado pelos autores

Questionamento 02: É clara a centralização do poder?

As respostas foram: 3 (100%) gestores de acordo, já os funcionários dividiram opiniões, sendo que: 10 (46%) de acordo, 8 (36%) em dúvida, 4 (18%) em desacordo. Os resultados estão demonstrados na figura 02 a seguir:

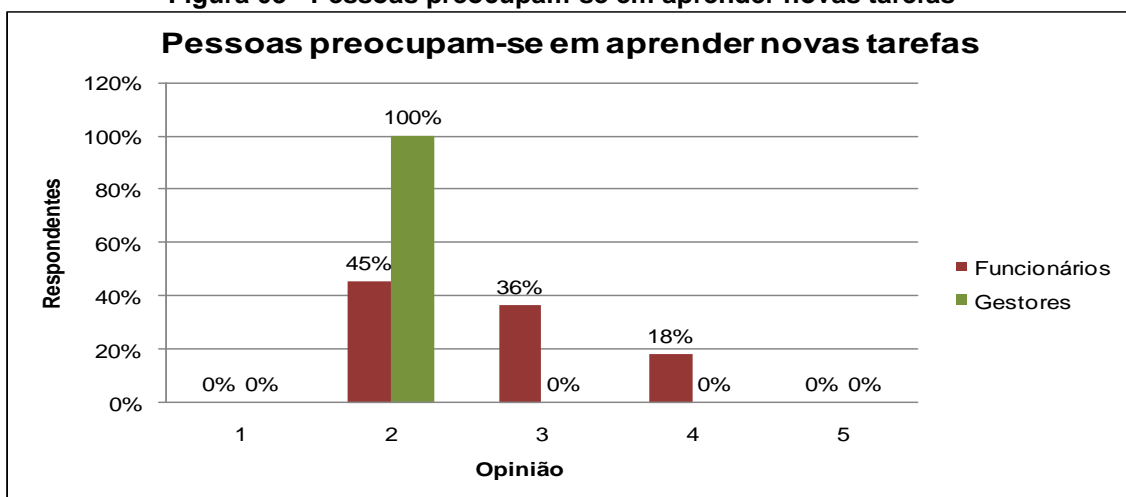


Fonte: Elaborado pelos autores

Questionamento 03: Pessoas preocupam-se em aprender novas tarefas

A maior parte das pessoas preocupam-se em aprender novas tarefas. As respostas foram: 3 (100%) gestores em desacordo, já os funcionários dividiram opiniões, sendo que: 4 (18%) de acordo, 8 (36%) em dúvida, 10 (46%) em desacordo. Os resultados estão demonstrados na figura 03 a seguir:

Figura 03 - Pessoas preocupam-se em aprender novas tarefas

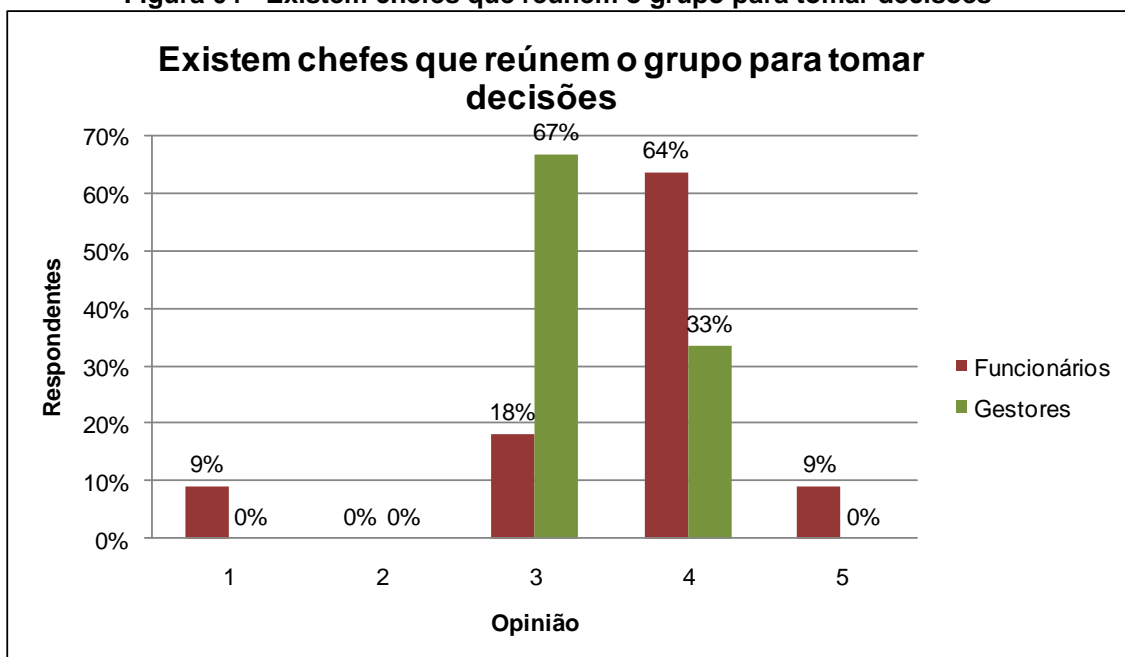


Fonte: Elaborado pelos autores

Questionamento 04: Existem chefes que reúnem o grupo para tomar decisões

Existem chefes que reúnem o grupo para tomar decisões importantes, estimulando a discussão e acatando a decisão da maioria. As respostas foram: 1 (33%) gestor de acordo e 2 (67%) gestores em dúvida, já os funcionários dividiram opiniões, sendo que: 2 (9%) totalmente de acordo, 14 (64%) de acordo, 4 (18%) em dúvida, 2 (9%) totalmente em desacordo. Os resultados estão demonstrados na figura 04 a seguir:

Figura 04 - Existem chefes que reúnem o grupo para tomar decisões



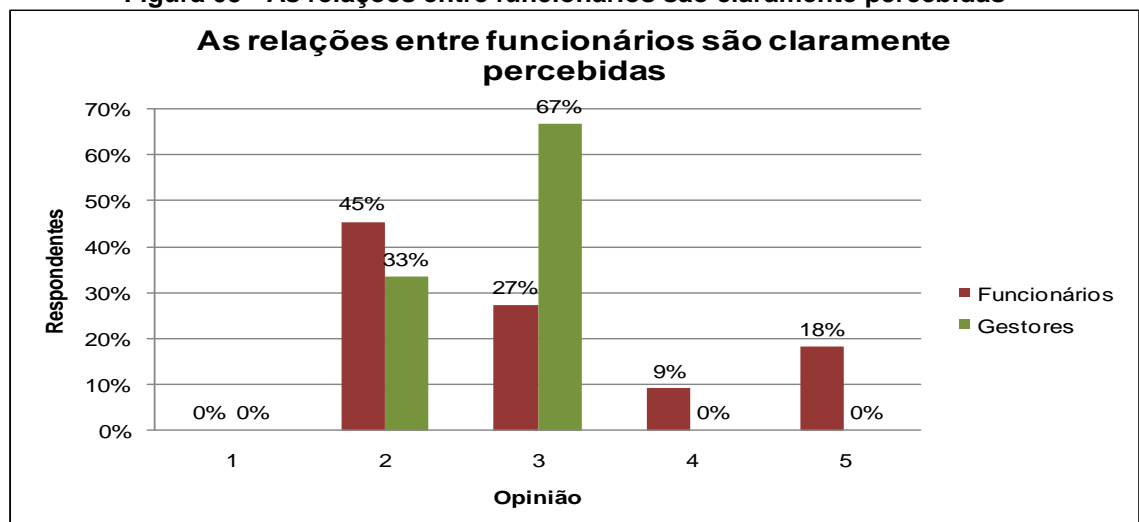
Fonte: Elaborado pelos autores



Questionamento 05: As relações entre funcionários são claramente percebidas

As relações de competição profissional entre funcionários são claramente percebidas. As respostas foram: 1 (33%) gestor em desacordo e 2 (67%) gestores em dúvida, já os funcionários dividiram opiniões, sendo que: 4 (18%) totalmente de acordo, 2 (9%) de acordo, 6 (27%) em dúvida, 10 (45%) em desacordo. Os resultados estão demonstrados na figura 05 a seguir

Figura 05 - As relações entre funcionários são claramente percebidas



Fonte: Elaborado pelos autores

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

De acordo com o objetivo do estudo em analisar, definindo uma interseção das relações entre os colaboradores e gestores, bem como a liderança, desenvolvendo uma cultura organizacional voltada ao desenvolvimento de equipes.

Fazendo um comparativo entre gestores e colaboradores nos aspectos de liderança e relações entre funcionários, houve uma indecisão por ambas as partes. Revisando a teoria, para Chiavenato (1999), a liderança é uma forma de influência. A influência é uma transação interpessoal em que uma pessoa age para modificar ou provocar o comportamento de outra pessoa, de maneira intencional.

Os gestores necessitam influenciar mais seu colaborador, reiterando que a liderança não se desenvolve de uma hora para outra, exige perseverança e um pequeno progresso a cada dia. Um colaborador passa a maior parte do tempo na empresa e o líder é responsável pelo entrosamento dos membros da equipe. Os

integrantes precisam trabalhar para o bem do grupo, contribuindo e complementando as atividades, valorizando e respeitando um ao outro.

Há a necessidade de treinamentos na empresa, pois segundo Chiavenato (2000), o treinamento é apontado para o hoje, focalizando a função atual e procurando melhorar as aptidões relacionadas com o desempenho imediato do cargo. E, o desenvolvimento foca os cargos a serem preenchidos no futuro na empresa e as novas habilidades que serão solicitadas.

De acordo com o estudo, sobre a centralização do poder, tanto gestores como colaboradores afirmam que há centralização do poder. A empresa precisa adotar como cultura a inserção da ferramenta gerencial Empowerment, pois de acordo com os autores, pode-se dizer que o *empowerment* quando aplicado passa a dar aos funcionários uma visão de auto-realização, reconhecimento e liberdade, isso se reflete com melhorias em toda a empresa chegando à satisfação tanto do cliente interno (sendo eles mesmos), como dos clientes externos. Pode-se chamar o *empowerment* como uma boa estratégia dentro das organizações, mas somente quando as organizações obtêm um preparo para desenvolver essa cultura, pois, como base na literatura consultada, é possível dizer que é uma cultura criada na empresa, ela envolve a cúpula, os níveis hierárquicos que passam a não ser tão rígidos quanto a ordens e burocracias, tendo um ponto positivo que é não acumular funções aos cargos originais.

Os gestores devem perceber em seus colaboradores as características individuais, e conforme a cultura das pessoas e da organização vai deliberando líderes e com isso, desenvolvem-se melhor as relações humanas na empresa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rui Otávio; AMBONI, Nério. **Teoria geral da Administração: das origens às perspectivas contemporâneas**. São Paulo: M.Books, 2007.

CARAVANTES, Geraldo- **Teoria geral da administração- Pensando e Fazendo**. Porto Alegre: Editora AGE, 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2008.

FLEURY, Maria Tereza Leme & FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1992.

LOVELOCK, Christopher; WRIGHT, Lauren. **Serviços: marketing e gestão**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.

MAXIMIANO, Antonio – **Introdução à administração**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

RIBEIRO, Antonio de Lima. **Teorias da Administração**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000

YIN, Robert K. **Estudo de caso. Planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

## O CONTEXTO E A TRAJETÓRIA DE UM EDUCADOR FILÓSOFO BRASILEIRO

Ireneu Aloisio Schmidt<sup>20</sup>

### RESUMO

O presente artigo é uma reflexão investigativa sobre Anísio Teixeira, as razões que levaram a se constituir educador, sua trajetória como intelectual e homem público, o contexto econômico, social e cultural da época, a influência filosófico-pedagógica do pragmatismo que inspirou sua obra na luta por novos rumos para a educação brasileira e seu papel no âmbito educacional da sociedade brasileira que buscava firmar-se no contexto do desenvolvimento das demais nações do mundo, objetivando resgatar aspectos de sua obra teórica e prática pelas significativas alternativas de solução que oferecem aos problemas educacionais atuais.

**Palavras-chave:** Filosofia da educação. Pragmatismo. Democracia.

### ABSTRACT

This paper is an investigative reflection about Anísio Teixeira, the reasons that led him to become an educator, his career as an intellectual and a public man, the economic, social and cultural context of the time, the philosophical and pedagogical influence of pragmatism that inspired his work in the fight for new directions for the Brazilian education and its role in Brazilian society that sought to establish itself in the context of the development of the other nations in the world, aiming to rescue aspects of Anísio Teixeira's theoretical and practical work because of the significant alternatives of solution they offer to current educational issues.

**Keywords:** Philosophy of education. Pragmatism. Democracy.

### INTRODUÇÃO

Este estudo de cunho filosófico investigativo pretende ser o primeiro de três a lançar um olhar de pesquisador sobre a filosofia da educação de Anísio Teixeira, numa época histórica e num momento cultural diferente do nosso, tendo em consideração a aspiração geral de se educar, em qualquer tempo e lugar, o ser humano que está aí da melhor forma possível. Neste sentido o que a sociedade parece ter de melhor a oferecer ao cidadão, segundo Anísio Teixeira, é a

---

<sup>20</sup> Mestre em Educação nas Ciências, UNIJUÍ, 2003. Advogado, Licenciado em Filosofia, História e Letras (Inglês). Professor dos Cursos de: Administração, Ciências Contábeis, Direito e Fisioterapia – URI – São Luiz Gonzaga – RS. E-mail: profias5@viacom.com.br

democracia - marca do pragmatismo deweyano no pensamento pedagógico brasileiro através da ação e da filosofia educacional de Anísio Teixeira.

Não se pretende, outrossim, com esta investigação lembrar apenas uma experiência educacional importante realizada no Brasil e que extrapola os limites temporais e espaciais de sua ação, mas trazer também à reflexão e à análise a presença do pragmatismo na filosofia da educação brasileira, inspirada principalmente na teoria filosófico-pedagógica do americano John Dewey e desenvolvida no Brasil, de forma original, por Anísio Teixeira com sua obra filosófica e educacional, construída a partir de uma realidade vivida não apenas como educador, mas também como administrador público dedicado à causa educacional, e como pensador preocupado com a educação e com a implantação de um sistema de ensino capaz de levar o Brasil ao progresso, à democracia e ao desenvolvimento, como acreditavam na época Anísio Teixeira e os pioneiros da educação nova (CPDOC/FGV, 2000, p. 3-21).

### **O contexto e a trajetória de um grande educador**

Assim, para uma compreensão mais adequada, torna-se necessário situar a trajetória de Anísio Teixeira e sua obra dentro do contexto histórico, político, econômico, filosófico, cultural e pedagógico em que está inserido e no qual o Liberalismo se constitui um dos elementos fundamentais, eis que o Pragmatismo e a Escola Nova estão necessariamente inseridos neste contexto e em vários setores da sociedade brasileira de então se percebem esforços para a adoção de medidas mais liberais, de introdução de mudanças sociais e de um espírito mais democrático, juntamente com reais tentativas de construção de uma identidade nacional e cultural para o Brasil, com maior autonomia interna e menor dependência externa.

Os ideais do Liberalismo, no entanto, não encontraram, na época, apoio por parte da sociedade tradicional e oligárquica do Brasil, razão pela qual a introdução do ideário renovador, liberal e democrático na esfera educacional enfrenta não só restrições como também forte oposição da ala conservadora e católica. Por isso também Anísio não é aceito, e sua recuperação somente começa a dar-se quando a hegemonia do discurso marxista começa a entrar em declínio, coincidindo mais ou menos com a aproximação do centenário de seu nascimento.

Tais aspectos certamente concorreram para a realização de releituras, de estudos de aprofundamento e de revisões com maior rigor, ensejando novos olhares

e um melhor conhecimento do pensamento e da ação de Anísio Teixeira, vez que menos sujeitos a influências ideológicas e mais libertos do enfoque sociológico predominante na educação nas décadas de 1970 e 1980 e que, entendemos, contribuíram para levar a mal-entendidos, gerar reducionismos, trazer restrições em relação ao pragmatismo e concorreram para produzir interpretações apressadas e imputar qualificativos frequentemente enganosos, superficiais, incorretos ou simplificadores que acabaram rotulando também a Anísio Teixeira e sua obra, principalmente entre 1935 a 1985, em geral traduzidos por atributivos como: escolanovista, americanista, liberal, tecnicista ou marxista sem jamais ter lido Marx, como ele mesmo declarou.

Entendemos, por isso, que nada melhor para estimular a curiosidade dos leitores do que ir às fontes, numa atitude de busca e de descoberta, próprio de uma postura progressivista ou científica tão defendida por Anísio cujo pensamento e realizações, certamente, serão bem melhor compreendidos a partir da leitura e de novos estudos de suas obras, situando-os dentro do contexto em que viveu.

Destarte, o contexto e os momentos mais significativos da trajetória de Anísio Teixeira em prol da educação brasileira ocorreram entre os anos de 1924 e 1964. Aliás, cumpre salientar que o espaço de tempo, que vai do final do século XIX aos meados do século XX, caracteriza-se como um período de profundas transformações para as sociedades do mundo ocidental em que as mudanças assumiam uma celeridade jamais vista antes no campo social, na ciência, na economia, na política, na educação, na moral e nos costumes.

Valemo-nos de nossa condição de professor de história para ressaltar que aqui no Brasil, as décadas iniciais do século XX caracterizam-se, também, como um período de mudanças, de inquietação e de luta pela emancipação econômica e cultural do país em busca das raízes de sua identidade e de sua cultura nacional, manifestadas através de todo um conjunto de esforços empreendidos para a superação dos problemas econômicos, educacionais e sanitários, que afetavam a população de um vasto território, através de um projeto de transição para a modernidade que fosse capaz de promover a democracia social, de romper com a dependência econômica e cultural externa e de reconstruir a sociedade brasileira através da educação.

Surgem inúmeros movimentos de contestação em vários setores e em diferentes pontos do território nacional. No campo cultural realiza-se a famosa

Semana da Arte Moderna de 1922, em São Paulo, que reúne representantes da pintura, escultura, música, arquitetura e literatura, ansiosos por uma nova mentalidade nacional, emancipada das influências europeias, e contrária à velha ordem política e social. No contexto político surge, ainda em 1922, a Revolta de Copacabana, onde o movimento do “tenentismo” traduz o descontentamento de segmentos médios urbanos com a oligarquia dominante.

Outrossim, talvez por influência das greves e da Revolução Russa, é criado o Partido Comunista do Brasil, embora de breve atuação legal. Dentro desse clima de descontentamento e de busca de novos rumos ocorrem ainda: a revolta gaúcha de 1923, a de São Paulo em 1924, além da marcha guerrilheira da Coluna Prestes que percorre o território brasileiro de 1924 a 1927. Vale ressaltar que alguns desses movimentos eram bem vistos pela burguesia urbana que, ao contrário da oligarquia agrária dominante, estava desejosa de mudanças políticas e econômicas. Para completar o quadro de inquietação política e de intranquilidade social, soma-se, em 1929, o problema econômico da quebra da Bolsa de Valores de Nova York que afeta o mundo inteiro, desencadeando aqui a crise do café e causando queda nas exportações. Todo esse clima de instabilidade é intensificado ainda mais por uma conturbada campanha de sucessão presidencial que, em 3 de outubro de 1930, faz eclodir no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Estados do Nordeste a chamada Revolução de 30 que acabou depondo Washington Luis da presidência da República e levando Getúlio Vargas ao poder, em 03 de novembro, como chefe do Governo Provisório.

Paralelamente a isso, em consequência da Queda da Bolsa de Valores de Nova York, surge nos Estados Unidos, nos anos de 1930, a política do *New Deal* para tentar reorganizar a vida econômica americana através de financiamentos às empresas e de programas sociais de combate à miséria, ao desemprego, propiciando um liberalismo mais igualitário e evitar que as massas populares fossem seduzidas pelos ideais socialistas (CUNHA, 2001, p. 87).

Foi exatamente nesse ambiente que caracteriza o final do século XIX aos meados do século XX que John Dewey escreveu e publicou suas obras, colocando-se claramente a favor de uma nova sociedade mais democrática e de uma escola mais sintonizada com um mundo em permanente transformação.

Os brasileiros, no período dos anos de 1930, também acreditavam que o país começava a integrar-se ao processo de industrialização e urbanização que marcava

as nações desenvolvidas do mundo de então e, por isso, a ideia da modernização contagiou, também, os nossos intelectuais, indicando para a necessidade de transformações urgentes, tanto nos setores produtivos como na mentalidade da população em geral. Enfim, era indispensável para a modernização, uma renovação de hábitos, de comportamentos e do modo de pensar do homem brasileiro. Assim, conforme Marcus Vinícius Cunha (2001, p.87) :

Apesar da sensível distância entre o ambiente de John Dewey e a situação brasileira, o fato é que o Brasil viveu, nas décadas de 1930 a 1950, momentos claramente marcados pelo espírito de modernização, sinônimo de mudança urgente e única via capaz de colocar o país em pé de igualdade com as nações mais prósperas do mundo ocidental.

Ademais, a escola, no contexto da época, era vista como um espaço privilegiado para promover a transformação da sociedade através da educação e de movimentos de renovação e de esforços de transformação realizados em diferentes esferas da vida nacional. Por isso, tanto intelectuais da cultura, da educação e da saúde se empenham numa verdadeira batalha para acabar com a dependência externa, identificar e combater problemas e males como o analfabetismo e a debilidade física que atingiam a população brasileira e que eram incompatíveis com o estágio de uma sociedade moderna e civilizada.

Conforme o já referido documento exposição do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV, 2000, p. 9), intitulado **Anísio Teixeira: a construção da educação brasileira**, publicado em Brasília, em edição especial de julho de 2000 - os nossos intelectuais da educação e da saúde, em nome de uma maior autonomia cultural e em busca de um desenvolvimento interno que colocasse o Brasil entre as nações progressistas da época, passam a empreender uma verdadeira batalha contra os males do analfabetismo e da debilidade física que atingem a maioria dos brasileiros e são incompatíveis com uma sociedade moderna e civilizada. Anísio Teixeira é um desses intelectuais que, a partir de 1924, começa a se destacar entre o grupo de educadores preocupados em reformar o sistema de educação do país, enquanto outros no Rio de Janeiro, como Fernando de Azevedo, começavam a atuar na recém-criada Associação Brasileira de Educadores (ABE).

Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetité, no sertão da Bahia, no dia 12 de julho de 1900, filho de Anna Spínola Teixeira e de Deocleciano Pires Teixeira,



influyente médico e abastado proprietário de terras ligado ao Partido Liberal local. Aos 12 anos matriculou-se no Colégio Jesuíta Instituto São Luiz Gonzaga, em Caetité, onde iniciou o ginásio, transferindo-se, em 1914, para o Colégio Antônio Vieira, também dos jesuítas, em Salvador. A formação nas escolas jesuítas deixou marcas profundas em seu caráter. Após diplomar-se, em 1922, em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e decidido a seguir a vida religiosa, voltou à terra natal para obter a permissão do pai para ingressar definitivamente na ordem dos jesuítas. Embora essa permissão não lhe fosse dada, retorna ao Rio de Janeiro para estudar no seminário da Ordem Religiosa de Loyola. Sua família, entretanto, não aprova a idéia e o faz abandoná-la (CPDOC/FGV, 2000, p. 5).

Anísio Teixeira, embora houvesse voltado à Bahia para candidatar-se a uma vaga de promotor público, decidiu por sua vez não seguir a carreira jurídica, nem a vida religiosa como pretendia e tampouco a vida político-partidária - como sonhava seu pai – vez que, no dia 9 de abril de 1924, aceitou o convite do governador Góes Calmon para assumir o cargo de Inspetor Geral do Ensino na Bahia. Essa decisão mudou totalmente os seus rumos, como ele mesmo reconhece mais tarde em entrevista concedida a Odorico Tavares (TEIXEIRA apud TAVARES, 1952, p. 9), em 1952, dizendo:

Consultada a Companhia de Jesus, acharam os padres que o fato (o convite para ser Secretário da Instrução Pública da Bahia), de tão extraordinário, estaria a indicar que a vontade de Deus talvez fosse para que lavrasse meu campo no apostolado leigo e não nas fileiras jesuíticas. Confesso que me desconcertou a facilidade com que os jesuítas dispuseram de minha suposta vocação. Iniciou-se, assim, a minha vida de educador.

O próprio Anísio Teixeira teria sido colhido de surpresa com o convite recebido do Governador Góes Calmon, da Bahia, pois, conforme relata Elisete M. Tomazetti (2000, p. 8),

o convite surpreendeu Anísio, que não possuía, até então, preocupações com a educação, pois havia voltado à Bahia para se candidatar a uma vaga de promotor público. Sua vida de homem preocupado com a educação começava ali e contaria, no início, com a cultura geral recebida dos jesuítas e os cinco anos de literatura e de direito em sua formação superior no Rio de Janeiro.

Razão pela qual Anísio Teixeira inicialmente teria relutado ao convite, argumentando sobre a impossibilidade de realizar com competência tarefa tão atraente. Contudo, com o incentivo do governador para dedicar-se com esforço às leituras e estudos sobre a educação, Anísio toma a sério o conselho e acaba assumindo o cargo, jogando-se por inteiro na busca de novos conhecimentos. Dessa forma, acabou sendo educador por opção eis que, entre as diversas alternativas que tinha a sua frente, optou pela mais difícil, assumindo-a com todos os riscos, pois naquela época a educação não oferecia perspectivas de atividade profissional e, como ainda hoje, gozava de muito pouco reconhecimento social. Entretanto, colocada à prova ao longo de sua trajetória, esta opção prevaleceu diante de outras mais atraentes que surgiram. Assim, no exercício do novo cargo, entre várias outras tarefas importantes, Anísio Teixeira empreende a reforma da instrução pública da Bahia e consegue a aprovação do regulamento do ensino primário e normal, iniciando a luta pela educação que passa a marcar toda a sua vida a partir de então.

Nessa época publica um dos seus primeiros escritos, intitulado *A propósito da escola única*, que apresenta o pensamento do jovem inspetor de ensino no exercício do cargo. Aliás, conforme Maria Lúcia Pallares Schaeffer (1975, p. 2) “este artigo aparece no momento em que, empenhado num projeto de organização da educação do Estado da Bahia, Anísio Teixeira sente a necessidade de debater o problema educacional então em pauta e em grande efervescência em todo o mundo – o problema da ‘escola única’”. Nesse artigo, Anísio Teixeira critica com veemência os ideais da “escola única”, considerando-os inadequados para a solução dos problemas da educação em razão de sobreporem num edifício único os cursos: primário, secundário e superior, deturpando os objetivos específicos e próprios de cada um desses cursos. Tudo leva a crer que as leituras realizadas, as teorias educacionais estudadas e sua aplicação prática certamente mexeram com a cabeça de Anísio no sentido de despertar-lhe o desejo de aprofundar e ampliar mais os seus conhecimentos a respeito da educação e dos sistemas de ensino de outros países com o intuito de aperfeiçoar os serviços da educação na Bahia.

Assim, face à necessidade de buscar novos conhecimentos sobre a educação, Anísio Teixeira parte para a Europa em 1925, iniciando uma série de viagens de estudos e de observações dos sistemas escolares da Bélgica, Espanha, França e Itália que, certamente, foram decisivos para sua atividade futura como educador e intelectual.

Em 1927 viajou aos Estados Unidos para estudar a organização escolar americana e conhecer melhor a propalada educação progressiva que já se constituía num movimento difusor de propostas altamente inovadoras e de uma teoria educacional de base científica e experimental, oportunidade em que entrou mais diretamente em contato com as ideias do filósofo John Dewey. No retorno ao Brasil, Anísio reassumiu a Diretoria da Instrução Pública da Bahia e, em virtude das reformas que realiza, passou a receber severas críticas dos opositoristas devido à eliminação da vitaliciedade do magistério e porque colocara em prática ideias que “representavam uma agressão àquela sociedade agrícola e oligárquica” (VIANA FILHO, 1990, p. 47).

Começaram aí as primeiras manifestações de oposição e de resistência ao espírito inovador e democrático dos projetos educacionais de Anísio Teixeira, eis que apontavam para rumos opostos aos da índole conservadora e elitista da classe oligárquica instalada no poder. Em função dessas incompatibilidades deixa, em 1928, o cargo de Inspetor Geral do Ensino para ser nomeado professor de Filosofia e História da Educação da Escola Normal de Salvador. Nessa ocasião publicou *Aspectos americanos da educação*, em que analisa o funcionamento das instituições de ensino norte-americanas e as ideias de John Dewey. Entretanto, o estudo dos problemas da educação brasileira e das teorias educacionais fizeram Anísio viajar novamente aos Estados Unidos, naquele ano, estreitando mais seus laços com o pensamento de John Dewey, de quem se tornou discípulo no curso de pós-graduação em Ciências da Educação na Universidade de Columbia em 1928, em Nova York, e cuja influência - como veremos - passou a ser decisiva em sua trajetória de vida, em seu pensamento filosófico-educacional, nas reformas dos sistemas de ensino que desencadeia, na publicação de suas obras e artigos, enfim, na construção de “um programa de luta pela educação no Brasil” (TAVARES, 1952 p. 18).

Dessa forma, após frequentar por dez meses como bolsista o *Teacher's College of Columbia University*, obteve, em 1929, o título de *Master of Arts* (Mestrado), retornando ao Brasil para dedicar-se à elaboração de novos programas para as disciplinas das escolas primárias e fundamentais da Bahia, continuar a lecionar filosofia da educação na Escola Nacional de Educação de Salvador e difundir as ideias do pragmatismo deweyano no Brasil. Publicou, então, o artigo “*Por que Escola Nova?*” que, somando-se a outras publicações posteriores, como

*Introdução ao Estudo da Escola Nova*, de Lourenço Filho (1930) e *Novos caminhos e novos fins*, de Fernando de Azevedo (1931), acenaram de fato para novos rumos na educação brasileira (CPDOC/FGV, 2000, p. 15).

O período vivido nos Estados Unidos, conforme Tomazetti (2000, p. 9), foi decisivo para a resolução de seus conflitos religiosos, pois, ao retornar à Bahia, Anísio era outro: sua crise religiosa conhecera ali seu fim. Efetivamente, em uma carta a Fernando de Azevedo, no início dos anos sessenta, referindo-se ao ano de 1929, Anísio Teixeira afirmava: “Tenho a impressão que foi nesse ano que me encontrei comigo mesmo” (VIDAL, 2000, p. 132). Aliás, Hermes Lima, citado por Viana Filho (1990, p. 36), sintetizou assim o que havia ocorrido com Anísio nesse período:

O ciclo americano de estudos fez história na carreira e na filosofia de Anísio Teixeira. A cena social dos Estados Unidos foi campo onde ele pensou e trabalhou, reforçou-lhe a fé democrática e republicana, ampliou-lhe as perspectivas futuras da obra educacional, ofereceu-lhe a motivação de um pensamento organizador que se arrematava por uma concepção do mundo naturalista e científico. O ambiente vivido na América, os contatos intelectuais e pessoais, a atmosfera antidogmática do ensino, as aberturas de pesquisa e da especulação filosófica, tudo isso conduziu-o a conceber e interpretar o mundo fora das quatro linhas da mística jesuítica em que se enleara. Sentiu-se realmente libertado, não porque houvesse adquirido, em lugar das velhas certezas definitivas, novas certezas definitivas, mas porque aprendera um processo, um método diferente de pensar e colocar os problemas.

Contudo, como já referido acima, as primeiras décadas do século XX no Brasil e, em especial os anos 20, caracterizam-se pela busca de raízes e de uma cultura nacional, sendo marcados por uma série de movimentos que agitaram o cenário sócio-político-cultural do Brasil, que vão desde a Semana da Arte Moderna de 1922 até a Revolução de 1930, e coincidem com os anos iniciais da trajetória de Anísio Teixeira pela educação brasileira.

Assim, neste contexto – ao concluir sua gestão na Bahia, em 1929, e após o falecimento de seu pai em 1930 – Anísio Teixeira transferiu-se para o Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, em busca de trabalho, onde no ano seguinte, a convite do Interventor do Distrito Federal Pedro Ernesto Batista, assume o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro, em substituição ao amigo Fernando de Azevedo, passando igualmente a integrar uma comissão no Ministério

da Educação e Saúde, recém-criado pelo novo governo, na qual é encarregado de estudar a reorganização do ensino secundário nacional (CPDOC/FGV, 2000, p. 11).

Aliás, sobre o encontro, então ocorrido entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, Paulo Ghiraldelli, conforme Pagni (2000), lembra que foi Monteiro Lobato, nosso “comunista” amante da América e clássico acima de qualquer mediocridade, que viu em Anísio Teixeira alguém que poderia auxiliar Fernando de Azevedo no trabalho de revolucionar a educação brasileira. Foi assim, através de uma cartinha de apresentação de Monteiro Lobato que Anísio Teixeira conheceu Fernando de Azevedo: “Eis aqui Fernando, o Anísio, lapidado pela América”, escreveu Lobato para Azevedo, solicitando deste a atenção para as ideias de Anísio Teixeira. Encontro esse assim descrito por Ghiraldelli Jr. no Prefácio da obra de Pedro Ângelo Pagni *Do Manifesto de 1932 à construção de um saber pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira*:

E foi assim que um durkheimiano como Fernando de Azevedo conviveu com um pragmatista como Anísio Teixeira. Então, pensamentos que se digladiavam no exterior – sociologia positivista francesa versus filosofia pragmatista norte-americana – aqui encontravam um campo de apoio mútuo e criatividade (GHIRALDELLI JR apud PAGNI 2000, p. 13).

De fato, segundo Ghiraldelli Jr., citado por Pagni (2000, p. 14), a partir da carta de Lobato, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo começaram uma amizade que, realmente, revolucionou a educação brasileira, pois eles, juntamente com outros, dividiram a história da educação brasileira em duas grandes etapas: *antes* e *depois* do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932; *antes e depois* de suas investidas no campo teórico, fazendo sociologia e filosofia da educação, e de suas investidas na vida política, construindo e gerenciando instituições pedagógicas substantivas.

De 1931 a 1935, Anísio Teixeira fez uma gestão na Diretoria Geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro que o projetou nacionalmente.

É, portanto, a partir de 1931 que a presença inovadora de Anísio começa a se fazer sentir com maior intensidade. Em março de 1931 cria no Rio de Janeiro o Instituto de Educação, integrando em um único estabelecimento a antiga Escola Normal, um jardim de infância e os cursos primário e secundário. Torna-se professor de Filosofia da Educação desta Instituição. Assume a presidência da Associação

Brasileira de Educação (ABE) e é um dos signatários mais notáveis do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*.

Em 1933, Anísio Teixeira é nomeado diretor do recém-criado Departamento de Educação do Distrito Federal, passando a conduzir um amplo projeto de reforma educacional desde a escola primária ao ensino de adultos. Em 1934 publica o livro *Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação* e *Em marcha para a democracia*. Em 1935, indicado Secretário Geral de Educação e Cultura da capital federal, empreende um projeto de reformas no sistema escolar que revolucionou o ensino público da cidade do Rio de Janeiro, no qual é criada, em 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF), com o objetivo de ampliar o espírito científico, incentivar o trabalho intelectual e formar professores. A criação da UDF, que entusiasmou os intelectuais liberais e provocou arrepios nos setores militantes da Igreja, representava a concretização dos ideais reformadores de Anísio Teixeira, e foi assim definida por Péricles Madureira, citado por Viana Filho (1990, p. 68):

A concepção de uma Universidade brasileira, nossa, produto da comunidade posta a seu serviço, ninguém a teve mais nítida que o mestre Anísio. Não queria ele a Universidade como simples elaboradora de comentário e exegese do conhecimento existente. Defendia a grande renovação da Universidade como centro de 'busca da verdade, de investigação e pesquisa'.

A criação da nova universidade consolidava os ideais dos assinantes do Manifesto de 1932 e é assim justificada pelo próprio Anísio (1969, p. 240):

Essa conjuntura, que é a de fazer o difícil e de fazê-lo em grande escala e depressa, obriga-nos a planejar a formação do magistério no Brasil em termos equivalentes aos de uma campanha para a formação de um exército destinado a uma guerra já em curso. Isso deve forçar-nos à uma mobilização para o ataque ao problema de formação de um magistério em ação, associando seu treinamento à prática mesmo do ensino. Será, para manter a comparação com a necessidade bélica, um treinamento em batalha.

Por isso, ao incluir um Curso de Formação de Professores na UDF percebe-se que a formação de professores era para o autor uma das preocupações mais urgentes a serem atendidas. Anísio Teixeira passa a ter notoriedade nacional. Entretanto, o levante conhecido como "Intentona Comunista", eclodido no Rio de

Janeiro em novembro de 1935, embora rapidamente esmagado, desencadeia uma onda repressiva em todo o país e o prefeito Pedro Ernesto é preso sob a acusação de envolvimento com a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e destituído de suas funções. Além disso,

para a Igreja, a UDF ameaçava especialmente pelo seu caráter laico, percebido como anticatólico, já que abrigava tendências hostis à Igreja, inclusive, esquerdizantes ('bolchevizantes'). Esta, aliás, a acusação que lhe era dirigida e que encontraria eco no contexto político da época (MENDONÇA, 1993, p. 230-231).

Em consequência disso, o reitor e vários professores da UDF perdem seus cargos. Por essa razão e, também, por haver recebido ameaças de prisão, "Em 1936, então, Anísio Teixeira pediu demissão de seu cargo de Secretário de Educação do Distrito Federal e embarcou para Buenos Aires. Em seu retorno, novamente ameaçado de prisão, teve de deixar o Rio de Janeiro, em direção ao sertão da Bahia" (TOMAZETTI, 2000, p.11). Assim, proscrito de suas atividades mais caras, recolhe-se à atividade privada, iniciando um autoexílio de dez anos, que se estenderia desde 1936 a 1946.

É interessante, a propósito, observar que os livros de Anísio Teixeira surgem quase sempre em momentos muito particulares de sua vida, ou seja, "nos vazios administrativos". Dessa forma, o primeiro é publicado no final de sua gestão como Inspetor Geral do Ensino na Bahia: *Aspectos americanos da educação*, em 1928. *Educação para a democracia*, uma de suas principais obras e que sintetiza seu trabalho no Distrito Federal, é editada em 1936, imediatamente após a exoneração de Anísio do cargo de Secretário-Geral de Educação da Prefeitura do Distrito Federal. Exatamente no momento em que, segundo Darcy Ribeiro, a onda fascista e totalitarista do Estado Novo assume uma liderança cultural direitista integrada por nomes como Chico Campos, Gustavo Campanema e Santiago Dantas, que passa a responder pela área da educação, numa diretriz ideológica diametralmente oposta aos projetos de democratização da sociedade pela educação de Anísio Teixeira.

Esses, aliás, são os anos trágicos do Estado Novo e que vão desde a intolerância e a tortura até os banimentos. Sob a regência deles é abandonado o plano de Anísio para o ensino primário que previa a construção de setenta e quatro grandes escolas. Delas ficaram até hoje, como testemunho do que teria sido a

educação brasileira, algumas de suas escolas experimentais: Argentina, Estados Unidos, México e Guatemala (RIBEIRO apud TEIXEIRA, 1999, p. 8-9). Foram, ainda, desarticulados, nesse período, a Biblioteca Central de Educação, o Instituto de Pesquisas e o Instituto de Educação, que Anísio implantou para formar o magistério primário em nível superior. E, em decorrência de outra política educacional adotada pelo Estado Novo,

em julho de 1937, é criada no Rio de Janeiro, pelo ministro da Educação e Saúde Gustavo Campanema, a Universidade do Brasil, como indicativo de que a Universidade do Distrito Federal estava com seus dias contados, pois não poderia coexistir com o modelo governista 'porque expressavam concepções divergentes de universidade que, por sua vez, se integravam em projetos de reconstrução nacional distintos e excludentes, no seio das quais a educação – e especificamente a Universidade – ocupava um papel absolutamente central' (MENDONÇA, 1993, p. 232).

As propostas *modernizantes* dos pioneiros da educação nova e de Anísio Teixeira, entretanto, não encontram espaço no projeto autoritário que se instaura com toda a força a partir do golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, e já em 1939 é colocado um ponto final na breve experiência da UDF, por estar em choque com o modelo centralizador do novo sistema educacional e com a montagem da ideologia do Estado Novo. Em razão disso e por outras questões já referidas a Universidade do Distrito Federal é, em 1939, incorporada à Universidade do Brasil (CPDOC/FGV, 2000, p. 11).

Assim, conforme afirma Darcy Ribeiro nas páginas iniciais do livro de Anísio Teixeira *Educação não é privilégio*: “A Universidade do Distrito Federal, filha querida de Anísio, foi fechada e banidos seus professores, os mais brilhantes que o Brasil uma vez reunira: Afrânio Peixoto, Gilberto Freyre, Hermes Lima, Roquette Pinto, Mário de Andrade, Vila Lobos e muitos outros” (RIBEIRO apud TEIXEIRA, 1999, p. 9). Dessa forma, sem chances de poder pôr em prática suas ideias sobre a educação durante a ditadura do Estado Novo de 1937 a 1945, Anísio Teixeira afasta-se, temporariamente, das atividades educacionais para dedicar-se à exploração e à exportação de manganês, calcário e cimento, ao comércio, e à tradução de livros para a Companhia Editora Nacional. Fato assim descrito por Viana Filho (1990, p. 93):



Em 1939, Anísio mudou-se para Salvador para administrar com os irmãos Jaime e Nelson a Sociedade Importadora e Exportadora, a Simel, empresa de exportação de minérios e importadora de locomotivas e material ferroviário. Era o propósito de trocar a cabeça pelos braços.

Nesse período do decênio do autoexílio, a solidão e a melancolia foram amenizadas apenas - segundo o próprio Anísio - pelo nascimento dos filhos e pelas correspondências trocadas com os amigos.

Entretanto, em 1946, com o final da Segunda Guerra Mundial e com a restauração do regime democrático, é constituída a ONU e em seu âmbito a UNESCO, dirigida por Julian Huxley, que convida o amigo Anísio para ser conselheiro na área da Educação Superior junto à UNESCO (em fase de organização). Anísio Teixeira segue então para a Europa e mora, durante algum tempo, em Londres e Paris. Porém, a falta de condições financeiras para a realização de seus projetos na UNESCO faz Anísio voltar ao Brasil em 1947 para retomar sua vida de comerciante.

Logo em seguida, no entanto, Anísio Teixeira mais uma vez deixa seus negócios para assumir a Secretaria de Educação e Saúde da Bahia do recém-eleito governador Otávio Mangabeira. Como Secretário dedica-se aos projetos de reforma educacional, dando continuidade a projetos que já o haviam notabilizado no Distrito Federal no início dos anos 30 e, fiel aos princípios do Pragmatismo e da Escola Nova, realiza uma gestão memorável e concretiza uma de suas mais importantes ideias: o projeto de construção de centros populares de educação em todo Estado para jovens até 18 anos. Entretanto, a única escola concluída desse projeto inovador foi a do bairro popular da Liberdade, em Salvador, inaugurada em 1950, com o nome de Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, tornando-se conhecido como *Escola Parque*, onde testou e introduziu novas concepções de educação.

Destinado ao nível primário, o centro era composto de quatro 'escolas classe' e uma 'escola parque', segundo a proposta de alternar atividades intelectuais com atividades práticas como artes aplicadas, industriais e plásticas, além de jogos, recreação, ginástica, teatro, música e dança, distribuídas ao longo de todo o dia (CPDOC/FGV, 2000, p. 17).

A Escola Parque inaugurada em 1950, conforme Clarice Nunes (1999, p. 57), procurava dar à criança uma educação integral, cuidando da sua alimentação,

higiene, socialização e preparação para o trabalho e para a cidadania. Essa obra projetou Anísio Teixeira internacionalmente, pois o novo tipo de escola pôs em prática uma experiência pioneira de educação em tempo integral, onde os alunos - muitos deles internos – desenvolviam múltiplos aprendizados intelectuais e práticos desde a leitura, matemática, atividades artísticas, físicas até trabalhos manuais e industriais, servindo como modelo para projetos de educação posteriores, entre eles o que foi preparado para Brasília, a nova capital da República, no fim da década de 1950 e, posteriormente, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) de Darcy Ribeiro, no governo de Brizola, no Rio de Janeiro.

Anísio Teixeira, além de organizar conselhos municipais de educação em todo o Estado da Bahia, consegue, até o final de seu terceiro ano na Secretaria, duplicar a população escolar e aumentar significativamente o corpo de professores, criando igualmente a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia. Após concluir seu período como Secretário de Educação e Saúde da Bahia, em 1951, Anísio Teixeira foi chamado ao Rio de Janeiro pelo ministro da Educação Simões Filho para organizar e comandar a, então, Campanha, posteriormente, Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES).

A partir de 1952, passa a acumular também o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), cargos em que permaneceu até 1964. É interessante observar que o projeto nacional-desenvolvimentista que perpassa as mais variadas instâncias da sociedade brasileira ao longo dos anos de 1950 e início da década de 1960 baseia-se na crença de que a aceleração da industrialização e do crescimento urbano permitirá construir uma nação autônoma e desenvolvida. Nesse processo, a educação e a extensão do ensino ao maior número de pessoas são vistos como elementos vitais.

E é exatamente nesse clima que, em 1951, a CAPES é criada. Por isso, entre seus principais objetivos, incluíam-se: analisar as deficiências dos quadros científicos, técnicos e artísticos nacionais e fornecer os meios de supri-las, promovendo o aparelhamento educacional não só pela contratação de especialistas estrangeiros, mas também pelo aperfeiçoamento dos profissionais brasileiros no exterior. No âmbito da CAPES são ainda criados os centros nacionais de treinamento de pós-graduação, o que a transforma num instrumento de promoção e expansão dos estudos de pós-graduação no país (CPDOC/FGV, 2000, p. 18).

Anísio Teixeira fica comandando esta instituição pioneira, a CAPES, uma das primeiras do gênero em países do Terceiro Mundo, até 1964, pois sempre foi preocupação de Anísio a formação de docentes e o estímulo a atividades criadoras em todas as áreas do conhecimento: ciências humanas, naturais e exatas, assim como artes e letras. Anísio Teixeira assumiu a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), convicto da importância de montar um robusto e consistente sistema de educação pública e da necessidade de promover uma série de reformas no campo social. Eis por que, em seu discurso de posse, declara que os estudos e pesquisas a serem realizados pelo órgão “deverão ajudar a eclosão de um movimento de consciência nacional indispensável à reconstrução escolar”, seu objetivo maior. Como diretor do órgão, instituiu em 1955 o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), que tinha seções em várias capitais.

Essas seções mantinham um trabalho articulado às universidades estaduais, coordenando estudos de caráter sociológico, antropológico, estatístico e histórico sobre a realidade do país a fim de subsidiar as políticas do setor educacional (CPDOC/FGV, 2000, p. 18-19).

Em 1956 e 1957, respectivamente, Anísio Teixeira publica *A educação e a crise brasileira* e *Educação não é privilégio*.

No movimento de luta em defesa da escola pública, que se processava nesse período e nos debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases, em que teve a oposição de Dom Helder Câmara e de Carlos Lacerda que queriam que se entregassem recursos públicos às escolas privadas, Anísio Teixeira contou com a colaboração de Darcy Ribeiro, que o ajudou no projeto de criação do Centro Nacional e da rede de Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, implantados no Rio, São Paulo, Minas, Pernambuco, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul.

A respeito dos mesmos Darcy Ribeiro (apud TEIXEIRA, 1999, p. 9) afirma que o projeto ambicioso de Anísio, com esses Centros, era prover recursos para forçar as universidades brasileiras a assumir responsabilidades no campo educacional, na mesma proporção em que o faziam com respeito à medicina e à engenharia. Por isso, quando está sendo discutido no Congresso, em 1959, o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Anísio reitera sua defesa em prol da escola pública.

Em consequência disso, a reação conservadora, em meio aos debates sobre o papel do Estado no sistema educacional, vindo sobretudo de religiosos e intelectuais católicos, recaí sobre Anísio que, no entanto, permanece à frente do

INEP até 1964, quando, conforme Darcy Ribeiro (apud TEIXEIRA, 1999, p. 9), “ocorre, então, outro episódio de perseguição a Anísio. Os bispos exigem do Presidente da República, pela voz de Dom Helder, seu afastamento do Ministério da Educação, porque achavam insuportável seu pendor democrático esquerdista” .

Além disso, como alvo da ala conservadora católica, Anísio Teixeira é acusado, através do Manifesto dos Bispos do Rio Grande do Sul - liderados por Dom Vicente Scherer - de estar preparando uma revolução nas escolas e por isso pediam a sua demissão. O referido documento, que não poupava críticas ao diretor do INEP, conforme Viana Filho (1990, p. 147-148), entre outras afirmações, alertava que

[...] o professor Anísio espera da escola pública ou comum, que tão ardentemente preconiza, os mesmos resultados pré-revolucionários, previstos, com ansiosa expectativa, pela doutrina socialista (...). O povo brasileiro, na verdade, não quer que se transforme, por uma revolução social, a começar pela escola, a República Brasileira em uma República Socialista; que o queiram e proclamem esse desejo, servidores elevadamente situados do Ministério da Educação e Cultura, é fato, por isso mesmo que deverá merecer especial atenção dos Altos Poderes da República.

Destarte, mais uma vez, conforme Pagni (2000, p. 58), assumiram os conservadores católicos uma atitude retrógrada de ideólogos do passado como nos anos 30, para defender os valores morais e cristãos, caracterizando seus adversários liberais como ateus, anticristos, destruidores da família e da religião. Por isso, o referido autor acha curioso que, nessas ocasiões, ao mesmo tempo que chamados de “reformadores liberais” eram acusados de comunistas!

Apesar de tudo isso, educação, democracia e desenvolvimento são para Anísio Teixeira uma utopia inabdicável e assim, como Brasília era então para Juscelino Kubitschek o ápice de seu Plano de Metas, a criação de uma universidade moderna, baseada em ensino e pesquisa como era o objetivo da Universidade do Distrito Federal desde os anos 30, era o sonho maior de Anísio Teixeira. Destarte, na condição de

conselheiro do presidente Kubitschek para assuntos relacionados à educação, Anísio Teixeira é convidado para elaborar o plano educacional da nova capital no que respeita ao ensino primário, secundário e profissional. O Plano Piloto da cidade, concebido por Lúcio Costa, prevê em linhas gerais a rede de escolas primárias e médias, além de reservar uma área para a universidade. Com o objetivo de trazer para o meio educacional as modernas práticas tecnológicas e científicas, Anísio Teixeira de início é favorável à ideia de criar uma universidade exclusivamente com cursos de

mestrado e doutorado. Mas, à medida que o projeto amadurece, tendo como interlocutor Darcy Ribeiro, a nova universidade passa a incluir não só cursos de pós-graduação, como também de graduação (CPDOC/FGV, 2000, p. 21).

Anísio Teixeira foi, assim, juntamente com Darcy Ribeiro um dos idealizadores da Universidade de Brasília (UnB), fundada em 1961. A UnB começou a funcionar em abril de 1962, tendo Darcy Ribeiro como seu primeiro reitor, enquanto o seu vice-reitor Anísio Teixeira é, também, nomeado membro do Conselho Federal de Educação. Em 1963, além da presidência da Comissão Nacional do Ensino Primário, Anísio assume interinamente a reitoria da Universidade de Brasília (UnB), em substituição a Darcy Ribeiro que passa para a chefia do Gabinete da Presidência da República de João Goulart (CPDOC/FGV, 2000, p. 21).

Com a deposição do presidente Goulart, pelo golpe militar do dia 31 de março de 1964, a Universidade é alvo dos vencedores. Anísio Teixeira é aposentado compulsoriamente, sendo simultaneamente afastado da CAPES e da Reitoria da Universidade de Brasília. Aconselhado por amigos, sai do país com autorização especial do presidente Castelo Branco para atuar como educador no Chile.

Educador de prestígio internacional é convidado também a lecionar como professor visitante em importantes universidades norte-americanas, atuando: inicialmente na Universidade de Colúmbia, em Nova York, em 1965, e, posteriormente, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. No ano de 1966, no entanto, Anísio retorna ao Brasil, não se afastando, contudo, das atividades ligadas à educação, pois passa a trabalhar como tradutor de livros na Editora Nacional e como consultor da Fundação Getúlio Vargas, tornando-se o principal responsável pela elaboração do projeto do Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (ISAE/FGV-RJ), órgão de pesquisa e ensino em nível de pós-graduação. Em 1967 participa da conferência sobre a “A crise mundial da educação” nos Estados Unidos. Em 1968 publica *Educação é um direito*. E em 1969: *Educação no Brasil e Educação e o mundo moderno* (CPDOC/FGV, 2000, p. 7).

Em 1970, Anísio Teixeira recebe o título de professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E, em 11 de março de 1971, no Rio de Janeiro, é encontrado morto no poço do elevador do edifício onde morava seu amigo Aurélio Buarque de Holanda, na avenida Rui Barbosa, a quem iria visitar para obter apoio a sua candidatura à Academia Brasileira de Letras (CPDOC/FGV, 2000, p. 7).

Cogita-se que Anísio Teixeira tenha sido vítima do regime político, pois fora visto, antes, caminhando pela calçada ao lado de uma manifestação estudantil e se ele foi encontrado no poço do elevador com apenas um sapato foi porque lutou para não morrer!

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como consideração final gostaríamos de dizer que um dos motivos que, entre outros, despertou-nos a vontade de realizar um estudo investigativo sobre a Filosofia da Educação de Anísio Teixeira, foi o de realizar, acima de tudo e simultaneamente, um aprofundamento e um resgate de nossos próprios conhecimentos sobre um dos expoentes da filosofia e da educação brasileira.

Afinal, o intrigante e curioso em tudo isso - e que contribuiu para aguçar nosso interesse neste estudo - é o fato de termos passado praticamente todo o curso de graduação sem ouvir quase nada de nossos professores a respeito do pragmatismo e sobre a vasta obra teórica e prática de quem como poucos pensou a educação no Brasil e que, por esta razão, nos parece ser um dos primeiros e mais significativos pensadores filosófico-pedagógicos da educação brasileira, que é Anísio Teixeira. E o pior de tudo isso é que acabamos repetindo, em consequência, com os nossos alunos de Filosofia da Educação - e por vários anos - o mesmo pecado que os professores dos cursos de graduação e de pós-graduação na área da educação cometeram conosco ao não nos estimularem a conhecer mais profundamente e melhor a sua filosofia de educação.

Assim, para concluir, não poderia deixar de compartilhar com o leitor que as questões básicas que nos impeliram a este trabalho foram: Por que não nos falaram sobre a Filosofia da Educação de Anísio Teixeira e sobre o Pragmatismo?!... E, se Anísio Teixeira é um dos grandes pensadores filosófico-pedagógicos brasileiros, um dos principais introdutores do pragmatismo no Brasil e se é o representante de uma filosofia da educação com um conteúdo fortemente contemporâneo, por que então Anísio foi “esquecido” por tanto tempo?!...

Tais questões e outras levaram-nos ao este estudo de revisão de cunho teórico-bibliográfico sobre a Filosofia da Educação de Anísio Teixeira, enfocando o contexto e os momentos mais significativos de sua trajetória pela educação brasileira, os pressupostos filosóficos que a embasam e suas influências no sistema

educacional brasileiro e sua filosofia da educação propriamente dita, visualizando a partir da mesma uma reconfiguração dos espaços da aprendizagem e a atualidade de Anísio Teixeira.

Enfim, a obra de Anísio constitui-se em uma reflexão séria, constante e profunda sobre os pressupostos, os fins, as condições e as possibilidades da educação para um mundo em mudança, para a construção de uma sociedade mais democrática e uma vida mais rica, mais bela e mais feliz para todos.

Não pretendemos com isso privilegiar determinada filosofia educacional, e sim reler, destacar, refletir e discutir sob outro olhar uma filosofia da educação rica, significativa e atual e que nos parece ter sido relegada por razões hoje não mais tão óbvias e convincentes.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS) Exposição. **Anísio Teixeira: a construção da educação brasileira**. Brasília: CPDOC/FGV, 2000.

CUNHA, Marcus Vinícius. John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, nº 17, maio/ jun./ jul/ ago. 2001.

MENDONÇA, Ana Valeska. **Universidade e formação de professores: uma perspectiva integradora**. A “Universidade de Educação” de Anísio Teixeira. Rio de Janeiro, Departamento de Educação, PUCRJ, 1993, Tese de doutorado.

NUNES, Clarice. Verbete “Anísio Teixeira”. In: **Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. (Orgs.): Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero e Jader de Medeiros Britto. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ e INEP, 1999.

PAGNI, Pedro Angelo. **Do “Manifesto de 1932” à construção de um saber pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

SCHAEFFER, Maria Lúcia Pallares. **Anísio Teixeira: formação e primeiras realizações**. São Paulo: FEUSP, 1975, Dissertação de Mestrado.

TAVARES, Odorico. **Prioridade número um para a educação**. Entrevista de Anísio Teixeira ao Diário de Notícias da Bahia, 1952, Ministério da Educação e Saúde. Serviço de Documentação. Arquivo Anísio Teixeira, PRODES/UFRJ, AST/O6/33/1952.

TEIXEIRA, Anísio. Escolas de educação. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.51, n.114, abr./jun., 1969.

\_\_\_\_\_. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

TOMAZETTI, Elisete M. **Anísio Teixeira**: alguns apontamentos em comemoração ao centenário de seu nascimento. In: **REVISTA “EDUCAÇÃO”**. Santa Maria, v.25, n.02, 2000.

VIANA FILHO, Luís. **Anísio Teixeira**: a polêmica da educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

VIDAL, Diana Gonçalves, (org.), (2000)). **Na batalha da educação**: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971). Bragança Paulista: EDUSF. (Carta de Anísio Teixeira a Fernando de Azevedo em 15/02/1960).



## REFUGIADOS: A PROTEÇÃO JURÍDICA BRASILEIRA E A LIMITAÇÃO DA CIDADANIA DESTES

João Victor Magalhães Mousquer<sup>21</sup>  
Tathiele Silva Schultz<sup>22</sup>

### RESUMO

O presente artigo aborda o tema dos refugiados, bem como os direitos a eles assegurados, mas não efetivados na totalidade. Os autores abordam a situação de precariedade em que se encontram os milhares de refugiados que migram em busca de condições dignas de vida e têm suas expectativas frustradas ao serem privados de direitos fundamentais quanto à vida e a dignidade da pessoa humana. Com o constante fluxo migratório de haitianos o tema é de grande valia, uma vez que essa verdade se concretiza em inúmeras regiões brasileiras. Em suma, os autores buscam arrolar e dissecar acerca desses direitos, bem como dissertar a respeito das condições de vida dos refugiados no Brasil, com o intuito de propor um debate a respeito das legislações que regem a condição dos refugiados em território brasileiro, visando a integração a sociedade de maneira igualitária, e garantindo a eles a mesma cidadania que desfrutam os demais brasileiros.

**Palavras-chave:** Refugiados. Direito Internacional. Direitos fundamentais. Igualdade. Cidadania

### ABSTRACT

This article addresses the issue of refugees and the rights guaranteed to them, but not effected in full. The authors address the precarious situation in which they are the thousands of refugees who migrate in search of decent living conditions and have their expectations dashed by being deprived of fundamental rights on the life and dignity of the human person. With the constant migration of Haitians the topic is of great value, since this truth is realized in several Brazilian regions. In short, the authors seek to enlist and dissect about these rights and lecture about the living conditions of refugees in Brazil, in order to propose a debate about the laws governing the status of refugees in Brazil, aiming to integration into society equitably, and ensuring them the same citizenship enjoyed by other Brazilians.

**Keywords:** Refugees. International right. Fundamental rights. Equal Citizenship

---

<sup>21</sup> Mestre em Direito, com ênfase em Direitos Humanos. Especialista em Direito Público e em Direito Administrativo. Professor nos cursos de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA e da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. Advogado e fundador do Mousquer Advogados Associados. mousquer@fema.com.br.

<sup>22</sup> Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões – URI. tathieleschultz@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O artigo em questão aborda a temática dos refugiados, bem como a proteção jurídica e a cidadania a eles oferecida. O presente estudo dissecou sobre os principais direitos fundamentais assegurados e limitados a esses migrantes.

Atualmente os refugiados contam com um rol bastante amplo de direitos a serem desfrutados, com tudo, a efetivação dos mesmos não é fluível na totalidade. Individualmente ou em massas, esses migram na expectativa de melhores condições, sejam elas políticas, econômicas, e/ou jurídicas, mas nem sempre isso se concretiza.

O tema é de grande importância, visto que nos últimos anos o fluxo migratório para o Brasil cresceu muito, com ênfase nas migrações haitianas, que comprovam a verdade acerca dos refugiados em inúmeras regiões brasileiras.

### 1. A Construção do Direito e a Adaptação aos Refugiados

A ciência do Direito é uma ciência mutável, evolutiva. Nessa mesma lógica, todos os ramos do Direito acompanham essa construção evolutiva, dentre os quais se destaca o ramo do Direito Internacional. Estes refletem a construção de direitos a partir de lutas de grupos sociais, e as constantes mudanças que tais lutas acarretam na realidade global, reafirmando as garantias fundamentais de proteção ao indivíduo inserido sob a soberania do Estado (PIOVESAN, 2007).

Nesse entendimento, é imperativa a colaboração internacional entre os Estados a fim de estabelecer padrões de proteção para questões específicas, e que reconheçam as diferenças sociais, econômicas e culturais, dos diversos povos espalhados pelo planeta. Uma única carta normativa de direitos não pode abarcar toda uma gama de indivíduos em suas necessidades subjetivas (PIOVESAN, 2007).

Dentre esses indivíduos, um grupo que cresce exponencialmente é o dos refugiados: pessoas que deixam sua terra em busca de nova vida em um país distinto, quer seja, por fatores econômicos, perseguições políticas, religiosas, ou mais recentemente, por desastres naturais (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2010). Nas palavras do sociólogo Baumann (2007, p. 39), “Centenas de milhares de pessoas, às vezes milhões, são escoraçadas de seus lares, assassinadas ou forçadas a buscar a sobrevivência fora das fronteiras de seu país”.

Dentro dessa problemática, inserem-se os mecanismos de proteção estabelecidos pelo Direito Internacional a fim de assegurar a tutela desse grupo específico. Conforme ensina Jubilut (2007, p. 30), os migrantes-refugiados, por representarem um grupo com necessidades particulares, precisam de um tratamento diferenciado que compreenda essas particularidades. Afirma que, “[...] a problemática dos refugiados ao invés de basear-se exclusivamente nas questões humanitárias, acaba também influenciada por aspectos políticos e econômicos”. A mesma lógica aplica-se aos migrantes que não estejam na condição de refugiados.

Nesse entendimento, o Direito Internacional assume uma faceta onde deixa de focar tão somente a humanidade - genericamente entendida como uma única unidade de massa -, para voltar o olhar sobre grupos culturais, econômicos, e sociais específicos na busca por dirimir as desigualdades nocivas ao indivíduo, e consequentemente, equalizá-lo aos demais em cada uma dessas realidades, subjetivamente entendidas (JUBILUT, 2007).

Tal fato jurídico decorreu da Revolução Francesa, na qual pretendia espalhar o novo regime burguês pelo resto da Europa e do mundo. Com isso fez constar em sua constituição pela primeira vez, proclamando em um texto dessa natureza, o direito de asilo. Asilo<sup>23</sup> é a espécie do qual refúgio e outros institutos derivaram a partir da formação do Estado Moderno.

O tratado de Direito Penal Internacional, forjado durante um Congresso Sul-Americano de Direito Internacional Privado, tratou das questões relativas à extradição e asilo político, sendo ele a base tradicional para a inserção do asilo político em nossa Constituição, conforme dispõe o artigo 4º, inciso X. O Estado brasileiro tornou-se, na última década, parte integrante da rota migratória de refugiados, especialmente africana, haitiana<sup>24</sup> e árabe. O instituto do refúgio surgiu já no século XX, com o cenário de um novo mundo que então se descortinava, no qual ocorreu a primeira Grande Guerra de caráter mundial, como consequência de

---

<sup>23</sup> Asilo político pode ser definido como o acolhimento, pelo Estado, de estrangeiro perseguido alhures – geralmente, mas não necessariamente, em seu próprio país parital – por causa de dissidência política, de delitos de opinião, ou por crimes que, relacionados com a segurança do Estado, não configuram quebra do direito penal comum.

<sup>24</sup> Em parte, como decorrência dos desastres naturais ocorridos no Haiti em 2010 - e a total incapacidade daquele Estado de reerguer-se economicamente -, e ainda, pela relação de cooperação existente entre Brasil e Haiti, desde 2004, com a instauração, pela ONU, da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) liderada pelo Brasil.

precedentes de um rearranjo político-econômico global, seguida de uma primeira Revolução de natureza comunista e de outra guerra mundial. (NASCIMENTO, 2014)

O fim da Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a ruína do império Otomano colocaram o mundo diante de movimentos massivos de pessoas, com cerca de 1,5 milhão de deslocados e refugiados. Esse fluxo migratório, desde quando iniciado, só faz crescer ao longo dos anos. Como consequência disso, o Brasil passou a enfrentar grandes dificuldades no recebimento e acolhimento desse contingente de pessoas que aqui chegam em busca de auxílio (VERÁN et al, 2014). Dessa leitura, depreende-se a importância do apoio do Estado na integração do migrante no novo local de residência. São pessoas já fragilizadas, em função de sua condição especial, e que, nesse primeiro momento, não possuem a capacidade plena para prover todas as suas necessidades.

De fato o asilo quer significar aquele que foge de alguma violência. Pode-se dizer, sem qualquer parâmetro normativo, que refugiado é tanto aquele que foge por uma causa lícita quanto uma ilícita. Assim, o Estado, inclusive o democrático, considerado um aparato de forças que subjuga a sociedade, a fim de impor a ela certos fins prioritários em detrimento de outros, opera com um sistema de coerção para reprimir todos os que estão à margem da lei.

A pós modernidade agregou as catástrofes naturais, problemas ambientais e até mesmo o flagelo da fome e da miséria como causas para deslocamento de massa humana em busca de refúgio. Esse novo tipo de deslocamento humano nem sempre mostra-se claro quanto as diferenças de um refugiado político ou econômico<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Na medida em que o refúgio é um fenômeno que não pode ser ignorado pelo volume de pessoas que abandonam ou permanecem fora de seus países de origem, por fundado medo de perseguição, fato este que configure a condição de refugiado, independentemente de qualquer outra consideração, como seriam os albaneses na Itália, os romenos na Espanha, ou Sírios na Alemanha. A principal controvérsia na material está na diferenciação entre refugiados econômicos e políticos. Contudo, pode-se apontar três fatores principais de deslocamento de pessoas em grande massa: político, ambiental e econômico. Refugiados políticos se enquadram na definição das Nações Unidas, bem como pessoas fugindo de desastres de Guerra, envolvidos ou não na ideologia do combate. Refugiados por motivos ambientais recebem menor atenção, embora seja calamitoso a situação de pessoas vítimas de desastres naturais. Refugiados por motivos econômicos são os mais difíceis de serem definidos, confundindo-se com os migrantes. Em termos abstratos poder-se-ia dizer que são aqueles que estão diante da total impossibilidade de se satisfazer as suas necessidades vitais no seu país natural. Já o migrante é aquele, também em termos gerais, que está insatisfeito com as condições ofertadas e busca uma melhora material em outro local, mas sua subsistência poderia ocorrer em terra natural. (CASELLA, 2001)

[...] essa distinção é relevante, uma vez que permite entender que a natureza e o escopo da proteção a ser garantida a um refugiado, por exemplo, sejam diferentes daqueles conferidos a um migrante trabalhador, o qual pode continuar a contar com a proteção do Estado do qual é nacional, em face do caráter complementar da proteção internacional. Mas, por outro lado, ela deveria partir da ótica das migrações em geral, e não dos migrantes, pois na realidade tanto os migrantes forçados quanto os migrantes voluntários são migrantes e a distinção a partir da ótica dos migrantes pode levar a processos de discriminação ou de categorização de pessoas as quais, em verdade, compartilham a mesma qualidade de dignidade inerente. (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2010, p. 39).

Corroborando a visão acima exposta, no que tange a essa recente onda de migração haitiana para o Brasil, Oliveira (2014, p. 59) estabelece:

[...] em 2010, é importante ressaltar que o Haiti passou por um terremoto de alta escala que resultou em consequências catastróficas, ocasionando a destruição de cidades e muitas mortes, tendo por fim, sido vitimado por uma grave crise de cólera. [...] O Brasil, que já estava na missão de paz, novamente exerce papel ativo nesta ajuda humanitária.

As dificuldades encontradas para a reconstrução do país, que até hoje sofre as consequências do desastre, ocasionaram o início de fluxos migratórios dos indivíduos em busca de sua sustentabilidade econômica. Um dos fluxos ativados por meio desta catástrofe foi o fluxo migratório dos haitianos para o Brasil.

Assim, por mais que existam no âmbito internacional orientações que versam acerca de migração e de refugiados, elas não compreendem o migrante como um todo, e desse modo, só encontrarão efetividade quando colocadas lado a lado com outras normativas que entendem o migrante em suas diversas classes. Sobre esse ponto, Jubilut e Apolinário (2010, p. 43) apontam:

Apesar de ser um fato do cenário internacional, verifica-se, atualmente, que não há um instrumento internacional amplo o qual regule a conduta dos Estados a respeito de todas as variáveis existentes na migração. O que há são normas internacionais que, ao regularem questões como segurança, nacionalidade, apátrida, liberdade de circulação de pessoas, unificação familiar, direitos humanos, saúde, tráfico de pessoas, refúgio, asilo, tocam na temática das migrações; ou, ainda, normas de proteção geral aos seres humanos que se aplicam também às pessoas em movimento.

A Lei número 9.474/1997 em seu artigo 1º, inciso I, reproduziu o texto da Convenção sobre Refugiados de 1951 da ONU quanto da definição de Refugiado e no inciso II reconheceu a possibilidade de o apátrida valer-se da garantia. Ao

delimitar o tema à expressão “fundados temores” cria uma acepção subjetiva e outra objetiva. A subjetiva impõe ao refugiado a convicção – em seu íntimo – de que será perseguido no país de origem. Já o elemento objetivo se fundamenta na existência concreta daquele receio. Opera-se no mundo fenomênico, efetuando a perseguição pelos motivos listados em lei.

Ocorrendo essas situações, a nacionalidade, que é um vínculo jurídico-político que une o indivíduo ao Estado, gerando direitos e obrigações, passa a ser agredida. Fatalmente tal ato se veste da maior agressividade ao ser nacional, uma vez que a identidade nacional decorre de um pacto político, consubstanciada na Constituição material do Estado, une os diversos grupos e classes sociais, mesmo no caso daqueles com interesse antagônicos. É preciso, para tanto que os cidadãos sejam reconhecidos como livres e iguais nas suas relações interpessoais ou nas suas relações com o Estado, e a partir deste ponto possam acordar e reconhecer regras procedimentais racionais para criação de direito, sua aplicação administrativa ou para solucionar conflitos de interesses. Não se trata, portanto, de um mero pacto conjuntural, mas um pacto de certa perenidade (NASCIMENTO, 2014).

Esse desrespeito pode ser vestido de perseguição, no qual o próprio Estado pode promover por meio de seus agentes, alcançando parcela ou a totalidade da população, por milícias que contam com a conivência estatal, ou ainda decorrer de uma guerra civil, em que o Estado encontra-se totalmente desestruturado. No que se refere à perseguição de grupos sociais, não se pode olvidar que a sociedade hipermoderna é caracterizada pela fragmentação decorrente de suas notórias características de exacerbação do individualismo, descrença nas ciências, e no fim das grandes metanarrativa. O homem pós-moderno ocidental tornou-se mais cético, mais centrado em si mesmo, e totalmente descolado dos ideais de construção de uma sociedade sistêmica mais justa. Voltado para o individualismo.

Segundo Renato Zerbini Ribeiro Leão (2010), três são as condições para que se reconheça a grave e generalizada violação de direitos humanos, capaz de ensejar refúgio no Brasil:

A total incapacidade de ação ou mesmo inexistência de entes conformadores de um Estado Democrático de Direito, como podem ser as instituições representativas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de um Estado qualquer. Com a dificuldade mesmo em se identificar a existência de um Estado, tal qual conceituado pelo direito internacional público, em um território específico;

A observação naquele território da falta de uma paz estável e durável;

O reconhecimento por parte da comunidade internacional, de que o Estado ou território em questão se encontra em uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos.

E é exatamente em cima desse entendimento que é regularizada a entrada dos migrantes (refugiados) haitianos no Brasil. Uma vez que não são reconhecidos como refugiados econômicos, os haitianos recebem uma tutela especial humanitária do Estado brasileiro, que os recebe sob a regulação do Estatuto do Estrangeiro. A Resolução Normativa nº 97/2012 do CNIg (Conselho Nacional de Imigração), criada especialmente para regularizar a situação da entrada de haitianos no Brasil, dispõe, no artigo 1º:

Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, [...] nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro. (BRASIL, 2012)

Dessa forma, resta demonstrado que os haitianos presentes no Brasil estão sob a guarda do Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815/80, e devem ser protegidos pelos dispositivos estabelecidos nessa lei, gozando assim, de todos os direitos que o cidadão brasileiro possui, conforme estipula o artigo 95: “O estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição e das leis” (BRASIL, 1980).

No entanto, ao encaixar o refugiado-migrante haitiano sob a égide da Lei nº 6.815/80, entra em discussão outro fator de extrema importância, para que se possa pensar a proteção desse indivíduo: o poder discricionário do Estado brasileiro, à luz dessa Lei. O exercício de poder discricionário do Estado está ligado de forma incontornável à atual problemática das migrações. E esse exercício se estende a todas as etapas de entrada e permanência no migrante em território nacional, desde a admissão com o reconhecimento jurídico da condição do indivíduo solicitante, passando pela concessão de visto, e por fim, determinando as condições necessárias para a permanência do mesmo no país, sob pena de expulsão de dentro do território.

Para efeito de constatação, o refugiado, quando reconhecido como tal, passa a ser protegido (deveria) não apenas pela normativa interna de cada Estado, mas

também por um extenso arcabouço jurídico internacional: desde a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de Genebra, de 1951 – bem como o seu Protocolo, de 1967 -, passando ainda por tratados de valor inegáveis, como a Declaração Universal de Direitos Humanos (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2014).

O Protocolo referente ao Estatuto de Refugiados, de 1967, do qual o Brasil é signatário, reafirma os valores éticos estabelecidos pela Convenção de Genebra, bem como estabelece as normas de proteção ao refugiado, vinculando todos os Estados que o ratificarem. Mas, no caso do Brasil, em particular, o Estatuto do Refugiado (Lei 9.474/97), que recepciona o Protocolo no nosso ordenamento, expande o conceito de refugiado para abarcar ainda o indivíduo que devido a “[...] grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” (BRASIL, 1997).

Ademais,

[...] algumas situações de migrantes, sobretudo os refugiados e, mais recentemente, os deslocados internos, contam com sistemas de proteção internacional desenvolvidos ou em desenvolvimento e, mais do que isso, em função de sua condição diferenciada daquela dos demais migrantes, contam com a solidariedade, e até mesmo a simpatia, internacional. (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2014, p.277).

O Decreto nº 8.101/13 – que recepciona a Constituição da Organização Internacional para as Migrações (OIM), bem como integra o Brasil como Estado participante da Organização –, serve como um documento de aspirações morais e éticas, na criação da legislação interna. Frente a todas essas oportunidades deixadas em aberto, percebe-se que: “[...] não há uma proteção internacional sistematizada às pessoas em movimento, o que leva à utilização inadequada dos poucos mecanismos existentes e, na prática, à vulnerabilidade dessas pessoas.” (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2014, p.280).

Inicialmente, é de suma importância atentar ao fato de que o Estatuto do Estrangeiro é uma lei de 1980, período de transição de regimes: do ditatorial, que só viria a acabar cinco anos mais tarde, para a democracia representativa que se tem hoje. O referido Estatuto, em análise de Sprandel (2015), é um documento seletista, com políticas segregacionistas, voltado unicamente para a proteção do Estado, e



que, em função dessa visão arcaica entendia o estrangeiro como um ser nocivo à segurança do país.

O exercício discricionário do Estado perpassa todo o Estatuto do Estrangeiro, a começar pela admissão da entrada do migrante/estrangeiro em território brasileiro. O artigo 1º do referido Estatuto determina que: “[...] qualquer estrangeiro poderá, *satisfeitas as condições desta Lei*, entrar e permanecer no Brasil e dele sair [...].”(BRASIL, 1980) [grifo nosso]. No entanto, tal permissão está condicionada à observância dos interesses e da segurança nacional.

A leitura do referido artigo identifica a preocupação com os interesses do Estado, que prevalecem em relação à proteção do migrante que busca abrigo. Essa concepção fica ainda mais clara, quando analisados os artigos seguintes:

Art. 2º Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

Art. 3º A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais. (BRASIL, 1980).

Percebe-se, assim, pela insistente repetição da expressão, que os *interesses nacionais* sempre estarão em plano superior ao interesse do migrante estrangeiro, o que denota a política excludente do Estatuto. A lógica é evidente: não é o indivíduo que merece a proteção do Estado, mas sim o Estado que precisa ser protegido da *ameaça* externa: o estrangeiro. Sobre essa concepção, Sprandel (2015, p. 149) remonta à mentalidade da época que antecedeu à criação da Lei 6.815/80, durante a Ditadura:

Ao defender que era preciso impedir de ingressar no país, prender, deportar ou expulsar estrangeiros em nome da segurança nacional, a ditadura militar aprofunda uma percepção da periculosidade do estrangeiro [...] num cenário marcado pelo nacionalismo e sua intolerância para com a diferença cultural ou étnica.

Dentro desse paradigma percebe-se que a cidadania não resta garantida ao refugiado – migrante -. Para que não se crie paradoxos, uma vez que cidadania advém do cidadão natural – por nascimento ou decorrente da Lei-, desde os

preceitos gregos e romanos, estudar-se-á a cidadania não de forma restrita, mas sim como um gozo para o exercício de direitos políticos, no sentido dado por Hannah Arendt (apud NASCIMENTO, 2010), na qual a cidadania é o direito a ter direitos, de pertencer a uma comunidade organizada.

Para Arendt (1989) o homem pode perder todos os chamados direito do homem (ser humano) sem perder sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade. Cidadania é, então, o direito de participar da vida comunal, por estar nela integrada. E o refúgio, para não perder sua humanidade, necessita de integração na comunidade que o recebe. Para tanto, deve contar com o direito a ter e exercer direitos, com as restrições, no entanto, inerentes à sua condição de estrangeiro.

O artigo 5º da lei 9.474/97 dispõe que o refugiado gozará de direitos e estará sujeito aos deveres do estrangeiro no Brasil. O estrangeiro, sabidamente, possui limitação política e, portanto, uma cidadania reduzida, não igual ao do nacional. Essa vinculação limita por óbvio a vida do refugiado. Esse não poderá ter direito de cidadão, como prescreve a ONU.

Ainda, o artigo 39 no seu inciso III prevê que esse refugiado perderá esse status se exercer uma atividade contrária à segurança nacional ou a ordem pública. Ou seja, em outras palavras, mesmo sendo refugiado e gozando de proteção internacional, esse refugiado, no corpo normativo brasileiro nada mais é do que um estrangeiro, um migrante disfarçado de refugiado, mas sempre com a sua cidadania regulada, limitada, condicionada. Justamente porque ao refugiado se aplica as mesmas orientações do que ao estrangeiro.

Mesmo sendo uma Lei já promulgada sob a vigência da Constituição Cidadã, a mesma se orienta sob princípios de perseguição e não de acolhimento. Se orientou sob a égide de uma conduta de Estado fechado, ditatorial. As expressões “ordem pública ou segurança nacional” nada mais são do que condutas permissivas aos agentes inquisitórios do Estado de imputar conduta que na visão destes, prejudiquem essa ordem ou essa segurança. Portanto, a essência de Estado Democrático de Direito, para o refugiado, existe minimamente, pois este está a mercê de um julgamento quase que pessoal dos agentes do Estado.

E, assim sendo, o refugiado se torna mais criminoso do que o nacional, uma vez que cometeu conduta criminosa – comum – e ainda atentou contra a ordem

pública ou segurança nacional. Logo, sua cidadania resta relativizada em que pese a subjetividade da autoridade inquisitiva.

Importante destacar que, com uma tipificação penal tão abrangente - *lato sensu*, não se pode esquecer que a capacidade cognitiva do refugiado é, também, relativizada, uma vez que lhe falta, em uma grande quantidade de tempo, o entendimento da língua e dos costumes. E sobre essa verdade, o refugiado acaba por ter cerceado um direito universal. Conforme a Opinião Consultiva número 16/99 da Corte Interamericana de Direitos Humanos entendeu que o direito a informação consular integra o princípio do devido processo legal.

Ocorre que, por questões óbvias, os refugiados não possuem esse direito à informação, uma vez que não mais possuem o direito a proteção de seu Estado natural. Seja porque não mais possuem nacionalidade ou porque não possuem condições políticas de exercer.

Estes fatos narrados apontam para a clara manipulação do Estado pelo biopoder. O biopolítico é aquele que administra, governa uma coletividade. A normatização brasileira, além de permitir que se governe essa coletividade estrangeira, ainda dá poder para limitar a liberdade e o uso de direitos dessa mesma coletividade. O artigo 26 do Estatuto aponta o fato de que o visto não constitui um direito ao estrangeiro, senão uma mera expectativa, que só será efetivado se atendidos os interesses estatais. O preocupante nessa percepção, no entanto, é o caráter parcial e subjetivo desse interesse. O Estatuto utiliza o termo *inconveniência*, porém, deixa em aberto o que exatamente caracterizaria uma *condutainconveniente*, ficando assim ao entendimento arbitral do Estado determinar quem é ou não praticante de tal conduta:

Art. 26. O visto concedido pela autoridade consular configura mera expectativa de direito, podendo a entrada, a estada ou o registro do estrangeiro ser obstado ocorrendo qualquer dos casos do artigo 7º, ou a inconveniência de sua presença no território nacional, a critério do Ministério da Justiça (BRASIL, 1980).

Para a análise da normativa brasileira de proteção ao migrante, faz-se necessário, o estudo dos dispositivos constitucionais que incidam sobre o estrangeiro. Assim, todos os estrangeiros gozarão dos mesmos direitos que o cidadão nacional, excluindo-se aqueles expressamente mencionados na norma

interna, ou na Constituição Federal (GONZAGA, 2013). Esse entendimento é reforçado pela leitura do artigo 5º da Constituição, que reitera a condição igualitária entre estrangeiros e nacionais, em seu caput.

Como todo e qualquer dispositivo legal, a leitura do artigo 5º deve estar em consonância com aquele que é um dos fundamentos sobre os quais se sustenta o Estado Democrático de Direito, o *princípio da dignidade humana*, elencado no inciso III, do artigo 1º, da Carta Magna (GONZAGA, 2013). Indica, dessa forma, que o dispositivo constitucional funda-se em uma perspectiva oposta àquela na qual se assenta o Estatuto do Estrangeiro.

Os direitos e garantias constitucionais mencionados acima abarcam, de forma geral, a grande parcela de direitos também conferidos ao brasileiro nato, excluindo dessa equação, os direitos políticos. Os direitos sociais fundamentais como acesso à educação, saúde, moradia e trabalho digno, são garantidos a todo estrangeiro residente no país, conforme análise do inciso XIII, do artigo 5º, e do caput do artigo 6º.

Diferenciadas as perspectivas modeladoras tanto do Estatuto do Estrangeiro, como da Constituição Federal, e entendido o quão defasada é a política migratória do primeiro quando contrastado com o ideal igualitário e multiculturalista da segunda, cabe voltar a atenção ao Projeto de Lei de Migração, que pretende substituir o atual Estatuto.

Tramita atualmente na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. O referido projeto foi remetido à Câmara dos Deputados em 04 de Agosto de 2015, onde aguarda votação. Caso aprovada, a nova Lei irá revogar (em partes) a atual Lei nº 6.815/80, dispondo as novas diretrizes acerca da regulamentação da entrada e estadia do refugiado-migrante, bem como seus direitos e deveres.

Segundo Ventura e Reis, esse projeto de lei exclui o ideário da segurança nacional, para substituí-lo por um que esteja em consonância com a Constituição Federal, e com os tratados internacionais sobre direitos humanos em vigência no Brasil (VENTURA; REIS, 2014). Essa mudança de tom ideológico fica explícita já no artigo 3º do Projeto de Lei, onde estão dispostos os princípios e garantias que regerá a política migratória no Brasil, tais como:

II – repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;

[...]

IV – acolhida humanitária; (BRASIL, 2013).

Através da leitura dos referidos incisos, é perceptível a preocupação não apenas com o respeito e amparo aos direitos humanos, como também, de forma enfática, com o combate às diversas formas de preconceito, discriminação aos migrantes e a preocupação na promoção de uma política acolhedora não apenas por parte do Estado, mas também da sociedade como um todo. A própria mudança do termo *estrangeiro* para *migrantes*, já aponta para esse sentido.

Em uma análise político-social, de forma bastante esclarecida, Ventura e Reis (2014, p. 66) ressaltam um ponto interessante no tocante à importância de uma nova legislação migratória que busque erradicar preconceitos, ao trazerem que “[...] nós que vivemos num país marcadamente desigual, onde campeiam violência, machismo, racismo e homofobia, temos uma grata surpresa: apesar de tudo, há quem aqui veja esperança e oportunidade de trabalho”. Caso prospere, a nova lei de migrações, além de afirmar garantias e direitos que há muito são necessários para que haja uma real proteção aos migrantes, e a sua inserção na vida social, honrará ainda:

[...] uma dívida histórica do Brasil para com os migrantes que contribuíram, de modo decisivo, com seu desenvolvimento. Honra também a democracia, eliminando mais um entulho autoritário que parasita o presente e hipoteca o futuro do país (VENTURA; REIS, 2014, p. 69).

Com a análise dos dispositivos elencados ao longo desse estudo, percebe-se a necessidade uma normativa internacional e nacional que compreenda o refugiado - migrante - em sua particularidade, a fim de estabelecer padrões concretos de proteção para o mesmo. Necessário entender que essa proteção perpassa não apenas as garantias oferecidas pelo Estado, mas também uma conscientização por parte da sociedade, para que compreenda aquele não como um ser alienígena, mas sim como um indivíduo integrante do meio em que está inserido. Essa percepção, inclusive, é ressaltada de forma enfática pelo projeto da nova Lei de Migração,

que se aprovado, trará uma nova dinâmica no tratamento dessa classe de indivíduos.

## CONCLUSÃO

Se a dificuldade dos brasileiros natos e naturalizados, gozadores de cidadania, é notória na efetivação de seus direitos, é visível que os obstáculos enfrentados pelos refugiados na busca por seus direitos serão ainda maiores. Com a análise do tema dissecado no presente artigo, pode-se concluir que os direitos assegurados aos migrantes não alcançam total efetivação.

O objetivo deste artigo se dá por uma flexibilização dos direitos universais consagrados como direitos fundamentais na constituição federal, também aos não portadores de cidadania. Objetivando que estado e sociedade reconheçam os refugiados como cidadãos iguais aos nacionais, e hajam para que tal igualdade seja efetivada.

Assim sendo, propõe-se a união do estado com a sociedade. Essa união tornara possível a diminuição das mazelas vivenciadas por esses grupos, assegurando a função do contratualismo no estado moderno.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **Origem do Totalitarismo**. Cia das Letras. São Paulo. 1989.

BARRETO, Luis Paulo Teles Ferreira. **A Lei Brasileira de Refúgio** – A proteção brasileira aos refugiados e o seu impacto nas américas. São Paulo. 2010.

BAUMANN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BRASIL. **Resolução Normativa do CNIG nº 97/2012**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jan. 2012. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=59&data=13/01/2012>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.815, de 19 de Agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.474, de 22 de Julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2016.

CASELLA, Paulo Borba. **O Direito Internacional dos Refugiados – Uma perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro. Ed. Renovar. 2001.

GONZAGA, Debora Eugênio. **Condição jurídica do estrangeiro no Brasil**. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/abrebanner.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=13618&revista\\_caderno=9](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/abrebanner.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13618&revista_caderno=9)>. Acesso em: 26 abr. 2016.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados: e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Editora Método, 2007. Disponível em: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/O\\_Direito\\_Internacional\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/O_Direito_Internacional_dos_Refugiados.pdf?view=1)>. Acesso em: 22 abr. 2016.

JUBILUT, Liliana Lyra; APOLINARIO, Silvia Menicucci. O. S.. **A Necessidade de Proteção Internacional no Âmbito da Migração**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v6n1/13.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. **O Reconhecimento do Refugiado no Brasil no início do Brasil no início do Século XXI, in Refúgio no Brasil – A proteção brasileira aos Refugiados e seu impacto nas Américas**. 1ª Edição. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

NASCIMENTO, Luiz Sales do. **A Cidadania dos Refugiados no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo. Ed. Verbatim. 2014.

OLIVEIRA, Rivana B. R.. **A Proteção Integral Do Migrante Haitiano No Brasil: Uma análise situacional do visto humanitário**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=7575c8affdb79557>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. São Paulo: Saraiva, 2007.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público – Curso Elementar**. São Paulo. Saraiva. 10ª edição, 2007.

SENADO. **Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013**. Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil. Disponível em:

<<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=170505&tp=1>>.  
Acesso em: 27 abr. 2016

SPRANDEL, Marcia Anita. **Migração e crime**: a Lei 6.815, de 1980. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v23n45/1980-8585-REMHU-23-45-145.pdf>>. Acesso  
em: 24 abr. 2016.

VÉRAN, Jean-François; NOAL, Débora da Silva; FAINSTAT, Tyler. **Nem Refugiados, Nem Migrantes**: A chegada dos haitianos à cidade de Tabatinga (Amazonas). In: Dados. Rio de Janeiro , v. 57, n. 4, p. 1007-1041, Dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n4/0011-5258-dados-57-04-1007.pdf>>. Acesso em: 22 abri. 2016.

VENTURA, Deisy; REIS, Rossana Rocha. **Carta Capital**. Disponível em:  
<<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/divida-historica-uma-lei-de-migracoes-para-o-brasil-9419.html>>. Acesso em: 23 abri. 2016



## A POLÍTICA SANITÁRIA NA REPÚBLICA VELHA E A REVOLTA DA VACINA

Cristiane Menna Barreto Azambuja<sup>26</sup>

### RESUMO

O presente estudo apresenta uma análise da política sanitária e da questão da vacina durante a República Velha. A República Velha foi um período de considerável importância na história do Brasil. Em matéria sanitária, isso não foi diferente. Em especial no governo do Presidente Rodrigues Alves, diversas foram as políticas implementadas para o fim de efetivar medidas de proteção à saúde de forma a erradicar as doenças que, há muito tempo, assolavam a população. Uma dessas medidas foi a aprovação de uma lei que preceituava a obrigatoriedade da vacinação e revacinação contra a varíola, fato esse que causou grande revolta na população. Como consequência, deflagrada estava a Revolta da Vacina. O método de pesquisa utilizado foi, precipuamente, o histórico.

**Palavras-chave:** República Velha. Política sanitária. Vacinas. Revolta da Vacina.

### ABSTRACT

This study presents an analysis of health policy and the issue of the vaccine during the Old Republic. The Old Republic was a period of considerable importance in the history of Brazil. In health matters, this was not different. In particular in the government of President Rodrigues Alves, several policies were implemented for the purpose of effecting measures to protect health in order to eradicate diseases that, for a long time, had plagued the population. One of this measures was the approval of a law providing for the compulsory vaccination and revaccination against smallpox, a fact that caused much angst in the population. As a consequence, was triggered the Vaccine Revolt. The research method that was used was, mostly, the historical.

**Keywords:** Old Republic. Health policy. Vaccines. Vaccine Revolt.

### INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, muito se tem discutido acerca da questão da vacina contra o vírus da gripe. Dentre os temas que atualmente são objeto de debate, sua efetividade e o fato dela somente ser fornecida, de forma gratuita, para um determinado grupo de pessoas. Isso porque, no Brasil, o governo fornece a vacina

---

<sup>26</sup> Mestra em Direito pela UFRGS. Especialista em Direito Público pela PUCRS. Professora e Coordenadora do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. Advogada. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br

gratuitamente apenas para aqueles que se enquadram no dito grupo de risco, constituído por crianças de seis meses até cinco anos de idade, gestantes ou mulheres que tiveram seus filhos a menos de 45 dias, indivíduos com mais de 60 anos, indígenas, doentes crônicos, profissionais da saúde, população privada de liberdade e funcionários do sistema prisional. Os demais, caso tenham interesse na prevenção, necessitam buscar uma clínica privada.

Possível dizer que, com essa discussão, de certa maneira, estamos revisitando um momento histórico do país. Estamos voltando ao passado.

O governo do Presidente Rodrigues Alves representou um período fundamental na política sanitária durante a República Velha, ocasião em que Oswaldo Cruz, nomeado por Rodrigues Alves como diretor do Serviço de Saúde Pública, pretendeu exterminar as doenças que arrasavam o país e, mais especificamente, a então capital federal - Rio de Janeiro -, inclusive fazendo uso de uma lei que previa a obrigatoriedade da vacina contra a varíola, o que, ao chegar ao conhecimento da população, acabou por ensejar grande irresignação e, logo na sequência, a Revolta da Vacina.

A obrigatoriedade da vacina, no entanto, foi somente a causa que deu início à revolta. Depois dela, várias outras motivações foram sendo incorporadas às manifestações pelas ruas da cidade.

Considerando, então, a importância dos fatos ocorridos na capital federal e maior centro político e administrativo do país quando da República Velha é que se pretendeu, com o presente artigo, fazer uma apreciação da política sanitária desse período, a legislação e as decisões do Supremo Tribunal Federal, assim como da própria Revolta da Vacina, a obrigatoriedade, a revolta propriamente dita, a decretação do estado de sítio, a revogação da obrigatoriedade e a anistia daqueles que acabaram por ser presos em decorrência da revolução.

Para tanto, foi de grande relevância o estudo da condição política, social, econômica e jurídica do Brasil na República Velha, tendo por base, precipuamente, publicações da época.

## **1 POLÍTICA SANITÁRIA NA REPÚBLICA VELHA**

### **1.1 Contexto histórico**

Com o final do governo do Presidente Campos Sales, seu sucessor, Rodrigues Alves, pontuou duas questões que mereceriam maior destaque durante sua gestão, que teve início em 1902 e se estendeu até 1906: a das obras públicas e a sanitária. Para a primeira, nomeou como prefeito o engenheiro Pereira Passos e para a segunda, após recusa de Sales Guerra, nomeou como diretor do Serviço de Saúde Pública o médico Oswaldo Cruz<sup>27</sup> (CARVALHO, 1987, p. 93).

No que concerne às obras públicas, foram contratadas obras dos portos e de algumas das principais avenidas e ruas da cidade. A pretensão, em última análise, era de modernização, de demonstração de progresso. Para concretização de tais obras, entretanto, diversas desapropriações e demolições tiveram que ser levadas a termo.

Com relação à saúde pública, possível dizer que as principais doenças que assolavam a população, quando da República Velha, eram a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Outras doenças, porém, também se faziam presente com bastante frequência, tais como, cólera, tuberculose, febre tifoide, impaludismo, exantema febril e lepra. Todas essas moléstias levavam, anualmente, milhares de pessoas à morte.

Augusto Olympio Viveiros de Castro (1914, p. 172, sic) dessa forma se manifestou sobre a matéria sanitária:

A policia sanitaria constitue um dos mais graves preblemas da Sciencia da Administração.  
É incontestavel que ninguem tem o direito de converter a sua casa em um fôco de infecção, pondo assim em perigo a vida das pessoas da vizinhança; neste ponto, a liberdade individual não pôde deixar de ser limitada pelo bem publico.

O médico Oswaldo Cruz, no intento de erradicar tais doenças, iniciou seu trabalho pela febre amarela. Para isso, optou por métodos que já haviam sido

---

<sup>27</sup> Oswaldo Cruz, aos quatorze anos, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo terminado o curso aos vinte anos. Sua inclinação para a higiene pública, desde logo, já ficou evidente, haja vista que, como estudante, foi preparador do laboratório de bacteriologia da cadeira de Higiene e, mais tarde, foi auxiliar de laboratório do Instituto de Higiene da Saúde Pública. Seu trabalho de conclusão do curso tratou da “Veiculação Microbiana pelas Águas”. Graduado em 1892, exerceu a clínica no Rio de Janeiro até 1894. Em dezembro de 1896, Oswaldo Cruz viajou para Paris, onde aprimorou seus estudos no Instituto Pasteur, sob chefia de Emílio Roux. Durante sua estadia na Europa, publicou diversos trabalhos de pesquisas e frequentou, como operário, uma fábrica de artefatos de laboratório. Apesar da distância, nunca deixou de acompanhar as questões sanitárias no Brasil, para onde retornou em 1899 (FRANCO, 2000, p. 461-463).

utilizados anteriormente em Cuba<sup>28</sup>, em específico, o isolamento dos doentes em hospitais e a extinção dos mosquitos. Depois, decidiu por eliminar a peste bubônica. Nesse intento, determinou a exterminação de ratos e pulgas e a limpeza e desinfecção de ruas e casas. O trabalho teve início em abril de 1903 e ocorreu com auxílio de brigadas sanitárias (compostas de um chefe, cinco guardas mata-mosquitos e operários da limpeza pública) que percorriam ruas e visitavam casas, desinfetando, limpando, exigindo reformas, interditando prédios, removendo doentes. Os alvos das visitas eram as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica, tais como casas de cômodos e cortiços (CARVALHO, 1987, p. 94).

O resultado da tarefa foi exitoso, muito embora, por vezes, as pessoas demonstrassem um certo incômodo com as invasões de casas, as interdições e despejos, bem como com as internações compulsórias.

Ainda assim, Oswaldo Cruz deu seguimento ao seu trabalho, dessa feita na busca da exterminação da varíola.

Conforme Antonio Augusto Ferreira da Silva mencionou em seus “Estudos de demographia sanitaria durante 34 annos” (1983, p. 136, sic) “A variola é a febre exanthematica, que no Estado mais victimas tem feito em extensas e mortíferas epidemias, segundo se deduz dos relatorios, que compulsamos, dos respectivos presidentes”.

Efetivamente, em 1904, a incidência da varíola, que já era uma constante no Rio de Janeiro, aumentou. Até a metade do ano tinham sido recolhidos ao Hospital São Sebastião aproximadamente 1.800 variolosos. Esse número, no entanto, por certo deveria ser muito maior, se considerados os doentes não hospitalizados. A saúde pública tinha estabelecido pontos de vacinação, mas esses não eram procurados pela população. Diante disso, conforme o governo, a única solução seria a obrigatoriedade da vacina (FRANCO, 2000, p. 490-491).

E foi depois de muita discussão, tanto no Senado Federal quanto da Câmara dos Deputados, que foi aprovada a Lei 1.261 de 31 de outubro de 1904, que tornou

---

<sup>28</sup> Em 14 de agosto de 1881, Carlos Finlay, médico cubano, em memória apresentada à Academia de Ciências de Havana, apresentou o mosquito *Culex* (depois *Stegomyia Fasciata* e, por último, *Aedes Aegypti*) como intermediário indispensável à transmissão da febre amarela. Sua comunicação, em um primeiro momento, não despertou grande interesse. Em 1886, Finlay desenvolveu sua hipótese no *American Journal of the Medical Sciences*. A aplicação da teoria de Finlay somente foi levada a efeito em 1900, em Havana, pelo serviço sanitário do Exército dos Estados Unidos, sob chefia de Walter Reed. O isolamento dos doentes e extinção dos transmissores ocorreu no princípio do ano de 1901. A febre amarela restou extinta em Havana já no final do mesmo ano (FRANCO, 2000, p.469-470).

obrigatória, em toda a República, a vacinação e a revacinação contra a varíola. A Lei, composta por dois artigos, previa a obrigatoriedade da vacinação e da revacinação e autorizava o governo a regulamentá-la levando em consideração algumas bases, dentre as quais, a que a revacinação deveria se dar a cada sete anos e a de que todos os oficiais e soldados das classes armadas deveriam ser vacinados e revacinados, ficando os comandantes responsáveis pelo cumprimento de tal determinação.

Com a aprovação da lei, então, coube a Oswaldo Cruz regulamentá-la. Em 10 de novembro de 1904, uma cópia do regulamento que vinha sendo objeto de elaboração e análise foi publicado pelo jornal *A Notícia*.

Segundo o regulamento, era possível optar pela vacinação por médico particular, muito embora, nesse caso, o atestado teria de ter firma reconhecida. Além disso, o governo passaria a exigir o atestado de vacina para matrícula na escola, emprego público ou doméstico, viagem, hospedagem em hotéis e casas de cômodos, casamento, voto, dentre outros. Ainda, havia previsão de arbitramento de multa para quem resistisse (CARVALHO, 1987, p. 99).

Tal regulamento, em verdade, demonstrou uma inexperiência política de Oswaldo Cruz, a contar do momento em que continha normas extremamente rigorosas, sem que qualquer preparo ou cautela, junto à população, tivessem sido observados. Com a publicação do plano de regulamentação da aplicação da vacina obrigatória contra a varíola, teve início a Revolta da Vacina.

Antes da aprovação da lei que preceituava a obrigatoriedade da vacinação e revacinação contra a varíola, porém, alguns decretos tiveram importância para regulamentação da matéria sanitária. Tais decretos, inclusive, acabaram servindo como base para a antes mencionada lei. A seguir, uma breve consideração sobre aqueles de maior relevância.

## 1.2 Legislação

Inicialmente, fundamental que se diga que não havia reconhecimento, na Constituição de 1891, do direito à saúde como direito e garantia constitucional<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Quando da Constituição de 1946 o direito à vida figurou, pela primeira vez, como direito fundamental do indivíduo, consoante preceituado por seu art. 141, *caput*. Posteriormente, o texto de 1967, manteve, dessa feita no seu art. 150, *caput*, o direito de proteção à vida como direito e garantia

Alguns decretos, entretanto, merecem destaque, haja vista a sua importância para a questão sanitária.

O primeiro deles, o Decreto 1.151 de 05 de janeiro de 1904, reorganizou os serviços de higiene administrativa da União.

Na oportunidade, foi reorganizada a Diretoria Geral de Saúde Pública. Ainda, o governo ficou autorizado a promulgar o Código Sanitário, observadas algumas bases, dentre elas a regularização da higiene urbana e domiciliar, do exercício da medicina e da farmácia e a instituição de penas de multa que poderiam inclusive ser convertidas em prisão, cumuladas ou não e mesmo como medida preventiva, apreensão e destruição de gêneros deteriorados ou considerados nocivos à saúde pública, sequestro e venda de animais ou objetos cuja existência nas habitações fosse proibida, cassação de licença, fechamento e interdição de prédios, obras e construções.

O segundo, o Decreto 5.156 de 08 de março de 1904, deu novo regulamento aos serviços sanitários a cargo da União.

Estabeleceu quais seriam os serviços sanitários a cargo da União em toda a República e no Distrito Federal. Ainda, esclareceu sobre a Diretoria Geral de Saúde Pública, atribuição e deveres dos funcionários, sobre a motivação para socorro médico e higiene para as populações dos Estados, acerca do serviço sanitário nos portos e o terrestre, sobre a profilaxia geral e a específica das moléstias infectuosas e, também, acerca da justiça sanitária.

O terceiro, o Decreto 5.157 de 08 de março de 1904, aprovou o regulamento do serviço de profilaxia da febre amarela.

Na ocasião, foi prevista a organização da brigada contra o mosquito, o isolamento e expurgo, a polícia dos focos, a vigilância médica, a organização das turmas do serviço da brigada e do pessoal.

Ao final, vale lembrar, mais uma vez, da Lei 1.261 de 31 de outubro de 1904 que tornou obrigatória, em toda a República, a vacinação e a revacinação contra a varíola. Essa, entretanto, será objeto de análise mais apurada adiante.

---

individual. E com a Constituição Federal de 1988 um extenso rol de direitos sociais foi reconhecido, passando a figurar expressamente no texto constitucional. Alguns deles possuem um alcance individual e um alcance social (no último caso, quando está a programar uma política pública). É o caso do direito à saúde. Essa Constituição, em seu art. 6º, ao cuidar dos direitos sociais, assegurou o direito à saúde. Em seu art. 196, quando trata da ordem social, prescreveu o direito à saúde e o dever do Estado, sem qualquer limitação ou restrição.

Depois de feito o exame, ainda que superficial, da legislação existente à época, cogente se faz, nesse momento, também tomar conhecimento de como a Suprema Corte brasileira estava apreciando a matéria sanitária nos julgados que até ela chegavam.

### 1.3 Decisões do Supremo Tribunal Federal

A contar de 1900, muitas foram as decisões do Supremo Tribunal Federal no sentido de negar a manutenção da posse contra a interdição de prédios pelas autoridades de higiene (RODRIGUES, 1968, p. 77).

Nesse sentido, o Ag 363 (28.8.1900), decisão essa proferida de forma unânime, onde figurava como relator João Barbalho.

A fundamentação era de que contra os atos da Administração Pública, no legítimo exercício de suas atribuições de polícia, não eram cabíveis interditos possessórios que suspendessem ou anulassem tais atos (RODRIGUES, 1968, p. 77).

Em janeiro de 1905, no entanto, uma decisão prolatada destoou do que até então vinha sendo decidido. Na oportunidade, foi concedida ordem de *habeas corpus* preventivo com o escopo de resguardar o paciente contra a entrada das autoridades sanitárias em sua casa, para que procedessem à profilaxia contra a febre amarela. Tratou-se do HC 2.244 (31.1.1905), relator Manuel Murтинho. A argumentação foi de que só a lei - e não os regulamentos executivos, autorizados ou não pelo Poder Legislativo -, poderia prescrever em que casos era permitida de dia a entrada em casa particular sem consentimento do respectivo morador. Os Ministros Pisa e Almeida e Hermínio do Espírito Santo votaram vencidos. O Ministro Pindaíba de Matos declarou que concedia a ordem somente para que o paciente não fosse preso, mas que considerava constitucional a lei e o regulamento atacados (RODRIGUES, 1968, p. 77-78).

Dada a importância desse julgado, razoável que se transcreva alguns dos argumentos utilizados tanto pelo advogado do paciente quanto pelo relator, quando da prolação de seu voto.

O advogado Pedro Tavares impetrou, perante o juiz federal da 2ª vara do Distrito Federal, *habeas corpus* preventivo em favor de Manoel Fortunato de Araujo Costa, alegando que ele estava com seu domicílio ameaçado pelas autoridades da

higiene, haja vista serviços de expurgo. O magistrado Pires e Albuquerque denegou o pedido que, por consequência, foi levado e apreciado pelo Supremo Tribunal Federal. Tão logo foi feita a narração do caso pelo relator Manuel Murтинho, teve a palavra o advogado impetrante (BASTOS, 1911, p. 371-372).

José Tavares Bastos (1911, p. 372, sic) explicitou os principais fundamentos que foram utilizados pelo causídico:

[...] declarou que os habitantes desta capital estavam passando pelo mais cruel dos vexames. Violava-se com o maior desplante o lar das famílias, sob pretexto de fazer hygiene, e no emtanto as esterqueiras e os ninhos dos mosquitos, as valas e as poças de agua, ahi estavam pelas vias publicas, reclamando a intervenção dos Srs. Hygienistas da Directoria de Saúde publica.

Argumentando com artigo da Constituição, que declara inviolável o domicilio do cidadão e achando que o regulamento da Hygiene ofende de frente a essa disposição, o Sr. Pedro Tavares declarou que a ordem de habeas-corpus, de acordo com os julgados do próprio Supremo Tribunal, não podia deixar de ser concedida.

Perdêmos já – disse S. S. – a liberdade e a propriedade e agora estamos arriscados a que se não nos respeite mais inviolabilidade do lar.

E, mais adiante, reprisou parte da motivação da decisão proferida pelo Ministro relator do caso:

Considerando também que não colhe o argumento de que o regulamento de que trata foi expedido em virtude da autorização conferida pela nº 1.151 de 5 de janeiro de 1904, a qual encarregou o Poder Executivo de organizar o respectivo serviço sanitário, visto como, restringida á questão a especie vertente nos autos, sendo função exclusivamente legislativa regular a entrada forçada em casa de cidadão nos expressos termos de mencionado paragrapho do art. 72, não podia o Congresso Nacional subgdelegar essa attribuição ao Governo, sem ofender a mesma Constituição Federal, que traçou a esfera de cada poder politico (BASTOS, 1911, p. 375, sic).

Em 1908, o Supremo Tribunal Federal denegou ordem de *habeas corpus* impetrado em favor de paciente atacado de peste bubônica, removido para o Hospital de São Sebastião. Cuidou-se do HC 2.642 (9.12.1908). A fundamentação era de que não havia constrangimento ilegal (RODRIGUES, 1968, p. 78).

Em 1909, Pedro Lessa (1909, p. 6, sic), já Ministro do Supremo Tribunal Federal, em estudo sobre a “Intervenção do Estado em matéria de hygiene publica” defendeu a vacina obrigatória. Na ocasião, referiu que o Estado devia “obrigar, pelo emprego da força material, ao cumprimento do preceito hygienico, eficaz e innocuo,



áquelles que por ignorancia, por preconceito, ou por qualquer outro motivo inadmissível não satisfazem esse dever moral”.

Pedro Lessa (1909, p. 8, sic), na oportunidade, concluiu seu relatório afirmando que:

Do que temos escripto concluimos as seguintes theses:

1<sup>a</sup>

Emquanto não atinge a liberdade individual, a intervenção do Estado em matéria de hygiene publica não tem contradictores.

2<sup>a</sup>

Os direitos individuaes não podem ser obstáculos ás medidas hygienicas de provada eficacia e inocuidade, applicadas pelo Estado.

3<sup>a</sup>

Corollario logico da these antecedente é a afirmação de que o Estado pode e deve decretar a vacina obrigatória e a internação em hospitais de doentes de moléstias contagiosas.

Ainda em 1909, o Supremo Tribunal Federal, mais uma vez, afirmou que não eram admissíveis mandados de manutenção de posse contra atos da Saúde Pública. Nessa seara, o Ag. 1.170 (28.8.1909) (RODRIGUES, 1968, p. 79).

Em outra decisão, referiu os recursos de que deviam lançar mão os prejudicados pelos atos das autoridades de hygiene pública - por exemplo, perdas e danos, em caso de ilegalidade ou, ainda, punição penal do funcionário responsável, caso tivesse agido criminosamente. Nesse sentido, o Ag. 1.192 (3.11.1909). Pedro Lessa, aqui, votou vencido, dizendo que o disposto no art. 1º, §2º do Decreto 1.151 de 05 de janeiro de 1904 violava o art. 72 da então Constituição Federal. Acompanharam o seu voto os Ministros Canuto Saraiva e o juiz convocado Godofredo Cunha (RODRIGUES, 1968, p. 79).

Essas, então, as decisões de maior valia prolatadas pela Suprema Corte brasileira, quando da apreciação da matéria sanitária.

## **2 VACINAS**

### **2.1 A obrigatoriedade e a Revolta da Vacina**

Diversas foram as tentativas de vacinação que foram levadas a termo, a contar da introdução da vacina de Jenner no Brasil, em 1801. As leis que tratavam dessa matéria, inclusive no que tange à obrigatoriedade da vacinação, não foram

eficazes, motivo pelo qual o governo entendeu por bem em elaborar uma nova lei que reintroduzisse a obrigatoriedade (CARVALHO, 1987, p. 95-96).

O argumento do governo para a elaboração do projeto de lei que previa tal obrigatoriedade era o de que a vacinação era de grande interesse para a saúde pública, haja vista inúmeros focos endêmicos da varíola no Brasil, o maior deles no Rio de Janeiro (SEVCENKO, 2010, p. 17-18).

Em contraponto, os argumentos da oposição eram de que os métodos de execução do decreto de vacinação eram violentos, os soros e os aplicadores pouco confiáveis, e os funcionários, enfermeiros, fiscais e policiais encarregados da campanha manifestavam instintos brutais e moralidade discutível. Os maus exemplos dados pelos métodos de extinção da febre amarela vinham da campanha anterior e toda a população tinha conhecimento deles. Entendiam que o governo deveria deixar para a consciência de cada um a liberdade de decidir pela aplicação da vacina, assim como as condições que melhor lhe conviessem para recebê-la. Obstavam, em suma, não contra a vacina propriamente dita, cuja utilidade reconheciam, mas contra as condições de sua aplicação e acima de tudo contra o caráter compulsório da lei (SEVCENKO, 2010, p. 18-19).

O Senador Barata Ribeiro (1905, p. 445, sic), médico e professor da Faculdade de Medicina, quando da sessão do dia 12 de julho de 1904 do Senado Federal, que debatia o projeto de lei que previa a obrigatoriedade da vacina, assim se manifestou sobre a questão:

[...] Não sou positivista; vacinei meus filhos, e meus netos, e a quantos corriam os perigos do contágio da varíola, aconselhava que se vacinassem; d'ahí, porém a assumir a responsabilidade de violar a casa do meu concidadão para impor-lhe, em nome da lei, e sob o rigor de penas violentas, uma providencia, que invade a orbita dos seus direitos, limitando-os, e pertence ao foro de sua consciencia, vae a meu ver uma distancia infinita, que não ousarei ultrapassar, e que me entristecerá ver ultrapassada [...]

No mesmo sentido, o Senador Rui Barbosa (1905, p. 106, sic), dessa feita na sessão do dia 16 de novembro de 1904 do Senado Federal, que, já depois de

aprovada a lei da obrigatoriedade, discutia acerca da necessidade de declaração de estado de sítio e revogação da referida lei<sup>30</sup>:

Contrario era e continuo a ser á obrigação legal da vaccina. Não sou, entretanto, suspeito. Sempre a pratiquei, em mim e nas pessoas da minha família e dependencia, comquanto a minha experiência mesma, no circulo dos meus, registe um caso gravíssimo dos seus perigos ás vezes fataes. Mas a minha antiga confiança nesse preservativo contra a varíola não me autorizava a impol-o sob a forma de lei aos meus semelhantes. Eu não tenho o direito de legislar coercitivamente para os meus concidadãos a therapeutica do meu uso, por mais autorizada que seja com bons fiadores nacionaes e estrangeiros.

No intuito de reforçar o argumento do governo é que o Presidente da República, Rodrigues Alves (1904, p. 17-18, sic), encaminhou ao Congresso Nacional, quando da abertura da 2ª Sessão da 5ª Legislatura, uma mensagem que referia que:

Em virtude da lei que votastes na ultima sessão foi reorganizado o serviço sanitário federal.  
[...] excelentes resultados. Com relação à febre amarella ha 31 annos que no verão não se observa, como ultimamente, tão pequeno numero de casos, o que demonstra a efficácia daquelas medidas.  
[...] Penso tambem que o Congresso não deve deixar de decretar a vaccinação e revaccinação obrigatórias contra a varíola.  
Ha cinco annos que por falta dessa providencia a terrível enfermidade não nos tem abandonado.

O projeto de lei ingressou no Senado Federal em 19 de junho, apresentado pelo Senador Manuel José Duarte, e foi aprovado, com 11 votos contrários, em 20 de julho.

Na oportunidade, o Senador Barata Ribeiro apresentou um estudo comparativo com as discussões que ocorreram na França, também sobre a obrigatoriedade da vacinação e revaccinação contra a varíola. Também fez referência ao verificado na Inglaterra e na Alemanha. Asseverou que, na França, a questão foi analisada não só do ponto de vista científico, mas também sobre o ponto de vista administrativo. Afirmou que, tal com ocorreu na França, igualmente aqui a questão das indicações científicas deveria ser levada em consideração.

Em prosseguimento, assim se manifestou o Senador:

---

<sup>30</sup> Rui Barbosa não se pronunciou no debate quando da aprovação do projeto de lei que preceituava a obrigatoriedade da vacina, haja vista que estava licenciado, em razão de problemas de saúde.

[...] Entendo que o Congresso não poderá decretar semelhante lei, porque ella é attentatoria de direitos e de liberdades publicas, sem entrar no conhecimento dos motivos de ordem scientifica que actuaram no espirito do honrado Sr. Presidente da República para solicitar esse atentado contra a integridade moral e politica dos cidadãos deste paiz, e que determinaram a Commissão de Saude Publica do Senado a encampar o voto de S. Ex., sem, siquer, ao menos fazer acompanhar o seu projecto de uma única palavra que o justificasse como uma necessidade publica; sem, siquer, ao menos, nas duas discussões já passadas, expor os fundamentos de ordem scientifica, em que ele se apoiasse (BRASIL, 1905, p. 444, sic).

Outro tema levantado pelo Senador Barata Ribeiro foi o de que se seria possível o Congresso Nacional legislar para os estados em matéria de saúde pública. Questionou se isso não acabaria por ferir a Constituição Federal que, à época, preceituava, em seu art. 63, que os Estados iriam se reger pelas leis que decretassem.

Além do Senador Barata Ribeiro, outro grande opositor do projeto de lei foi o tenente-coronel Lauro Sodré, positivista e florianista. Em um determinado momento de sua manifestação, assim se posicionou:

Perguntaria aos illustres signatarios desse projecto de lei si ainda não são bastantes as medidas de coacção e de vexame que o codigo sanitario, que por aqui transitou célere em tempo tão recente, impoz a este povo. Perguntaria si ainda não são sobejas essas medidas de coacção que na pratica se transformariam nos actos da mais brutal violência, si os proprios executores dessa lei cruel, tão bem appellidada pela imprensa desta Capital de –Codigo de Torturas, não tivessem hesitado em leval-a á sua rigorosa e fiel execução! Ainda não bastam essas medidas e esses actos decretórios do Congresso Republicano? Como agravar a situação com essa nova lei de coacção?! (BRASIL, 1905, p. 535, sic).

Não bastasse Barata Ribeiro e Lauro Sodré, também votaram em sentido contrário ao projeto de lei que previa a obrigatoriedade de vacinação e revacinação os Senadores Gomes de Castro, Pinheiro Machado, Joaquim Murtinho, Pires Ferreira, Benedicto Leite, Julio Frota, A. Azeredo, Belfort Vieira e José Maria Metello.

Na sequência, em 18 de agosto, o projeto deu entrada na Câmara dos Deputados, tendo sido aprovado por maioria no final de outubro.

Destacaram-se como opositores o major Barbosa Lima, positivista, florianista e protegido de Júlio de Castilhos e Alfredo Varela, também positivista e protegido de Júlio de Castilhos.

Barbosa Lima tinha sido governador no Estado de Pernambuco, onde tinha determinado a distribuição da vacina de Jenner durante uma epidemia de varíola e o envio de um médico para estudar microbiologia no Instituto Pasteur. Ocorre que, tendo perdido apoio político em Pernambuco, acabou por ser salvo pelo amigo positivista Júlio de Castilhos, que lhe concedeu um lugar na bancada gaúcha na Câmara. Como consequência, juntamente com Lauro Sodré, passou a lutar pela purificação da República, contra o governo de Rodrigues Alves. Alfredo Varela, por sua vez, era fundador do jornal *Commercio do Brazil*, onde atacava com violência o governo (CARVALHO, 1987, p. 96-97).

Além dos opositores do Congresso, também a imprensa teve importante papel no combate à obrigatoriedade, em especial os jornais *Correio da Manhã* e *Commercio do Brazil*.

Tanto é assim que quando da proximidade da passagem da nova lei, apelaram a um terrorismo ideológico, apontando na vacina inúmeros perigos para a saúde, tais como convulsões, diarreias, gangrenas, otites, difteria, sífilis, epilepsia, meningite, tuberculose. Ainda, relataram a falta de competência do poder público para invadir o recesso dos lares, seja para inspeção, desinfecção, remoção de doentes (CARVALHO, 1987, p. 97-98).

Várias foram, também, na ocasião, as charges publicadas em contrariedade com o governo e a obrigatoriedade da vacina. Algumas delas, inclusive, atacavam a imagem de Oswaldo Cruz.

Em determinada situação, ocorrida no mês de julho de 1904, os jornais exploraram incessantemente a morte de uma mulher em que o atestado de óbito fazia constar como *causa mortis* septicemia, em decorrência da vacina. O atestado havia sido firmado por médico legista da Polícia, o positivista Cunha e Cruz. Diante disso, Oswaldo Cruz viu-se obrigado a intervir e, depois de examinar pessoalmente o cadáver, afirmou que o atestado era falso e o médico, positivista (FRANCO, 2000, p. 498).

Em 31 de outubro, apesar de todas as manifestações em sentido contrário, o projeto tornou-se lei.

Com a publicação pelo jornal *A Notícia*, em 10 de novembro de 1904, dos termos do regulamento que vinha sido elaborado por Oswaldo Cruz tem início a agitação na cidade. Com isso, observam-se grandes amontoamentos na rua do Ouvidor, na praça Tiradentes e no largo de São Francisco de Paula, onde populares

vociferavam contra a lei e o regulamento da vacina, instigando o povo à rebeldia (SEVCENKO, 2010, p. 25).

Esse grupo de populares, ao chegar próximo da praça Tiradentes, encontrou praças da cavalaria da polícia. Como consequência do encontro, os populares passaram a vaiar e gritar “Morra a polícia! Abaixo a vacina!”. A polícia, por sua vez, prontamente tratou de prender os oradores improvisados (CARVALHO, 1987, p. 101).

A polícia, diante do ajuntamento que se formou, sofreu a resistência da população, que a atacava a pedradas (SEVCENKO, 2010, p. 25).

No dia seguinte, 11 de novembro de 1904, as agitações passaram a ser impulsionadas pela Liga contra a Vacina Obrigatória<sup>31</sup>, presidida por Lauro Sodré. Já pela manhã, a Liga marcou um comício, a ser realizado no largo de São Francisco de Paula. Como os líderes não compareceram, oradores populares passaram a, novamente, proferir discursos que mantinham os ânimos exaltados. As autoridades policiais receberam ordem de intervir. O combate passou a ser intenso. Na parte da noite, as pessoas se reuniram na rua do Espírito Santo, no Centro das Classes Operárias, onde se realizou nova sessão da Liga contra a Vacina Obrigatória. Após, os populares, gritando palavras de ordem, dirigiram-se para o Palácio do Catete, sede do governo da República, onde batalhões de polícia fortemente armados e o Exército faziam a proteção do palácio presidencial. A cidade passou a ser transformada a uma verdadeira praça de guerra (SEVCENKO, 2010, p. 28-30).

Nicolau Sevcenko (2010, p. 28-29) assim definiu o ocorrido:

[...] Assim que se aproxima, a força policial é alvo de vaias e provocações. Quando tenta realizar as prisões, começam as pedradas e confrontos. Diante da reação popular, é ordenada uma carga de cavalaria contra a multidão, de sabre em punho. Começam a cair os feridos, o sangue mancha o calçamento das ruas, o tumulto se generaliza. Tiros e pedradas, vindos da população acossada, chovem sobre a brigada de policiais. O comércio, os bancos, bares, cafés e as repartições públicas fecham suas portas [...]

No dia 12 de novembro de 1904, uma nova concentração popular foi convocada pela Liga contra a Vacina Obrigatória. Lauro Sodré e Barbosa Lima defenderam que o movimento seria um esgotamento dos programas político e econômico conservadores dos presidentes paulistas - incluído, aqui, Rodrigues

---

<sup>31</sup> Fundada em 05 de novembro, no Centro das Classes Operárias (SEVCENKO, 2010, p. 25).

Alves - e marcaria um momento de reação em que a população estaria a exigir o retorno do republicanismo férvido, de tipo ditatorial (SEVCENKO, 2010, p. 30-31).

Nos três dias seguintes, 13, 14 e 15 de novembro de 1904, o que se viu foi uma fúria contra os veículos que se achavam nas ruas centrais da cidade, deterioração de lâmpadas de iluminação pública, retirada de calçamentos das ruas, onde eram erguidas redes de barricadas e trincheiras interligadas, assalto à delegacias e repartições públicas, redistribuição de armas, querosene e dinamite roubados da polícia ou das casas de comércio ou, ainda, presenteados pelos lojistas, que colaboravam com o movimento. O governo, por sua vez, lançou mão de todos os recursos disponíveis para a repressão: força policial, tropas do Exército e da Marinha e Guarda Nacional (SEVCENKO, 2010, p. 31-33)

Concomitante a isso, um golpe militar, pretendido pelas Escolas Militares do Realengo e da Praia Vermelha, estava previsto originalmente para ocorrer em 15 de novembro de 1904. A sedição, entretanto, fracassou (SEVCENKO, 2010, p. 44-46).

Os militares da primeira, liderados por Hermes da Fonseca, não chegaram sequer a se deslocar até o centro da revolta. Os da segunda, liderados por Silvestre Travassos e Lauro Sodré, marcharam contra o Palácio do Cadete. Na rua da Passagem, encontraram-se com forças policiais e do Exército. Na ocasião, vários foram mortos, outros tantos foram presos (RODRIGUES, 1968, p. 71-77).

O Presidente Rodrigues Alves, apesar de tudo, resistiu aos ataques. Afonso Arinos de Melo Franco (2000, p. 506) transcreveu texto de documento em que o Presidente estabelece, logo depois dos fatos, suas lembranças acerca do ocorrido da seguinte forma:

A lei da vacinação obrigatória produziu um sério movimento nesta capital. O grupo dos positivistas, auxiliados pelos operários [...] e pela imprensa perversa, conseguiu levar ao máximo de exaltação o espírito de desordem e de anarquia. É difícil descrever as cenas que se deram nesta capital e imaginar o número de desordeiros e desclassificados de toda a espécie que surgiram aqui nos dias de novembro de 1904, quebrando lampiões, destruindo casas, apedrejando transeuntes, virando e queimando bondes, ferindo e matando inocentes transeuntes. [...]

Em 16 de novembro de 1904, é declarado o estado de sítio e revogada a obrigatoriedade da vacina.

Mesmo depois de apaziguada a revolta, Lauro Sodré foi preso, em 19 de novembro de 1904, depois de se apresentar ao Ministério da Guerra, por ter sido

convocado, sob pena de deserção. Ele foi processado por ser revolucionário, sem que, para tanto, tivesse havido qualquer tipo de licença do Senado (FRANCO, 2000, p. 528).

Posteriormente, o major-deputado Alexandre Barbosa Lima impetrou *habeas corpus* em favor de Lauro Sodré, alegando incompetência da justiça militar - uma vez que o paciente era Senador e não havia renunciado à imunidade parlamentar - e a inconstitucionalidade do regulamento processual militar. O julgamento do *habeas corpus* ocorreu em 1º de abril de 1905. Feito o relatório pelo Ministro Pindaíba de Matos, o Ministro Pisa e Almeida afirmou que necessitava de esclarecimentos. Diante disso, foi concedida a palavra ao impetrante, que se pronunciou reiterando os termos de sua petição. Tomados os votos, a ordem foi denegada (cinco votos – Pindaíba de Matos, H. Espírito Santo, Pisa e Almeida, Oliveira Ribeiro e André Cavalcânti - contra três – Manuel Murтинho, João Pedro Belfort Vieira e Alberto Tôrres). A alegação foi de que, ao acatar a ordem de prisão, Lauro Sodré teria renunciado à imunidade (RODRIGUES, 1968, p. 74-75).

A prisão se manteve e Lauro Sodré somente foi solto quando da anistia concedida aos envolvidos nos acontecimentos relacionados com a Revolta da Vacina.

## **2.2 Estado de sítio e Revogação da obrigatoriedade**

Na sessão de 16 de novembro de 1904, o Senador Barata Ribeiro apresentou projeto de lei prevendo a revogação da vacinação obrigatória.

Na ocasião, assim se manifestou: “Senhores, si a primeira condição das leis é que satisfaçam a uma necessidade social, que correspondam a um movimento da opinião, porque impor a vacinação obrigatória à população brasileira, que contra ella se revolta?” (RIBEIRO, 1905, p. 103, sic).

Logo depois, pediu a palavra o Senador Ramiro Barcellos. Antes, porém, o Presidente do Senado noticiou a chegada de uma mensagem do Presidente da República, passando a fazer a leitura da mesma.

O Presidente narrou a revolta que estava ocorrendo, inclusive no tocante ao movimento comandado por Lauro Sodré, Barbosa Lima e Alfredo Varela, no sentido de entregar ao primeiro a ditadura militar. Com isso, pediu providências ao Congresso.



Dada a palavra ao Senador Ramiro Barcellos, esse apresentou projeto de lei para o fim de declarar o estado de sítio do Distrito Federal e da Comarca de Niterói, haja vista o que foi noticiado pela mensagem recebida.

Concedida a urgência para votação, o Senador Rui Barbosa foi quem deu início à discussão. Manifestou-se contrário à vacinação obrigatória, asseverando que:

Neste assumpto, é hoje, pois, convicção minha, só uma certeza existe: a de que o Estado commette uma violência, a de que o Estado exorbita das suas funções constitucionais, a de que o Estado perpetra um crime assumindo o papel de arbitro nesta lide e dictando penalmente a sua leviana sentença (BARBOSA, 1905, p. 106, sic).

Também fez menção à relação entre a agitação que estava sendo verificada na capital da República, haja vista a resistência à vacina e o movimento militar. Afirmou que detestava o estado de sítio, mas que, diante das circunstâncias, iria apoiá-lo.

Na sequência, o Senador A. Azeredo propôs emenda ao projeto em análise, prevendo a possibilidade de suspensão do estado de sítio.

O Senador Barata Ribeiro também se manifestou a favor da declaração do estado de sítio. Entretanto, solicitou ao Presidente da República que poupasse o povo das durezas do estado de sítio, pois estavam a protestar contra uma lei inconstitucional.

Ao final, tanto o projeto quanto a emenda foram aprovados.

Com a decretação do estado de sítio, o governo entendeu por revogar a obrigatoriedade da vacina contra varíola.

Como consequência, a revolta foi sufocada.

O estado de sítio foi prorrogado em duas oportunidades: em 14 de dezembro de 1904 e em 15 de fevereiro de 1905.

### **2.3 Anistia aos civis e militares**

O projeto que previa a anistia tramitou no Senado desde 05 de agosto de 1905 e teve sua proposição apresentada pelo Senador Rui Barbosa. Estabelecia medida de clemência para todas as pessoas que tivessem sido presas em função da Revolta da Vacina.

O Senador Rui Barbosa, quando da sessão do dia 05 de agosto de 1905 do Senado Federal, assim se referiu acerca da questão:

A amnistia, portanto, nos termos em que eu vol-a aconselho e no valor da sua expressão real, não será, jamais, um tratado entre o poder e a revolta. É a intervenção da equidade publica e da legalidade suprema, varrendo os danos de uma repressão que se desnorteou e se não se sustenta. (*Muito bem*). É o balsamo do amor aos nossos semelhantes, vertido sobre as violencias de um processo, de onde se banira a justiça. É o remédio final para o abançamento das paixões, para a reacquirição de sympathias perdidas, para a normalização da ordem pela confiança entre governados e governantes. (*Muito bem*).

Eis a amnistia, qual ella é, e qual a eu quero: não a glorificação do crime, não, mas a consagração da paz, a volta das sociedades ao seio do bom senso, o meio soberano, que, em situações como a de agora, se reserva aos poderes públicos, na derradeira extremidade para saírem de situações inextricáveis, atendendo, mediante concessões oportunas, aos conselhos da previsão politica e ás exigencias do sentimento nacional (*Muito bem*) (BARBOSA, 1906, p. 94-95, sic).

O projeto, composto por dois artigos, preceituava a anistia de todos os envolvidos com o ocorrido na capital durante o dia 14 de novembro de 1904, assim como em situações, anteriores ou posteriores, desde que tivessem alguma relação com ele.

Depois do debate, foi aprovado pela grande maioria dos Senadores.

Encaminhado à Câmara, o projeto foi aprovado com apenas cinco votos em sentido contrário.

Em 05 de setembro de 1905, então, o Congresso anistiou todos os civis e militares participantes dos acontecimentos de novembro de 1904 e de ocorrências com eles associados. No mesmo dia, o ato do Congresso foi aprovado pelo Presidente da República (COSTA, 2006, p. 44-45).

Com a anistia, encerrado estava esse momento histórico na história do Brasil.

Ao final, de grande valia que se diga que, anos depois, mesmo que ainda não superadas de todo as consequências da Revolta da Vacina, restou comprovada a eficácia da medida planejada por Oswaldo Cruz e apoiada por Rodrigues Alves. Isso porque a efetividade da vacina foi demonstrada, a varíola reduzida até ser completamente extirpada do país e Oswaldo Cruz reconhecido por seus esforços em defender as questões sanitárias.

Rui Barbosa, em discurso pronunciado na sessão cívica de 28 de maio de 1917 - ano de falecimento do sanitarista -, no Teatro Municipal, da seguinte forma se manifestou acerca da luta de Oswaldo Cruz:

Essa lei, pela qual se criou a justiça sanitária e a engenharia sanitária, constitui a mais adiantada aplicação que nunca se viu dos princípios de intervenção do Estado em matéria de higiene. Embora, porém, encontrasse no Governo da República o mais absoluto apoio, a sua obtenção e a sua execução foram lutas, dessas em que só heróis não naufragam.

Exigências tinha a nova ordem de coisas, como a declaração dos casos de doenças infecciosas e, sobretudo, a verificação dos diagnósticos, contra as quais até boa parte da classe médica reagia. No Congresso Nacional, nos quartéis, nas ruas, nos lares, era uma espécie de levantamento em massa. Contava-se da esposa de um oficial, que se armara de carabina, para defender os seus penates contra a invasão dos mata-mosquitos. A tudo, porém, opôs o diretor da Saúde Pública essa mesma inalterabilidade soberana do seu ânimo bom e justo, com que, na revolta contra a vacina obrigatória, se recusara a deixar a sua casa, apedrejada pela multidão.

Trepidasse ele ante esses obstáculos, não servissem estes, pelo contrário, para dar ainda mais rigidez à firmeza adamantina, que o caracterizava, e o Brasil estaria, hoje, onde estava há vinte anos, malvisto, atrofiado e esterilecido pelas endemias e epidemias, que o vexavam e arruinavam (1999, p. 59).

O reconhecimento pelo trabalho executado também chegou ao Presidente Rodrigues Alves. Em setembro de 1907, o Brasil recebeu o primeiro prêmio - medalha de ouro - do Congresso Sanitário de Berlim. Rodrigues Alves, que se encontrava na Europa, ficou sensibilizado com essa distinção ao seu governo. Também houve notícia de que, no 6º Congresso de Medicina de São Paulo, o seu governo tinha aprovado com voto de aplauso, em função do saneamento do Rio de Janeiro (FRANCO, 2000, p. 487).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da política sanitária, até o governo do Presidente Rodrigues Alves, era tratada de maneira bastante precária. Isso porque o que até então tinha sido estabelecido, seja através de lei ou regulamento, não alcançava efetividade. Uma prova disso é que várias doenças assolavam o país à época, levando várias pessoas à morte.

Sobreveio, então, o combate à febre amarela e à peste bubônica e a obrigatoriedade da vacinação e da revacinação contra varíola.

Essa obrigatoriedade, não a eficácia propriamente dita, é que foi, em um primeiro momento, objeto de revolta por parte da população. De modo a se aproveitar da revolta, positivistas, jacobinos (grupos civis) e florianistas (grupos militares) juntaram-se ao movimento. Os primeiros, no fito de defender a liberdade

individual e a necessidade de comprovação científica da efetividade da vacina e os demais, no escopo de destituir o governo, de modo a retomar a uma república ditatorial.

Apesar disso e, inclusive, da declaração do estado de sítio e revogação da lei que previa dita obrigatoriedade, anos depois, restou evidenciada a eficácia do que foi planejado por Oswaldo Cruz e que obteve total resguardo por parte de Rodrigues Alves. A efetividade da vacina foi comprovada, a varíola reduzida gradativamente até ser completamente erradicada do país e Oswaldo Cruz e Rodrigues Alves, ambos restaram reconhecidos por seus esforços em defender as questões sanitárias.

Diante disso, inegável, apesar da forma em que foi imposta a vacinação e revacinação contra varíola e das terríveis consequências da Revolta da Vacina, a importância do que foi levado a termo por Oswaldo Cruz e por Rodrigues Alves, no que tange à política sanitária no Brasil, quando da República Velha, a contar do momento em que, somente a partir de então é que se passou a discutir mais detalhadamente aspectos relativos à saúde da população e que doenças que até o momento levavam, anualmente, milhares de pessoas à morte passaram a ser, uma a uma, controladas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rui. **Oswaldo Cruz**: Discurso pronunciado na sessão cívica de 28 de maio de 1917, no Teatro Municipal. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.

BASTOS, José Tavares. **O Habeas Corpus na República**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1911.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de fevereiro de 1891). Rio de Janeiro. 1891.

BRASIL. **Decreto 1.151** (de 05 de janeiro de 1904). Rio de Janeiro. 1904.

BRASIL. **Decreto 5.156** (de 08 de março de 1904). Rio de Janeiro. 1904.

BRASIL. **Decreto 5.157** (de 08 de março de 1904). Rio de Janeiro. 1904.

BRASIL. **Lei 1.261** (de 31 de outubro de 1904). Rio de Janeiro. 1904.

BRASIL. **Mensagens Presidenciais** – Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da Primeira Sessão da Quinta Legislatura pelo Presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves. Rio de Janeiro. 1903.

BRASIL. **Mensagens Presidenciais** – Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da Segunda Sessão da Quinta Legislatura pelo Presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves. Rio de Janeiro. 1904.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Annaes do Senado Federal** – Sessões de 28 de abril a 29 de julho de 1904. Volume I e Apêndice. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Annaes do Senado Federal** – Sessões de 1 de novembro a 30 de dezembro de 1904. Volume III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Annaes do Senado Federal** – Sessões de 1 de julho a 31 de agosto de 1905. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Annaes do Senado Federal** – Sessões de 1 de setembro a 31 de outubro de 1905. Volume III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. **Tratado de Sciencia da Administração e Direito Administrativo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livreiro Editor, 1914.

COSTA, Emília Viotti da. **O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2006.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rodrigues Alves**: apogeu e declínio do presidencialismo – Volume 1. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2000.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rodrigues Alves**: apogeu e declínio do presidencialismo – Volume 2. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2001.

LESSA, Pedro. **Intervenção do Estado em matéria de higiene pública**. Relatório apresentado ao IV Congresso Médico Latino-Americano. Rio de Janeiro, 1909.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal** – Volume 2 – Defesa do Federalismo (1899 – 1910). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

ROURE, Agenor de. **A Constituinte Republicana**. Brasília: Senado Federal 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org). **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Vol. 3 A abertura para o mundo 1889-1930. Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, Antonio Augusto Ferreira da. **Estudos de demographia sanitária durante 34 anos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

## POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DA SOCIEDADE<sup>32</sup>

Juliana Bedin Grando<sup>33</sup>

Janaína Machado Sturza<sup>34</sup>

### RESUMO

A implementação de políticas públicas de tutela dos direitos fundamentais possibilitam a concretização de um plano de desenvolvimento da sociedade nos âmbitos econômico, social, cultural e político. Desta forma, verifica-se que o investimento no atendimento às necessidades humanas básicas promove a inclusão e concretiza a justiça social. Neste contexto, compreende-se que as matrizes teóricas do Direito Fraternal indicam novas perspectivas ao estudo dos problemas referentes ao binômio inclusão/exclusão, eis que busca a análise transdisciplinar dos fenômenos sociais. A teoria do Direito Fraternal fundamenta-se no acordo estabelecido entre partes iguais a partir de regras mínimas de convivência. Por isso, o presente artigo, com o escopo de fomentar a efetivação de políticas públicas de forma a proteger os direitos fundamentais, utiliza-se do Direito Fraternal como instrumento baseado nos direitos humanos e na humanidade como lugar comum, possibilitando pensar-se em um espaço de não-violência, no qual há efetiva preservação e garantia de direitos.

**Palavras-chave:** Direito fraternal. Sociedade cosmopolita. Políticas públicas.

### ABSTRACT

The implementation of public policies of protection of fundamental rights enable the implementation of a development plan of the company in the economic, social, cultural and political spheres. In this way, the investment is there in meeting basic human needs promotes inclusion and realizes social justice. In this context, it is understood that the theoretical frameworks of Brotherly law indicate new perspectives to the study of problems relating to the inclusion / exclusion, behold search transdisciplinary analysis of social phenomena. The theory of Brotherly law is based on the agreement between equal parts from minimum rules of coexistence.

---

<sup>32</sup> Artigo apresentado no evento IV Congresso Internacional del Conocimiento, realizado em Santiago do Chile.

<sup>33</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS. Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Graduada em Direito pela UNIJUÍ. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Professora do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Advogada. Email: juliana.bedin@yahoo.com.br.

<sup>34</sup> Doutora em Direito pela Escola Internacional de Doutorado em Direito e Economia Tullio Ascarelli, da Universidade de Roma Tre/Itália. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Especialista em Demandas Sociais e Políticas Públicas também pela UNISC. Professora na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, lecionando na graduação em Direito e no Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos - Mestrado. Professora na graduação em Direito da Faculdade Dom Alberto. Advogada. Email: janaina.sturza@unijui.edu.br.

Therefore, this paper, with the aim of enhancing the effectiveness of public policies in order to protect fundamental rights, is used as an instrument of Brotherly law based on human rights and humanity as commonplace, enabling to think in a space of non-violence, in which there is effective preservation and guarantee of rights.

**Keywords:** Fraternal law. Cosmopolitan society. Public policy.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Constitui-se como interesse principal deste artigo estudar os limites e as possibilidades da implementação de políticas públicas capazes de tutelar os direitos fundamentais, tendo como escopo a metateoria do Direito Fraternal.

Nesse sentido, então, verifica-se que as contingências da sociedade moderna a tornam complexa e ilimitadamente mutável. Se limites podem ser evidenciados, as possibilidades de superá-los também são constantemente apresentadas.

É nesta perspectiva, em conjunto com as mais diversas áreas do conhecimento que o direito moderno deve ser estudado, aplicado e refletido, e não apenas como tradicionalmente vem ocorrendo, a partir da ótica dogmática e formalista. Estudar o direito a partir de uma visão transdisciplinar importa em construir um novo referencial para a própria ciência do direito, o qual deve se fundamentar em outras áreas de estudos que estão intrinsecamente ligadas “com” e “nos” fenômenos sociojurídicos. O aporte teórico para a realização deste artigo, portanto, será a obra de Eligio Resta, especialmente no que se refere a construção do que convencionou denominar de *Direito Fraternal*.

A intenção é retomar o conceito anacrônico de *fraternidade*, já que o Direito Fraternal pretende fornecer uma nova hipótese de análise do direito, fundamentada em pressupostos relacionados à amizade, à quebra da obsessão da identidade, ao jurar conjuntamente, ao cosmopolitismo e à paz; pois como afirma Mohandas Karamchand Gandhi (1996), a paz não é uma *nova via*, mas é a *única via* para a construção de um outro mundo possível.

E, para observar as políticas públicas, é necessário ter presente a forma como estas atuam em uma sociedade não mais definida geograficamente<sup>35</sup>, mas em

---

<sup>35</sup> O geógrafo Milton Santos, na sua obra: *Por uma Geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 40, faz a seguinte observação: “Podemos admitir que existam ainda espaços geográficos cujas características são o resultado de uma interação íntima entre grupo humano e base geográfica. Mas estes casos são cada



uma sociedade de mundo, cosmopolita e contemporânea. Nesta sociedade, é preciso pesquisar o impacto das políticas públicas, neste caso específico, das políticas que pretendem uma inclusão social e a tutela dos direitos fundamentais, analisando-se de que modo elas são efetivas e eficazes. Além disso, é preciso estudar com que escopos estas políticas foram elaboradas, já que frequentemente as políticas públicas se destinam muito mais a fins eleitorais, deixando de ser um processo capaz de alterar uma dada situação. Note-se que muitos destes programas, ditos inclusivos, acabam, muitas vezes, mascarando o mapa da exclusão social ou, ainda, mascarando os verdadeiros problemas.

Em outros termos, as políticas públicas devem ter como objetivo a justiça social de fato, entendendo-se a justiça não em um sentido utilitarista, pois se assim for incorre-se em um sério problema que já vem constatado por Ethan Kapstein (2005) no texto "Governare la Ricchezza", quando afirma que é raro ver os economistas discutirem problemas relativos à justiça ou à filosofia moral. Para a maior parte deles, o objetivo crucial é a eficiência, já que a cada possibilidade existe o risco de determinar uma perda para a economia no seu complexo universo. Adotam esta linha não porque são pessoas sem coração, mas porque é racionalmente mais simples colocar-se de acordo com a política que produz o maior aproveitamento, do que decidir qual a política que será igualitária.

Assim, partindo-se do pressuposto da existência de uma justiça social de fato, tem-se uma sociedade que inclui a todos somente porque também é possível, ao mesmo tempo, excluir os "ditos" incluídos. Este problema deve ser afrontado também pelos economistas, tendo em mente a perspectiva da justiça não no sentido utilitarista<sup>36</sup>. Não se pode esquecer que o utilitarismo tem, ainda, uma grande influência nos definidores de políticas públicas, tanto nacionais quanto internacionais. Aliás, quando se trata de economia internacional, o utilitarismo, seguindo as ideias de James Edward Meade (1955), no clássico livro "Trade and Welfare", fez-se presente, afirmando literalmente que, adotando-se o antigo critério

---

vez menos numerosos; eles parecem ser o resultado de uma falta de dinamismo social frequentemente denominado, na linguagem corrente, dinamismo geográfico [...]"

<sup>36</sup> Sobre este assunto, ver também RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Este autor, embora tente combater o utilitarismo, acaba apresentando vários pressupostos do próprio utilitarismo, muito embora sustente, na sua teoria, que as instituições públicas e os responsáveis pela política deveriam agir no sentido de melhorar as condições dos mais marginalizados. Rawls (2002) coloca sempre a justiça no centro do debate, pois, para ele, a justiça é o requisito fundamental para as instituições sociais, comparando-a, inclusive, com a importância da verdade para o sistema do pensamento.

utilitarista, se decidirá cada ação política do ponto de vista dos seus efeitos sobre uma soma complexa. Dessa forma, parece que a ideia de tutela dos direitos fundamentais passa distante das reflexões fundamentadas na perspectiva utilitarista.

Estas observações serão estudadas à luz dos pressupostos do Direito Fraternal, podendo indicar novos horizontes, novas perspectivas e até a elaboração de propostas conjuntas à solução de antigos problemas relativos ao binômio inclusão/exclusão. Este estudo poderá propor novos fundamentos para a elaboração de políticas públicas que procurem focalizar a atenção na inclusão, não mais em uma inclusão excludente, tal como ocorre até hoje, mas numa efetiva inclusão, tendo como referencial uma sociedade cosmopolita.

### **As possibilidades do direito na sociedade atual sob o olhar da Teoria do Direito Fraternal**

O Direito Fraternal propõe uma “nova/velha” análise dos rumos, dos limites e das possibilidades do sistema do direito na sociedade atual. Seguindo-se a metodologia das ciências sociais, está-se diante de uma abordagem que propõe uma nova forma de análise do direito atual e, mais, uma reestruturação das políticas públicas que pretendam uma inclusão de fato universal. Todo o pensamento apresentado por Resta tem um grande valor científico, o qual se configura em uma abordagem científica do e para o direito atual. O autor conclui a versão em português do texto Direito Fraternal com a seguinte proposta:

O Direito Fraternal, então, vive da falta de fundamentos, anima-se da fragilidade; procura evitar afirmar que ‘deve’ ser, e que existe uma verdade que o move. Ao contrário, arrisca numa aposta, exatamente como na aposta de Pascal sobre a existência do bem comum: se tivesse existido, o benefício teria sido enormemente maior do que o custo empregado com as próprias contribuições pessoais. No caso em que, ao contrário, não tivesse existido aquilo que se gastou, teria tido um pequeno custo em relação àquilo que se poderia ter ganhado. Convém, então, apostar na fraternidade (RESTA, 1996, p.125).

Neste sentido, o Direito Fraternal, enquanto uma nova abordagem, prima pela análise transdisciplinar dos fenômenos sociais. A transdisciplinariedade significa, antes de tudo, transgredir e, ao mesmo tempo, integrar. É nesta perspectiva que Resta busca em várias áreas do conhecimento científico os fundamentos, as fragilidades e a aposta no Direito Fraternal.

O transgredir, o integrar e o ultrapassar apresentados pelo autor remetem-nos, imediatamente, ao contexto sociojurídico, no sentido de que só compreenderemos tal contexto – se este for efetivamente compreensível – caso se proceda às seguintes ações: transgredir, no sentido de buscar os fundamentos e pressupostos nas mais diversas ciências para captar, conforme Max Weber (2000), o sentido subjetivo das ações sociais e, portanto, das ações jurídicas; integrar, no sentido de que é preciso analisar o contexto do todo e não em partes separadas, a fim de não se deixar de reconhecer as diferenças entre os sistemas sociais e/ou as ciências, haja vista que a existência destas diferenças e limitações é que permitem uma análise que atende à complexidade do fenômeno; e, ultrapassar, uma vez que constantemente é necessário ultrapassar os limites de um saber único, buscando na diversidade outros limites, como algo circular, porquanto conhecer é, ao mesmo tempo, “desconhecer”. Isso significa que quotidianamente é preciso questionar verdades, para que se resgatem velhos/novos conceitos, tais como o conceito de fraternidade.

É por isso que se iniciou essa reflexão apontando para a ideia de “novo/velho” conceito. O que, de fato, Resta propõe, é a retomada de um dos princípios da revolução iluminista, princípio este deixado de lado desde seu enunciado. Os principais pressupostos do Direito Fraternal, nas palavras do seu fundador, são:

La fraternità illuministica reimmette una certa quota di complessità nel freddo primato del giusto sul buono e cerca, appunto, di alimentare di passioni calde il clima rígido delle relazioni politiche. Ma há nello stesso tempo bisogno di trasferire il modello dell'amicizia nella dimensione della fraternità, típica di una condivisione di destini grazie alla nascita e indipendentemente delle differenze. Per questo há bisogno di trasformarla in código, di farne regola; con tutti i paradossi, ma anche con tutte le aperture che comporta. Per questo è “diritto fraterno” che si affaccia allora, in época illuministica, e vive da quel momento in poi come condizione esclusa, ma non eliminata, accantonata e presente nello stesso tempo (RESTA, 2002, p. 07).<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Tradução livre: “A fraternidade iluminista insere novamente uma certa cota de complexidade no frio primado do justo sobre o bom, e procura, com efeito, alimentar de paixões quentes o clima rígido das relações políticas. Mas há, concomitantemente, a necessidade de transferir o modelo da amizade à dimensão da fraternidade, típica de uma comunhão de destinos derivada do nascimento e independente das diferenças. Assim, há necessidade de transformá-la em código, de fazê-la regra, com todos os paradoxos, mas também com todas as aberturas que comporta. Por isso é “Direito Fraternal” que se configura então, em época iluminista, vivendo, daquele momento em diante, como condição excluída, mas não eliminada, deixada de lado e, ao mesmo tempo, presente.”

Considera-se relevante, para o bom entendimento do tema, comentar brevemente a semântica da palavra *fraternidade*. Ela tem origem no vocábulo latino *fráter*, que significa *irmão*, e no seu derivado *fraternitas*, *fraternitatis* e *fraternitate*. É substantivo feminino, que apresenta três significados: (a) parentesco de irmãos; irmandade; (b) amor ao próximo, fraternização; e, (c) união ou convivência de irmãos, harmonia, paz, concórdia, fraternização. O verbo *fraternizar*, por outro lado, vem da união entre *fraterno* + *izar* e apresenta quatro significados, quais sejam: (a) v.t.d. unir com amizade íntima, estreita, fraterna; v.t.i., v.int.; (b) unir-se estreitamente, como entre irmãos; (c) aliar-se, unir-se; e, (d) fazer causa comum, comungar nas mesmas ideias, harmonizar-se (Ferreira, 1986).

Desses significados, vislumbra-se que a fraternidade refere-se ao bom e harmônico convívio com os outros, à união de ideias e de ações, ao viver em comunidade. Daí, inicia-se uma primeira ideia do que venha a ser o Direito Fraterno: é um direito que é para todos e que é aceito e/ou proposto por todos. Por isso, a importância desta abordagem para estudar a paradoxalidade da sociedade atual.

O termo fraternidade, sabe-se, não é contemporâneo. Destinou-se, contudo, maior atenção a ele a partir da Revolução Francesa, como já mencionado. Assim, ele foi referido e analisado por alguns importantes filósofos e sociólogos. Esses autores, apesar de lembrarem da fraternidade sob um ponto de vista político, sociológico ou, então, filosófico, influenciaram decisivamente Resta, que estudou a fraternidade no direito, abordando a construção de um Direito Fraterno.

Resta fundamentou sua abordagem, no tocante à fraternidade, em conceitos e reflexões de Sigmund Freud (Considerações Atuais sobre a Guerra e a Morte); de Albert Einstein (*Fr einen militanten Pazifismus*); de Jacques Derrida (especialmente em *Politiques de l'amitié*); de Maurice Blanchot (*Pour l'amitié*); de Elias Canetti (Massa e Poder); de R. Espósito (Communitas), partindo principalmente dos estudos de Max Weber (Economia e Sociedade); de Hans Kelsen (O Problema da Soberania); de Carl Schmitt (*Il Nomos della Terra*); de Jürgen Habermas (diversas obras, mas como destaque: *L'occidente diviso*). Ressalta-se que o presente projeto de estudo também seguirá estes mesmos referenciais.

O Direito Fraterno trata de um tema cercado pelo anacronismo, porquanto a fraternidade, um dos pressupostos da Revolução Francesa, ressurgiu hoje em face da necessidade de se falar nela e de torná-la concreta. É um direito que se estrutura, fundamentalmente, nos aspectos destacados pelo próprio conceito de

fraternidade, pois, como expressa Resta (2004, 133-135), ele é "*jurado em conjunto*" por irmãos, homens e mulheres, que convencionam, juntos, as regras mínimas de convivência. Para que isso ocorra, o direito não pode se fechar em linguagens próprias, cuja propriedade é tão-só daqueles que "*dizem*" o direito. A linguagem jurídica precisa alcançar a todos, "*pertencer a todos*".

Esse é um direito, outrossim, desvinculado da obsessão da identidade e de espaços territoriais, que determinam quem é cidadão e quem não o é. Ele não se fundamenta em um *ethnos* que inclui e exclui, mas em uma *comunidade*, na qual as pessoas compartilham sem diferenças, porque respeitam todas as diferenças. Por isso, é um direito inclusivo, razão pela qual faz sentido estudar o paradoxo da inclusão/exclusão, fundamentado no compartilhar, no cosmopolitismo.

Por não se basear em etnocentrismos, o Direito Fraternal é cosmopolita. Ele tutela e vale para todos não porque pertencem a um grupo, a um território ou a uma classificação, mas porque são seres humanos. Nesse ponto, estabelece-se a grande diferença entre *ser humano* e *ter humanidade*. Ter humanidade é respeitar o outro e a outra simplesmente porque partilham da mesma natureza: a humanidade. Esta é uma atitude que requer responsabilidade e comprometimento.

O Direito Fraternal não é violento, não crê em uma violência legítima, a qual confere ao Estado o *poder* de ser violento; destitui o código do amigo-inimigo, pelo qual o inimigo deve ser afastado, coercitivamente; acredita em uma jurisdição mínima, apostando em formas menos violentas de solução de conflitos, tais como a mediação e a conciliação. O Direito Fraternal busca resgatar um certo iluminismo, centrado na fraternidade. Esta nova proposta, na verdade, aponta para uma nova "luz", uma nova possibilidade de integração entre povos e nações, integração esta fundamentada no cosmopolitismo, na qual as necessidades vitais são suprimidas pelo pacto jurado conjuntamente.

### **O Direito Fraternal e a sociedade contemporânea e cosmopolita**

Em época de globalização, é preciso também globalizar as relações entre as pessoas com outros fundamentos. É exatamente por isso que Resta (2004, p. 20) propõe "[...] uma Constituição sem inimigos, uma Constituição sem povo [...]". Ao tratar deste tema, o autor coloca-o como um tema muito difícil para a Europa e sua Constituição:

[...] para ver qual é a relação que se instaura entre a lei fundamental e a identidade de um corpo político que deseja superar os ciúmes da pertença às “pequenas pátrias”. Aquele da Europa é obviamente apenas um exemplo, mas creio que nisso se reencontram todos os nós da superação dos Estados-nações, que é também a tendência que se realiza em outras culturas do planeta (RESTA, 2004, p. 20).

Com os aspectos levantados no texto “Direito Fraternal”, observa-se uma contínua reflexão sobre o novo papel dos sistemas sociais em uma sociedade globalizada, na qual o ciúme deve ser imediatamente substituído por colaboração, pelo pacto entre iguais, pois somente por meio deste será possível construir novas formas constitucionais que sejam, efetivamente, fraternas e inclusivas. Acerca disso, o mesmo autor apresenta, no texto “La certezza e la speranza”, publicado em 1996, alguns aspectos sobre a soberania dos Estados e sua superação:

Senza il superamento del dogma della sovranità degli stati, non si potrà mai seriamente porre il problema del pacifismo. Solo per un certo periodo di tempo, più o meno lungo, l'umanità, dice Kelsen, si divide in stati: e non é detto che lo debba fare per sempre. Lo stato appare come un prodoto relativo di un tempo storico bem definito, che coincide com questo tempo convenzionalmente chiamato “modernità”. Superare il dogma della sovranità deve essere allora il “compito infinito” che una cultura giuridico-politica deve faticosamente portare avanti (RESTA, 1996, p. 09).<sup>38</sup>

Estas reflexões levaram o autor a pensar em um outro tipo de direito, fundamentado na obrigatoriedade universalista de respeitar os direitos humanos. Vislumbra-se que o Direito Fraternal está no âmbito dos temas referentes aos Direitos Humanos. Estes se destinam a todo e qualquer ser humano, não porque pertença a um ou outro território, siga esta ou aquela cultura ou, ainda, tenha uma descendência determinada, mas tão-somente porque tem humanidade. É um direito que tem comofundamento a humanidade, o “ter humanidade”, uma humanidade repleta de diferenças compartilhadas e de uma comunhão de juramentos, de comprometimentos, de responsabilidades. São pertinentes, uma vez mais, as palavras de Resta (2004, p. 54):

---

<sup>38</sup> Tradução livre: “Sem a superação do dogma da soberania dos estados, não se poderá nunca colocar o problema do pacifismo. Só por um certo período de tempo, mais ou menos longo, a humanidade, disse Kelsen, se divide em Estados: e não dito que o deva fazer para sempre. O Estado aparece como um produto relativo de um tempo histórico bem definido, que coincide com esse tempo convencionalmente chamado “modernidade”. Superar o dogma da soberania deve ser então a “tarefa infinita” que uma cultura jurídico-política deve com fadiga levar adiante.”

O Direito Fraternal coloca, pois, em evidência toda a determinação histórica do direito fechado na angústia dos confins estatais e coincide com o espaço de reflexão ligado ao tema dos Direitos Humanos, com uma consciência a mais: a de que a humanidade é simplesmente o lugar “comum”, somente em cujo interior pode-se pensar o reconhecimento e a tutela. Em outras palavras: os Direitos Humanos são aqueles direitos que somente podem ser ameaçados pela própria humanidade, mas que não podem encontrar vigor, também aqui, senão graças à própria humanidade. Bastaria, para tanto, escavar na fenda profunda que corre entre duas diferentes expressões como “ser homem” e “ter humanidade”. Ser homem não garante que se possua aquele sentimento singular de humanidade.

É muito importante sublinhar que é somente na humanidade que os Direitos Humanos podem ser reconhecidos, tutelados e, também, desrespeitados. A humanidade é a única que pode fazer valer os direitos humanos ou burlá-los. Uma das *tarefas* do Direito Fraternal é justamente atentar para esta responsabilidade de cada um de nós, de cada homem e mulher, de cada criança e idoso, enfim, de cada um que compartilha o caráter de *humanidade*. Para isto, no entanto, o código amigo/inimigo, ou, nas palavras de Resta (2004, p. 25), a rivalidade do “modelo dos irmãos-inimigos”, estimulada pelos limites territoriais e pelas diferenças de identidade, não podem mais ser mantidos. Sobre o mesmo argumento, Ulrich Beck (2005, p. 66):

Il regime dei diritti umani è l'esempio centrale di come viene superata la distinzione tra nazionale e internazionale dando impulso allá cosmopolitizzazione delle società nazionali, cioè di come viene descritta la grammatica del sociale e del político...L'interiorizzazione globale dei diritti umani destabilizza i regimi dispotici, e lo fa sia dall'interno che dall'esterno. L'universalizzazione dei diritti umani non crea soltanto un vuoto di legittimazione nazionale, ma anche un vuoto di domínio, perchè il domínio dispotico non può più perfezionare indisturbato il suo sistema repressivo dietro sicuri confini della sovranità nazionale. ... I diritti umani scardinano e cancellano confini apparentemente eterni e impongono la definizione di nuovi confini, nuove selettività, che però non ubbidiscono alla logica del diritto, bensì allá logica del potere.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup>Tradução livre: "O regime dos direitos humanos é o exemplo central de como é superada a distinção entre nacional e internacional dando impulso à cosmopolitização da sociedade nacional, isto é, de como vem descrita a gramática do social e do político... a interiorização global dos direitos humanos desestabiliza os regimes despóticos, e o faz seja pelo interno como pelo externo. A universalização dos direitos humanos não cria apenas um voto de legitimação nacional, mas também um voto de domínio, porque o domínio despótico não pode mais perfeccionar desacomodado o seu sistema repressivo frente seguros limites da soberania nacional... Os direitos humanos anulam os limites aparentemente eternos e impõem a definição de novos confins, novas seletividade, que, no entanto, não obedecem à lógica direitos, mas sim à lógica do poder".

Interessante o vínculo da superação dos confins com as observações que faz Resta sobre a amizade e assevera que no *mundo moderno nada mais se faz do que acelerar o processo ambivalente da amizade*. Esta ambivalência está representada pelo paradoxo da inclusão/exclusão. Nunca, em uma sociedade como a hodierna, houve tantas possibilidades de inclusão; nunca, como hoje, houve tanto “direito a ter direitos”. Porém, o acesso efetivo a estes mecanismos inclusivos, muitas vezes, se dá pela exclusão e/ou pelo não-acesso.

O estudo do Direito Fraternal não é algo simples, pois não é simples colocar em questionamento “verdades”. Resta questiona, propõe, ousa. Por isso, a leitura de seu texto e o estudo de suas ideias é algo provocativo, aventura permitida somente àquelas pessoas verdadeiramente dispostas a refletir sobre a possibilidade de novas abordagens para o atual sistema jurídico. O que demonstra o autor é a urgência de um direito fundamentado no pacto entre irmãos, no cosmopolitismo, na humanidade como fundamento de qualquer código. É, portanto, um direito inclusivo, que propõe a ruptura com os modelos tradicionais, uma abordagem que coloca também o sistema da política em questionamento:

Continuamos ancorados à tradição de uma forma ‘moderna’ da política que, por vezes, experimentou emancipações, porém mais frequentemente desastres; falou de direitos universais, mas praticou egoísmos territoriais, banuiu a violência, mas continuou a praticá-la reiteradamente: foi sempre, Schmittianamente, o lugar no qual continuávamos ligados ao *Nomos der Erde*, ou seja, à lei da apropriação e da guerra (RESTA, 2004, p. 78-79).

Assim, observa-se que o Direito Fraternal apresenta alguns aspectos “intrigantes e atrativos”. É uma abordagem que vem sendo discutida na Europa, em especial na Itália, mas que também aqui no Brasil tem sido tema de vários congressos jurídicos.

O convite de Resta é para apostar. Não uma aposta para amanhã, mas para um futuro que começa “agora”, neste momento. A fraternidade é um tema que Resta encontrou na seara jurídica, no campo dos magistrados, da solução de conflitos, da aplicação da lei. É uma aposta em outras formas de solução de conflitos, cuja linguagem não seja *propriedade* apenas daquele que *diz* o direito, mas seja uma linguagem de todos, de *irmãos*, de iguais. É uma aposta fundamentada, também, na ideia de que o direito diz o sentido e o valor da vida em sociedade, como expressa François Ost (1999, p. 13): “[...] mais do que interditos e sanções, como outrora se pensava, ou cálculo e gestão, como frequentemente se acredita hoje, o direito é um



discurso performativo, um tecido de ficções operatórias que exprimem o sentido e o valor da vida em sociedade".

Para que o direito tenha uma linguagem de todos e para todos, não se pode estar preso a identidades, a espaços fechados, a restrições excludentes, tais como limites territoriais e o conseqüente ser/não-ser cidadão. É uma abordagem que visa e trata do universal, do cosmopolita. Como consignou Eros Roberto Grau (2004, p. 7-8), é um livro que pode ser considerado utópico, talvez idealista. Mas será assim somente "[...] para quem não quer ver [...]". Para quem quiser ver, ficará claro nas reflexões, muito bem fundamentadas de Resta, que construir o direito sobre a *humanidade*, para além do pensamento de Thomas Hobbes, sobre a base de códigos fraternos, não violentos, baseados não na *inimizade*, é possível e viável.

### **A sociedade periférica e moderna: Direito Fraternal e globalização**

Nossa sociedade, que é periférica e moderna ao mesmo tempo, vive um momento de globalização, cujos efeitos são sentidos cotidianamente. É a era da simultaneidade dos eventos, na qual as mudanças que estão ocorrendo no mundo são classificadas e enquadradas no falar de todos, embora delas não se conheça muito: trata-se do modelo global de economia. Esta “nova/velha” era pode ser definida como mundialização, globalização ou, ainda, como era da inclusão universal. Muitas e vagas são as definições, mas todos falam em globalização<sup>40</sup>, todos se apropriam (ou são forçados a se apropriar) de alguns conceitos, tais como: modernidade, pós-modernidade, neo-modernidade, globalização, neoliberalismo, entre outros. No presente estudo, pretende-se colocar à prova estas semânticas e as “certezas” que podem produzir, por meio das próprias “certezas incertas”, no que diz respeito às políticas públicas e sua respectiva eficácia. Sobre este tema são interessantes as observações feitas pelos organizadores do texto “A exclusão no mundo:”

Ora, o congelamento das disparidades Norte-Sul – com exceção da África - se deu justamente no período de globalização controlada, quando o mercado interno cumpria papel determinante, não havia

---

<sup>40</sup> Sabe-se, por exemplo, que o termo globalização foi utilizado nos anos 80 nas Escolas de Administração nos EUA; depois disto, o próprio conceito *globalizou-se* também para outras áreas do conhecimento. Alguns, especialmente os franceses, preferem o termo *mundialização*.

desregulamentação financeira e os gastos sociais e o nível de emprego se expandiam de forma contínua, apesar das diferenças regionais. O Brasil, aliás figura como um caso típico em que as políticas de abertura não trouxeram o prometido em termos de expansão do crescimento, especialmente se comparado com o período anterior de crescimento para dentro.

[...] não basta abrir a economia para desfrutar das possíveis vantagens da globalização. As relações entre abertura e desenvolvimento econômico são no mínimo complexas. Faz-se necessário perguntar, portanto, quais as políticas seletivas de abertura mais sintonizadas com o crescimento e qual o papel do Estado e do mercado interno para tornar concretas estas vantagens (POCHMANN, 2004, p. 23).

Assim, deve-se observar de que modo este processo vem ocorrendo em países periféricos e, ao mesmo tempo, centrais, significando ultrapassar os limites do local sem, todavia, deixá-lo de lado, já que observar o global implica, necessariamente, em uma análise localizada (embora muitas vezes esquecida), uma vez que o desenvolvimento global acarreta um desenvolvimento local como contraponto (ARNAUD, 1999, p. 23-24)<sup>41</sup>. Nesse sentido, a relação local x global é paradoxal e complementar, pois o local é, simultaneamente, parceiro e contra-ponto da globalização, na medida em que, com políticas públicas eficientes, é capaz de diminuir a insatisfação geral, criando um ambiente mais propício aos interesses globais, e de combater tais interesses mediante o fortalecimento e a proteção do cidadão contra a desestabilização decorrente da economia em escala global (ARNAUD, 1999, p. 23-24).

Ou seja, a globalização pode auxiliar no processo de alteração de uma dada situação. Se, até o presente, o movimento de mundialização e/ou globalização foi excludente é porque, em certa medida, pode também ser inclusivo. Por isso, com esta pesquisa pretende-se estudar de que forma, através da própria globalização, é possível encontrar novos caminhos, verificando-se de que modo o sistema do direito opera nesta situação altamente paradoxal.

Porém, não se pode perder de vista a situação paradoxal na qual se está inserido; não se pode falar em inclusão sem se falar na exclusão. E são as políticas públicas que refletem esta e outras contradições. A título de exemplificação, sabe-se que o processo de globalização criou novas formas de trabalho escravo. Segundo Kevin Bales (2000), no mundo há aproximadamente vinte e sete milhões de pessoas exercendo algum tipo de trabalho escravo, dentre estas, muitas “prestam serviços”

---

<sup>41</sup> O “local” é entendido, pois, como descentralização, desconcentração ou deslocalização dos locais de produção de norma jurídica no âmbito de um Estado.

em países centrais. Porém, não é somente este o dado que é estarrecedor, cabendo lembrar dos duzentos milhões de crianças envolvidas em trabalho infantil, prostituição e tráfico de drogas.

Neste início de século, como consequência das grandes alterações em curso, vê-se, por um lado, a consolidação de algumas utopias e, por outro lado, a desilusão com estes mesmos ideais. Observa-se, de uma parte, expectativas contempladas e, por outra parte, frustradas. Certos conceitos e valores parecem estar se exaurindo, vivendo-se, portanto, um momento de crise de paradigmas. De um lado, tudo é tudo - “tudo é educação ou tudo é amor” -; de outro, não se consegue precisar os limites de conceitos e de atividades, porque a cada dia novas dimensões dos conceitos vão surgindo e, paradoxalmente, surgem também novos limites.

Estas questões põem em choque legados históricos que se foram acumulando, causando perplexidade. O grave desta situação é que se perdem os referenciais constitutivos. Vê-se, hoje, por exemplo, uma banalização da violência, das relações sociais, dos conceitos fundamentais para a sobrevivência dos indivíduos, como o conceito de amor, que aparece como uma “fórmula mal acabada” para a resolução de problemas sociais. Ou seja, tem razão Boaventura de Souza Santos (2000) quando afirma que há, efetivamente, um desassossego no ar, pois se vive no tempo presente com expectativas positivas em relação ao futuro, porém, quando este futuro se concretiza como presente, têm-se nossas expectativas frustradas.

Os sentimentos como o amor, a fraternidade e a igualdade são possíveis porque são altamente improváveis. Esta é uma sociedade de risco e, como alternativa, tem-se sempre outro risco. Em outras palavras, embora se tenha construído várias instâncias para reduzir a complexidade, a cada vez que se pretende a redução desta mesma complexidade, se está incrementando-a. Como escreve o referido professor: este desassossego é fruto da nossa paradoxal experiência, ou, ainda, a vertigem da aceleração é também uma estagnação vertiginosa. O que em outras sociedades era eventual, hoje se transformou em provável. Os riscos modernos são incontornáveis, porque incontornáveis são suas possibilidades de solução. O público e o privado ora se confundem, ora se separam. Será este processo consequência da herança recebida nos últimos séculos?

A sociedade em que vivemos, conforme verificamos, herdou quatro séculos de individualismo competitivo, cuja motivação dominante era o poder sobre os outros; e nossa geração em particular é herdeira de muita ansiedade, isolamento e vazio pessoal, o que não se pode considerar um bom preparativo para o amor. [...] É bastante fácil deslizar para o reconfortante sentimento: o amor resolve tudo. Não há dúvida de que os problemas políticos e sociais deste mundo conturbado exigem atitudes de empatia, preocupação imaginativa, amor ao próximo e ao inimigo. Já observamos que o que falta a nossa sociedade é a experiência comunitária, baseada em trabalho de valor social e amor - e faltando à comunidade, caímos no seu substitutivo neurótico, a neurose do coletivismo (MAY, 1995, p. 199-200).

Este individualismo competitivo provoca uma situação contínua de desgaste, na qual a ideia de amor praticamente inexistente, mas, paradoxalmente, utiliza-se deste conceito para racionalizar as diferenças e as dificuldades. Com esta atitude, transfere-se a resolução dos problemas sociais sempre para o dia seguinte, ou para outras pessoas e instituições. Os indivíduos libertam-se do compromisso enquanto seres sociais responsáveis pela evolução da sociedade. É como se não fizessem parte deste mundo, vivendo-se em uma sociedade complexa e contingente, na qual continuamente diferenças são enfrentadas e criadas, podendo, inclusive, ser produzidas pela indiferença.

Falar em cidadania, ou em inclusão e exclusão, significa pensar na implementação dos direitos das pessoas enquanto seres humanos. Esta é uma discussão que requer cuidados desde seu enunciado, ou seja, qual o significado de falar-se em direitos do homem? Neste contexto, Resta (1996, p. 15) observa:

Espressione difficile da decifrare quella che viene richiamata nella formula diritti dell'uomo; difficile non appena ci si discosti da una retorica superficiale e per questo dannosa. È difficile perchè mette insieme due enigmi, diritti e uomo, che combinandosi moltiplicano i campi di incertezza; ma mai come in questo caso bisogna decomporre tutte le ambiguità se si vuol dare senso a questa affermazione sempre sospesa tra diritto, morale, politica, sfera della vita. <sup>42</sup>

O autor considera os termos *direito* e *homem* como enigmáticos; logo, a combinação dos termos também se apresenta como complexa e incerta. Além disto, torna-se necessário retomar a relação do Direito com a moral e com a política. Retorna-se à ideia de uma sociedade altamente complexa e contingente, na qual o

---

<sup>42</sup> Tradução livre: "Expressão difícil de decifrar aquela que vem contida na fórmula direitos do homem; difícil não apenas numa retórica superficial e, por isso, danosa. É difícil porque coloca junto dois enigmas, direitos e homem, que se combinando multiplicam os campos de incertezas; mas nunca como neste caso necessita decompor todas as ambiguidades se pretende-se dar sentido a esta afirmação sempre suspensa entre direito, moral, política, esfera da vida."

Direito não se apresenta como um sistema social que produz segurança e certeza, mas como um sistema social que produz constantemente diferenças. Por isso, compartilha-se com o autor esta preocupação, ou seja, quando se aborda a questão “direitos dos homens” é preciso, antes de tudo, decodificar muitos enigmas. Oportunas, neste aspecto, são as observações de Kapstein (1999, p. 123):

Ogni cambiamento economico ha un impatto sociale: una delle grandi sfide che le politiche pubbliche si travano ad affrontare è rappresentata proprio da una gestione di questi cambiamenti che sia finalizzata a rendere più ampia possibile la quota di ricchezza di ognuno e che minimizzi, allo stesso tempo, i danni che potrebbero subirne individui e gruppi particolari... La mia idea è che un numero sempre maggiore di persone considera l'economia mondiale sbilanciata a favore di un ristretto numero di investitori di capitale ad alta mobilità e a scapito di masse di lavoratori sostanzialmente immobili, la struttura attuale di questa economia non avrà vita lunga. La globalizzazione non è infatti una forza inevitabile della storia, bensì la conseguenza di scelte di consumo di beni e servizi, hanno fatto passare in secondo piano gli interessi e le preoccupazioni dei lavoratori.<sup>43</sup>

Neste sentido, portanto, é preciso questionar constantemente o modo pelo qual as políticas públicas são efetivamente políticas de inclusão social. Esta pergunta vem sendo feita por muitos operadores sociais. Porém, as respostas parecem cada vez mais difíceis de apontar soluções. Uma questão aparece como consenso: o Estado é fundamental, ou seja, é a condição *sine qua non* para implementação de políticas públicas mais inclusivas. Contudo, é preciso falar de outro tipo de Estado: um Estado forte, no sentido social, que seja capaz de enfrentar as estratégias excludentes em uma sociedade complexa e paradoxal como a atual.

### **As políticas públicas no contexto constitucional**

A relação entre o Constitucionalismo Contemporâneo e as Políticas Públicas, bem como a profunda influência dos princípios constitucionais na elaboração das atuais políticas públicas são temas que merecem destaque. Porém, o entendimento do próprio constitucionalismo deve ser revisto, ou melhor, readequado para uma

---

<sup>43</sup> Tradução livre: "Toda mudança econômica tem um impacto social: um dos grandes desafios que as políticas públicas devem enfrentar é representada por uma gestão destas mudanças, a qual tornará mais ampla possível a cota de riqueza de cada um e minimizará, ao mesmo tempo, os danos que poderiam aparecer para os indivíduos e grupos particulares... A minha ideia é que se um número sempre maior de pessoas considera a economia mundial fortemente a favor de um pequeno número de investidores de capital e de alta mobilidade e contra a massa de trabalhadores substancialmente imóveis, a estrutura atual desta economia não terá vida longa. A globalização não é de fato, uma força inevitável da história, mas a consequência de escolhas de políticas públicas que, mesmo havendo sem dúvida favorecido o consumo de bens e serviços, também fez passar a segundo plano os interesses e as preocupações dos trabalhadores".

realidade diferenciada como a hodierna. Assim, é oportuno pensar nas ideias apresentadas por Resta (2004, p. 87) quando alude a uma Constituição sem inimigos:

Não se trata de pensar em uma nova versão da "república dos juizes", mas em qualquer coisa que há por fazer com o problema da "custódia da Constituição". Se a esfera pública está no reconhecimento dos direitos fundamentais do homem e esses não podem revoltar-se contra os poderes, as Cortes são o lugar onde se articula democracia. Isso explica, ainda, como nunca nos atuais organismos judiciários europeus se olha para a Constituição como qualquer coisa que faz perder o poder às estruturas existentes que julgam sobre a base dos tratados, com as suas influências e as suas mediações, e que decidem sobre direitos humanos sobre a base de representações proporcionais dos juizes nacionais. E talvez a abstração das Cartas, dos seus conteúdos e dos seus procedimentos pode ser um antídoto eficaz nos confrontos dos velhos e novos "poderes influentes" e das inéditas burocracias autoritárias colocadas em pé das instituições comunitárias.

Uma Constituição sem Estado é, então, não o lugar frágil, vacilante, disforme, da política, mas a sua afirmação mais significativa para um "Estado de natureza pacífico" como a Europa foi definida; porque sobre isso se quer verdadeiramente investir sem falsidade.

O que propõe o autor é uma profunda reflexão sobre os novos rumos desta sociedade, as novas formas de agir e interagir. Neste contexto é, então, fundamental pensar em outro tipo de Estado e em outro tipo de pacto. Resta (2004) propõe um pacto entre irmãos, um pacto entre iguais. Manuel Castells (1999, p. 164-165), neste sentido, apresenta várias possibilidades de transformação do Estado e da sociedade ao tratar de um "Estado-rede":

Assim, surge um novo tipo de Estado, que não é o Estado-nação, mas que não elimina e sim o redefine. O Estado que denomino de Estado-rede se caracteriza por compartilhar a autoridade (ou seja, a capacidade institucional de impor uma decisão) através de uma série de instituições. Uma rede, por definição, não tem centros e sim nós, de diferentes dimensões e com relações intermodais que são frequentemente assimétricas. Mas, enfim, todos os nós são necessários para a existência da rede. [...] Estado-rede é o Estado da era da informação, a forma política que permite a gestão cotidiana da tensão entre o local e o global.

Todos estes problemas só podem ser encaminhados através de operadores sociais, entre os quais também os políticos, que façam a diferença em uma sociedade indiferente como a contemporânea. Sobre a ideia apresentada por Castells, também oportunas são as observações feitas por Rodotà (2004, p. 40):

L'Unione europea è oggi la più grande regione del mondo dove si stanno appunto sperimentando forme di regolazione collocate ad un livello superiore a quello nazionale, rendendo già evidente la possibilità concreta di disciplina sovranazionale.

Non ci si può limitare, quindi, a registrare lo straordinario e inedito sviluppo delle forze produttive, che incide a tal punto sulla dimensione istituzionale da far della nascita (pgXXXIX) di uno <<stato a rete>>. Bisogna indagare il modo in cui a ciò reagisce il sistema mondo, dove si registrano risposte differenziate, presenze di attori molteplici, dislocazioni nuove dei poteri, soggetti e fonti molteplici di regolazione.<sup>44</sup>

Desta forma, somente através de uma nova perspectiva jurídica será possível a efetivação de políticas públicas cosmopolitas, capazes de tutelar os direitos fundamentais. Pois questões que até pouco tempo eram de competência interna perderão essa denotação. Basta pensar nas graves violações dos direitos fundamentais cometidos por um Estado no seu território. Exemplos disso são o genocídio ou a segregação racial que devem ser considerados como crimes internacionais assim como o são a poluição ambiental do mar e da atmosfera, que pela sua relevância transnacional, não podem mais ser consideradas como questões puramente internas, nacionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como o século XX foi o palco dos direitos individuais e sociais, o século XXI também o deve ser, sob pena de se colocar em risco a própria existência humana. Deve-se, assim, preservar a era dos direitos de terceira e quarta dimensão - como o direito à paz, à cooperação, o direito ao desenvolvimento sustentável, o direito a um meio ambiente equilibrado e saudável, os direitos de solidariedade, apenas para exemplificar -, porque eles estão intrinsecamente vinculados aos direitos fundamentais, às políticas públicas e à indispensável fraternidade. Isso porque é o interesse comum da humanidade que deve determinar toda e qualquer ação social, mediante a defesa da bandeira da fraternidade, esquecida nas

---

<sup>44</sup> Tradução livre: "A União Europeia é hoje a maior região do mundo onde se experimentam formas de regulação colocadas a um nível superior àquele nacional, tornando já evidente a possibilidade concreta de disciplina supranacional. Não se pode limitar, então, a registrar o extraordinário e inédito desenvolvimento das forças produtivas, que incide a tal ponto sobre a dimensão institucional de um 'estado rede'. Necessário indagar o mundo no qual a isso se reage o sistema mundo, onde se registram respostas diferenciadas, presença de atores múltiplos, novos deslocamentos de poder, sujeitos e fontes múltiplas de regulação."

masmorras da Revolução Francesa, fato que talvez pode significar o motivo do fracasso das políticas ditas includentes.

Sabe-se da necessidade de aprofundar novas teorias que possam realmente dar conta da análise de uma sociedade mundial, na qual os direitos fundamentais devem ser tutelados à luz de outro tipo de direito, um direito cosmopolita, um direito que inclui, um direito fundado no pacto entre irmãos. Por isso, existe o interesse de aprofundar os estudos a respeito do Direito Fraternal.

Desta forma, surge uma marcante inquietação vivenciada frente a análise e estudo da sociedade contemporânea, na medida em que, para que se possa vislumbrar um amanhã de todos e para todos os seres humanos, é preciso refletir o que se vive no presente, reavaliando a comunidade em que se está inserido sem, contudo, esquecer-se de que a humanidade vive em uma aldeia global, na qual a implementação dos interesses coletivos deve sobrepor-se aos interesses individuais, considerando-se o respeito a valores supremos, como os direitos fundamentais, essenciais e indisponíveis.

Portanto, ao refletir-se acerca das políticas públicas e direitos fundamentais, tendo como referencial o Direito Fraternal, pode-se verificar que a ideia de ausência de soberania nacional, a utilização pacífica dos recursos e a gestão em comum são pressupostos nele presentes. Quando se trata de uma sociedade cosmopolita pressupõe-se que os direitos também sejam efetivados, quando se trata da Constituição sem Estado fala-se em ultrapassar os limites ditados por qualquer “soberano”, e, ainda, quando se afirma a importância do pacto entre iguais – no qual o soberano não é eliminado, mas aparece como um igual - possibilitando pensar-se numa ideia da não-violência, permite-se falar em efetivação dos direitos fundamentais através de políticas públicas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNAUD, André-Jean. **O Direito entre modernidade e globalização**. Rio de Janeiro Renovar, 1999.

BALES, Kevin. **La nueva esclavitud en la economía global**. Madrid, Sigloveintiuno, 2000.

BECK, Ulrich. **Lo sguardo cosmopolita**. Carocci: Roma, 2005.

BLANCHOT, M. **Pour l'amitié**. Fourbis, Paris, 1996.



- CANETTI, E. **Massa e potere**. Adelphi, Milano, 1981.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. v. 2 e 3. São Paulo: Paz e terra. 1999.
- DERRIDA, Jacques. **De que amanhã: diálogo/Jacques Derrida; Elisabeth Roudinesco**; Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GANDHI, Mohandas Karamchand. **Teoria e pratica della non-violenza**. Traduzione di Fabrizio Grillenzoni e Silvia Calamandrei. Einaudi, 1996.
- GRAU, Eros Roberto. *Prefácio*. In: RESTA, Eligio. **O Direito Fraterno**. Tradução e coordenação de Sandra Regina Martini Vial. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. **L'occidente diviso**. Traduzione di Mario Carpitella. Roma-Bari: Editori Laterza, 2005.
- KAPSTEIN, Ethan. **Governare l'economia globale**. Traduzione Elena Ganelli. Asterios Delithanassis Editore: Trieste, 1999.
- MAY, Rollo. **Amor e Vontade**. São Paulo: Vozes, 1995.
- MEADE, James Edward. **Trade and Welfare**. Oxford: University Press, 1955.
- POCHMANN, Márcio (et. al.). **Atlas da exclusão social**. v. 4. São Paulo: Cortez: 2004.
- RESTA, Eligio. **La certezza e la speranza**. 2 ed. Roma-Bari, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Poteri e diritto**. Torino: G. Giappichelli, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Diritto Fraterno**. Roma: Laterza, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Per un Diritto Fraterno**. In: FINELLI, R. (et. al). *Globalizzazione e Diritti Futuri*. Roma: Manif, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O Direito Fraterno**. Tradução e coordenação de Sandra Regina Martini Vial. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- RODOTÀ, Stefano. **Tecnopolitica – La democrazia e le nuove tecnologie della comunicazione**. Roma-Bari: Laterza & Figli Spa, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. v. 1 e 2. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

## CARACTERIZACIÓN DEL MERCADO DE ADULTOS MAYORES DE LA CIUDAD DE RESISTENCIA, ARGENTINA

Jorge Guillermo Odriozola<sup>45</sup>

María Gabriela Latorre<sup>46</sup>

### RESUMEN

Los adultos mayores cuentan en la actualidad con una expectativa de vida mayor y mucho más activa que las generaciones que los precedieron. En esta perspectiva, quienes toman decisiones de mercado deben estar alertas a las nuevas y crecientes necesidades que emergen de este segmento a efectos de satisfacerlas de la mejor manera posible. Esta investigación pretende mostrar los primeros resultados sobre las características sociodemográficas, los hábitos de compra, el uso de la tecnología y del tiempo libre de los adultos mayores de la ciudad de Resistencia, Argentina. Se utilizó una metodología de enfoque cuali-cuantitativo, exploratorio-descriptivo, utilizándose una muestra proporcionada por género y edad; para recopilar los datos se aplicó una encuesta personal. Las principales conclusiones arrojaron que el segmento de adultos mayores tiene acceso a una jubilación como principal fuente de ingresos, su nivel de educación es terciario incompleto y su principal ocupación fue la de empleados no calificados, son decisores y ejecutores de las compras de alimentos en su hogar, prefiriendo al supermercado como boca de venta para esas compras. Es alto el uso del celular, no así el de las computadoras. Utilizan su tiempo libre para actividades físicas y para la vida social y familiar.

**Palabras claves:** Adultos mayores. Oportunidades comerciales. Segmento de mercado.

### ABSTRACT

Older adults now have a longer and much more active life expectancy than the generations that preceded them. In this perspective, those who make market decisions must be alert to the new and growing needs that emerge from this segment in order to satisfy them in the best possible way. This research aims to show the first results on the sociodemographic characteristics, the habits of purchase, the use of technology and free time of the older adults of the city of Resistencia, Argentina. A qualitative-quantitative, exploratory-descriptive approach was used, using a sample provided by gender and age; A personal survey was used to collect the data. The main conclusions were that the elderly segment has access to retirement as a main source of income, education level is incomplete tertiary and their main occupation was unskilled employees, are decision makers and executors of food purchases in their Home, preferring the supermarket as a sales outlet for those purchases. The

---

<sup>45</sup> Docente de la Universidad Nacional del Nordeste. Doctorando en Administración. Magister en Marketing. E-mail: ggodriozola@eco.unne.edu.ar

<sup>46</sup> Universidad Nacional del Nordeste. Email: mgabrielalatorre@gmail.com

use of cell phones is high, but not that of computers. They use their free time for physical activities and for social and family life.

## 1 INTRODUCCIÓN

La población mayor de 60 años es el segmento etario de mayor crecimiento en la actualidad y en todos los países del mundo. El incremento en la esperanza de vida tiene como resultado el envejecimiento demográfico. En la Argentina, este mercado potencial se incrementa año tras año; viajes, actividades físicas, vida al aire libre, nuevos trabajos, nuevas formas de ahorrar y toda actividad que les den la posibilidad de mantenerse vitales en esta etapa de sus vidas. Esto implica nuevas oportunidades para productos y servicios dirigidas hacia este segmento en particular (Blackwell, 2002).

En esta perspectiva, quienes toman decisiones de mercado deben estar alertas a las nuevas y crecientes necesidades que emergen de este segmento a efectos de satisfacerlas de la mejor manera posible.

Para ello, se debe conocer y aplicar el denominado “marketing de las edades de la vida”, debido a que el ingreso a la tercera edad brinda a las empresas nuevas oportunidades de negocios concentrados en aspectos como la familia, salud, ocio y finanzas, entre otras. En este momento de la vida las posesiones materiales tienen un valor relativo ante la búsqueda de experiencias que alimenten cuerpo, alma y espíritu. (Furlong, 2007)

Esta publicación muestra los primeros resultados de carácter exploratorio sobre las características sociodemográficas, los hábitos de compra, relación con la tecnología y el uso del tiempo libre de los adultos mayores de la ciudad de Resistencia, Argentina.

Para llevarla a cabo, se utilizó una metodología de enfoque cuali-cuantitativo, de diseño descriptivo, se utilizó una muestra no probabilística por cuotas, utilizando dos categorías, género y edad. Para la captura de datos se utilizó un cuestionario estructurado, aplicando la técnica de la encuesta personal. Los datos fueron analizados a través de los softwares Infostat y Dyane V.4.

Los principales resultados exponen que el segmento de adultos mayores tiene acceso a una jubilación como principal fuente de ingresos, en su mayoría poseen cobertura médica, accedieron a una educación terciaria incompleta y su principal

ocupación fue la de empleados en relación de dependencia, en empleos no calificados. Son decisores y ejecutores de las compras de alimentos en su hogar, prefiriendo al supermercado y al almacén como bocas de venta para esas compras por cuestiones de precio y cercanía al domicilio. Es alto el uso del celular, al que utilizan para comunicarse y en menor medida para otros usos (mensajes y whatsapp). Usan computadora la mitad de los encuestados (47 %). Utilizan su tiempo libre para llevar a cabo actividades físicas y para la vida social. En su mayoría han viajado en los últimos años, realizando sus viajes por turismo y cuestiones relativas a su familia.

## 2 METODOLOGIA

Como actividad preliminar, se llevó a cabo una pesquisa de información referente al sector bajo estudio a través de sitios webs, libros especializados, artículos periodísticos, visitas a instituciones y consultas a expertos para un conocimiento inicial.

Se llevaron a cabo entrevistas personales con expertos, autoridades de organizaciones de jubilados, obras sociales, médicos gerontólogos y terapeutas.

La sesión de grupo o "Focus Group" incluyó participantes a través de una selección por conveniencia de los adultos mayores, que reunieran las condiciones del diseño de la investigación. Se llevó a cabo dentro de las instalaciones del Centro Cultural Nordeste (UNNE), donde se utilizaron las plataformas de audio y grabación. Se programaron dos grupos foco identificados por sexo, cada uno con su moderador, quienes guiaban la conversación entre los integrantes, brindándoles temas e imágenes proyectivas acerca de las variables: tiempo libre y uso de la tecnología. Fueron convocados 6 integrantes para cada grupo. Los resultados obtenidos se integraron al resto de la información recolectada para la formulación de cuestionario.

Los lugares de intercepción de los encuestados y días y horarios del trabajo de campo fueron: Domiciliaria (31%), Centro de jubilados y Asociaciones (25%), Clubes sociales, deportivos y gimnasios (23%), zona céntrica de la ciudad (peatonal y plazas centrales) (13%) y consultorios médicos, centros de salud y obras sociales



El tamaño de la muestra para un 6,5% de error y 95% de confianza estuvo constituida por 235 personas. La población objetivo fueron hombres y mujeres mayores de 60 años, con residencia en la ciudad de Resistencia, Argentina.

La muestra total incluyó 96 varones y 139 mujeres. El tamaño se determinó de acuerdo a las proporciones de datos del censo que publica el Instituto Nacional de Estadísticas y Censo - INDEC, referidos a la cantidad de personas en las edades anteriormente mencionadas, divididos por sexo, para el Departamento San Fernando (ciudad de Resistencia). Existen 36.795 personas con edad entre 60 y 80 años, de los cuales, el 32% (9.468) son hombres y el 68% (27.327) son mujeres.

Para la carga, procesamiento y análisis de datos fueron utilizados los programas InfoStat y Dyane versión 4.

El cuestionario se diseñó en talleres de grupo, donde se analizaron e identificaron variables relevantes del sector, recabadas en las fases anteriores del proceso de investigación, siendo éstas: Nivel socioeconómico (NSE) y hábitos de consumo, uso de tecnología y tiempo libre. A continuación se presenta el Modelo de Cuestionario utilizado:

### **3 LIMITACIONES A LA INVESTIGACIÓN**

Las encuestas personales –salvo la cuota domiciliaria del 31 %- se realizaron en forma coincidental en los lugares previamente identificados mencionados en el punto 2.

El relevamiento de información sobre decisiones y lugares de compra, limitó la selección de los encuestados a aquellos que estuvieran en condiciones físicas para movilizarse y darse a entender.

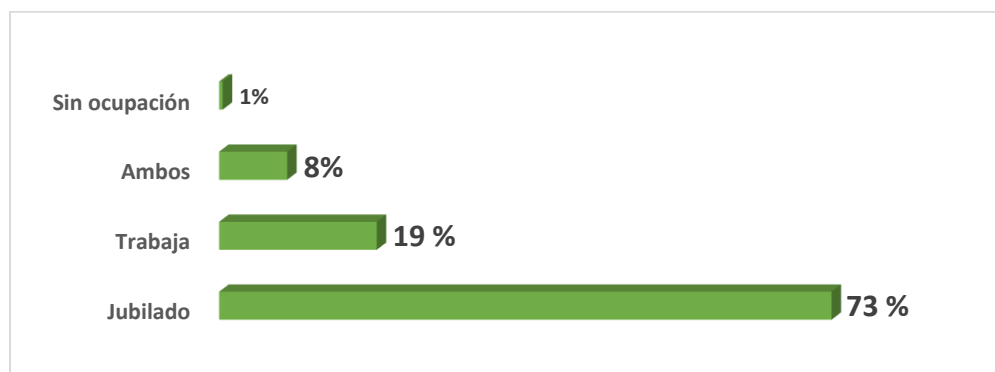
### **4 RESULTADOS OBTENIDOS**

#### **4.1 Aspectos sociodemográficos**

##### **4.1.1 Fuente de ingresos**

El siguiente gráfico expone resultados que reflejan que la mayoría de los adultos mayores encuestados son jubilados, menos del 20 % trabaja y una menor porción que recibe beneficios jubilatorios sigue trabajando.

**Gráfico N° 1: Ocupación de los encuestados**



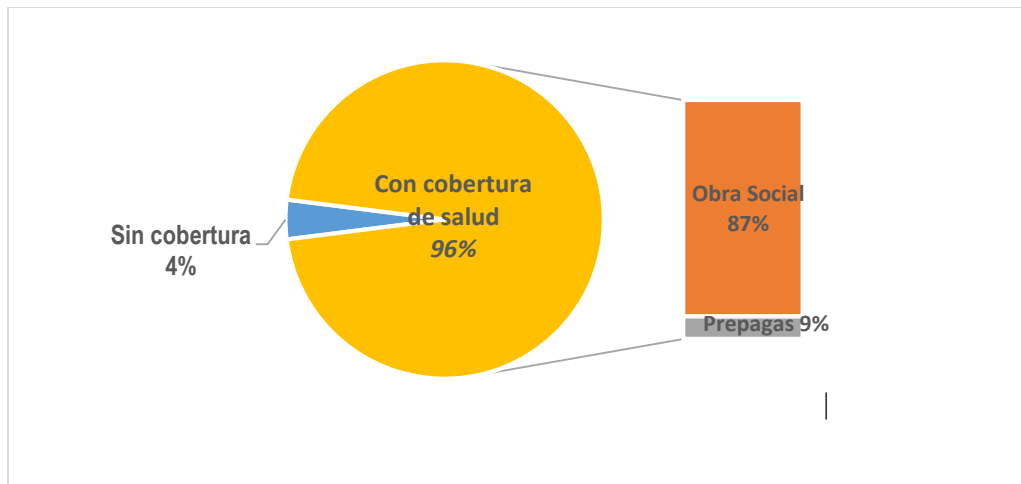
Fuente: Datos recolectados en campo y analizados en DyANE V.4

#### 4.1.2 Cobertura Médica

La información obtenida indica un elevado número de nuestros adultos mayores que cuentan con cobertura médica, en su mayoría a través de obras sociales y en una proporción menor con servicios de cobertura médica privadas (prepagas). Sólo un 4% de la totalidad de encuestados no tiene cobertura social.



**Gráfico No 2: Grado y tipo de cobertura médica**



Fuente: Datos recolectados en campo y analizados en DyANE V.4

#### 4.1.3 Rol en el Hogar y Núcleo de convivencia

El 60 % de los encuestados son el principal sostén del hogar, el 26% son considerados 2º aportante y el 14 % restante cumplen la función de ama de casa.

La investigación pone en evidencia una tendencia a conformar hogares mixtos, constituidos por adultos mayores junto con sus hijos (40%), siguiendo los hogares de convivencia con pareja (30%) y aquellos donde viven solos son el 29 %.



**Gráfico N°3: Núcleo de convivencia**

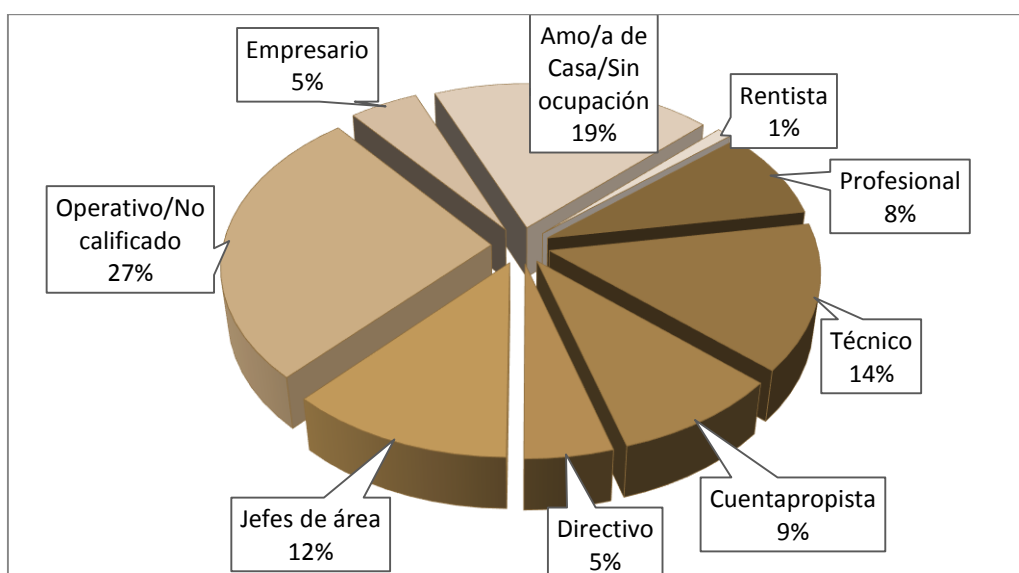
**Fuente:** Datos recolectados en campo y analizados en DyANE V.4

#### 4.1.4 Nivel de estudios y ocupación del principal sostén del hogar

Se observa una proporción mayor de adultos mayores con educación terciaria o universitaria incompleta (35%), quienes tienen secundaria completa son el 28% y quienes tienen estudios terciarios o universitarios con el 27%.

De informes preliminares, la tercera edad se caracteriza por haber tenido menos oportunidad de cursar estudios formales (UNESCO, 1999). Es posible que las características de las personas encuestadas y los lugares donde se recopilaban los datos hayan producido alguna variación.

Gráfico N°4: Tipo de ocupación



**Fuente:** Datos recolectados en campo y analizados en DyANE V.4

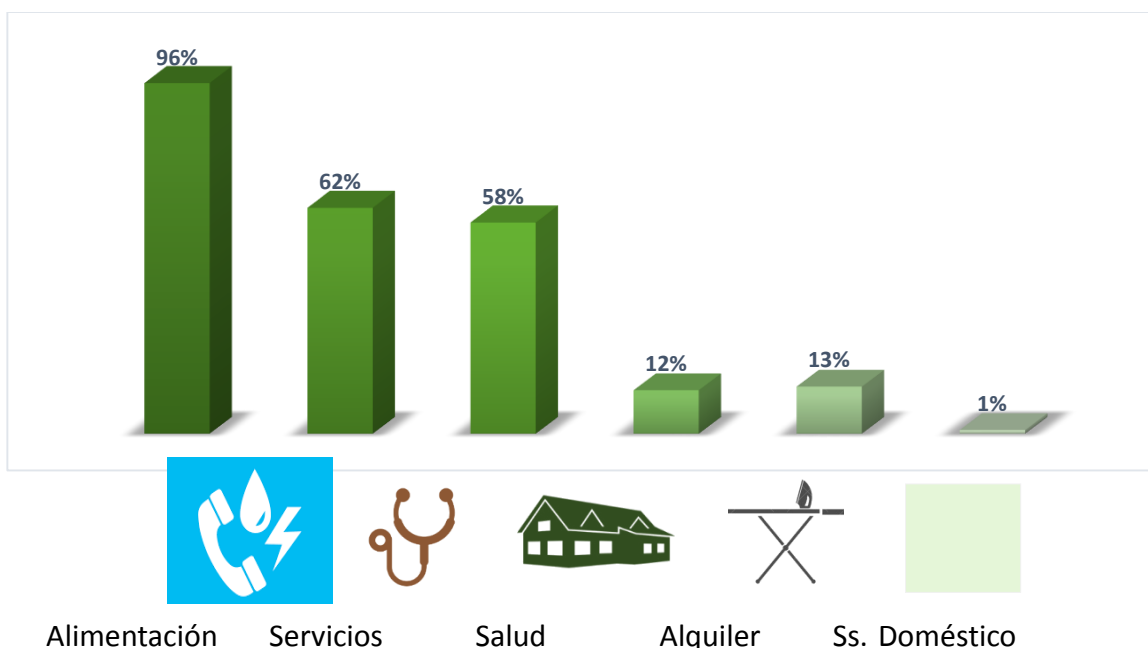
En cuanto a la principal categoría de ocupación corresponde a los que desarrollan/ron actividades operativas (empleados en relación de dependencia o actividades no calificadas). En segundo lugar encontramos a los desocupados o amas de casa con un 19%. Luego aparecen los técnicos y los jefes de área. Por debajo del 10 % se encuentran los cuentapropistas, profesionales, directivos y empresarios.

## 4.2 Cuestiones relacionados al consumo

### 4.2.1 Principales gastos mensuales

De la información recolectada concluimos que el gasto más importante por excelencia es el de alimentos, con un 96% de las respuestas. Luego los servicios públicos (62%), salud (58%), servicios domésticos (13%), (incluye servicio doméstico y personas de compañía domiciliaria) y alquiler (12%). La información recolectada del cuestionario con respecto a esta variable corresponde a una respuesta múltiple, por lo que un encuestado pudo haber manifestado varios egresos mensuales simultáneamente.

**Gráfico N° 5: Principales gastos mensuales (respuestas de opción múltiple)**



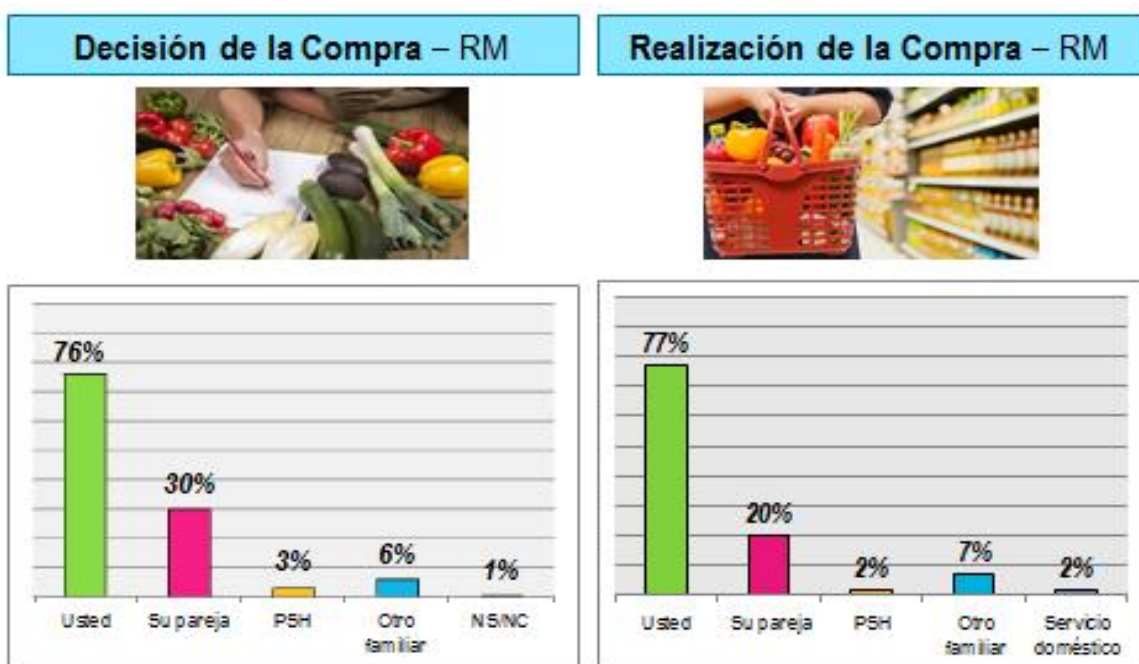
**Fuente:** Datos recolectados en campo y analizados en DyANE V.4

### 4.2.2 Decisión y realización de compras del hogar – RM

De los resultados de la investigación podemos destacar que las personas mayores de 60 años tienen en gran medida libertad y autonomía a la hora de decidir en sus compras como también en la realización de las mismas.

Aún en los entrevistados que viven con la familia (93 encuestados), los porcentajes de decisión de compra y de realización de compra superan el 70%, que nos permite opinar que nuestros adultos mayores son una gran influencia en el proceso decisión y realización de compra de los hogares.

**Gráfico N° 6: Decisión de compra y acto de compra**

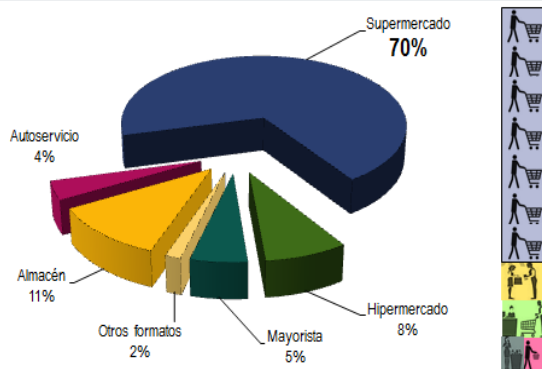


**Fuente:** Datos recolectados en campo y analizados en DyANE V.4

### 4.2.3 Formatos comerciales seleccionados y sus motivaciones de compra

**Gráfico N° 7: Lugares de compra de alimentos  
y motivos de preferencia por supermercados y almacenes**

**Lugares de compra de alimentos**



**Motivación de Compra**



**Fuente:** Datos recolectados en campo y analizados en DyANE V.4

Loudon (1995) identifica los factores que influyen en la elección de una boca de venta, que a su vez dependen del tipo de producto adquirido. La información evidencia una marcada tendencia de compras de alimentos en los supermercados. Las causas más destacadas de la motivación de compra en supermercados por encima de las demás opciones, fueron por precio y cercanía al domicilio.

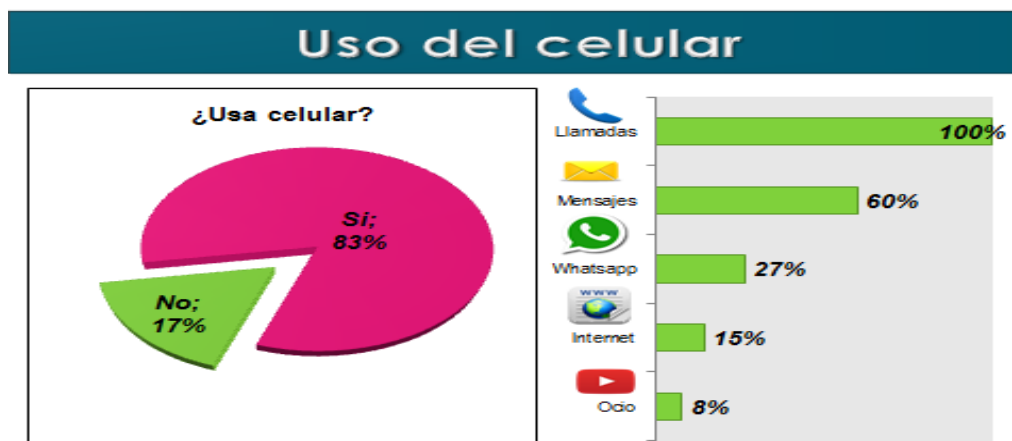
**4.3 Vinculación con la tecnología**

**4.3.1 Uso del Celular**

Analizando los datos recolectados vemos que el 83% de los encuestados utilizan celulares para comunicarse. Dicho análisis ratifica la elevada penetración del celular en todos los rangos etarios de la población.

El celular se ha convertido además en un instrumento de recreación o entretenimiento (en porcentajes cercanos al 10 %) y de vinculación familiar.

Gráfico N° 8: Uso del celular

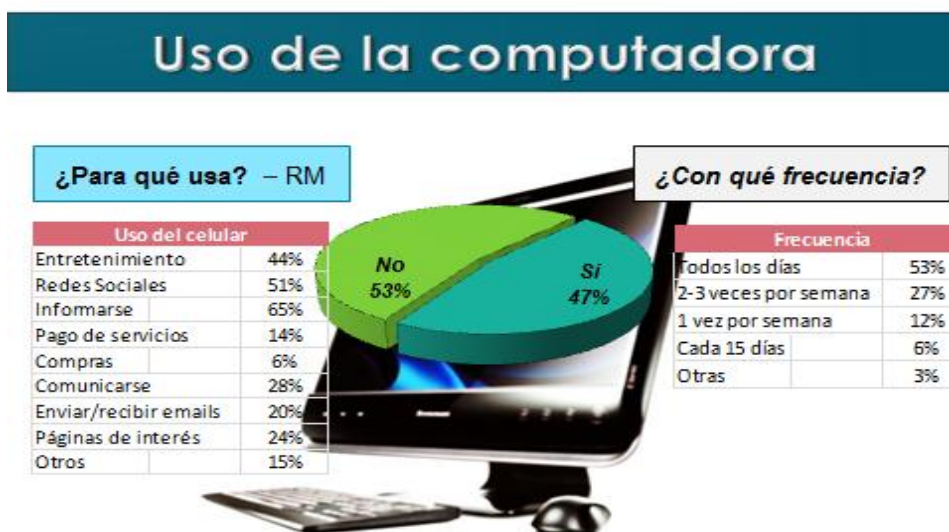


**Fuente:** Datos recolectados en campo y analizados en DyANE V.4

#### 4.3.2 Uso de la Computadora

En el caso de la computadora, el nivel de alcanza al 47 %. Las utilizations mayores se reportaron entre quienes la utilizan porque trabajan o han trabajado con ella en su vida laboral (una tabulación cruzada de datos muestra que el 66% de los que trabajan usan computadoras). Investigaciones anteriores reportan que los adultos mayores utilizan la computadora para informarse, leer diarios digitales o artículos de interés y además acceden a las redes sociales en porcentajes superior al 30%. Nuestras mediciones han resultado mayores.

Gráfico N° 9: Uso de la PC



**Fuente:** Datos recolectados en campo y analizados en DyANE V.4

El 65% de los encuestados utilizan como herramienta de información (diarios digitales) más rápidos y actualizados que un diario papel, para sentirse informados acerca de aquellos temas de interés general (esta observación surge de la pregunta de qué medios se informa).

El segundo uso que se le da a la computadora, es el acceso a las redes sociales. ¿Era posible prever hace 5 años atrás que más del 50% de los adultos mayores operarían en las redes?

En tercer lugar, encontramos al uso como entretenimiento, entendiendo como visita a páginas webs de interés, juegos, escuchar música, entre otras aplicaciones.

En relación a la frecuencia del uso, el 53% de los encuestados manifestó su uso diario, en menor medida aquellos que utilizan dos a tres veces por semana (27%) y una menor proporción aquellos que lo hacen con menos asiduidad.

### 4.3.3 Análisis bivariado del uso de la computadora y el celular con respecto al nivel educativo

Es elevado el contraste entre los niveles altos y bajos de instrucción respecto del uso de PC. Adviértase que el nivel de penetración de la PC en los hogares de adultos universitarios/posgrado es casi 20 veces mayor que aquellos que tienen el más bajo nivel de instrucción.

Los datos hallados respecto del uso del celular son diferentes. Si bien hemos verificado que el uso del celular es mayor en los adultos con mayor nivel de estudios, la brecha con los otros grupos de menores niveles de instrucción se reduce y alcanza niveles de penetración elevados (69%) aún en los adultos con menor nivel educativo.

**Gráfico N° 12: Relación entre el uso de la tecnología y el nivel educativo**

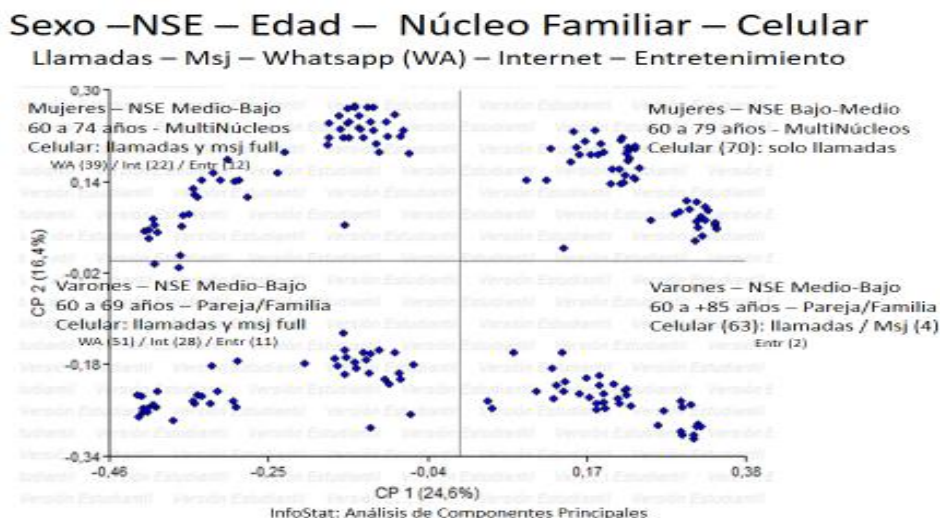


**Fuente:** Datos recolectados en campo y analizados en DyANE V.4

### 4.3.4 Análisis multivariado de componentes principales sobre el uso del celular en los adultos mayores



**Gráfico N° 13: Relación entre el uso de la tecnología y el nivel educativo**



**Fuente:** Datos recolectados en campo

El análisis multivariado (INFOSTAT) explica el máximo nivel de agrupamiento en función de las variables relevantes.

Considerando el uso del celular y las variables de sexo, nivel socioeconómico, edad, núcleo familiar, en el gráfico se exponen las 4 tipologías halladas.

### 4.3 Uso del tiempo libre

La información recopilada a través de los focus groups permitió identificar distintas actividades realizadas por los adultos mayores en su tiempo libre. Estas respuestas y la información secundaria disponible, permitió formular categorías y descriptores en el cuestionario utilizado. Los resultados se exponen a continuación:

El 51% de los encuestados expresó que realiza actividad física como actividad principal en su tiempo libre. Las reuniones con familiares y amigos es la segunda opción elegida con un 37% de respuestas.

La realización de actividades dentro y para el hogar, el que incluye también el cuidado de los nietos arroja un 31%. La televisión como medio de entretenimiento llega al 24% de los encuestados, con preferencia en los deportes (fútbol principalmente y novelas).

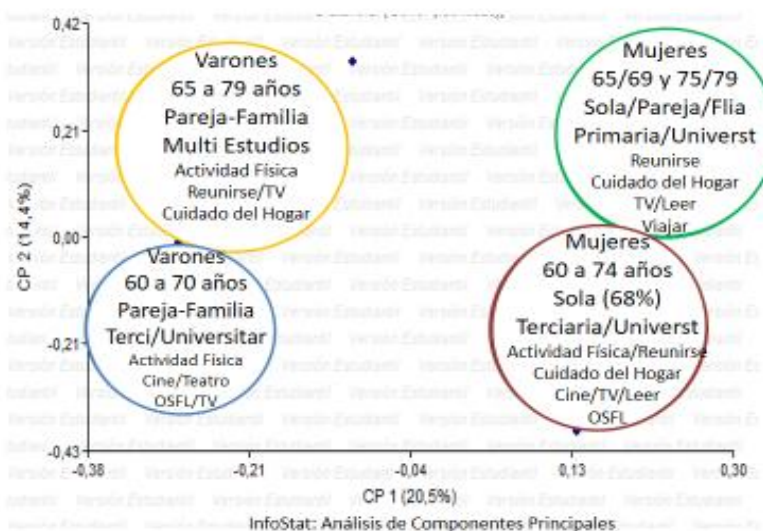
El 13% de las respuestas hacen referencia a las manualidades. En menos medida, un 6% está interesado por el baile y un 5% aquellos quienes expresaron su agrado por viajar.

#### 4.5 Particularidades del uso del tiempo libre

Las actividades realizadas en el tiempo libre y su interacción con el nivel de instrucción (variable de mayor explicación) en conjunto con sexo, edad y núcleo familiar, permiten caracterizar 4 tipos diferentes de adultos mayores como se expone en el gráfico:

**Gráfico Nº 13: Relaciones entre el uso del tiempo libre con variables género, edad y nivel educativo**

Sexo – Edad – Núcleo Familiar – Estudios -Tiempo Libre



**Fuente:** Datos recolectados en campo

### 5 CONSIDERACIONES FINALES

No es una línea prioritaria de investigación en Argentina el estudio de las personas de mayor edad. Al momento de presentar los resultados provisionales ante

diversas organizaciones públicas y privadas que han facilitado contactos de sus asociados o afiliados para realizar las encuestas, hemos sido sorprendidos por la gran cantidad de entidades e instituciones comprometidas y desarrollando acciones para este sector.

Un número mayor a las 100 entidades en la ciudad de Resistencia realizan esfuerzos desarticulados, con sus propias bases de datos e información para atenderlos de la mejor manera posible.

En pos de una mejor calidad de vida y servicio para los adultos mayores, la síntesis de los hallazgos expuesta y las particularidades y tipologías que se exponen en el punto 4, permitirán a las empresas, gobierno y actores sociales mejorar la oferta a un segmento etario de la sociedad que representa un 15% (y en aumento) de la sociedad.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACKWELL, R., MINIARD P. & ENGEL, J. **Comportamiento del Consumidor**. México: Thomson, 2002.

FURLONG, M. **El nuevo mercado de la tercera edad**. Financial Time Press, 2007.

INFOSTAT Software estadístico. **Análisis de componentes principales**. 2009. Disponible en: <http://www.infostat.com.ar/>

INSTITUTO DE LA UNESCO PARA LA EDUCACIÓN. **La educación de adultos y las personas de edad**. 1999. Disponible en [http://www.unesco.org/education/uie/confintea/pdf/8a\\_span.pdf](http://www.unesco.org/education/uie/confintea/pdf/8a_span.pdf)

LOUDON, D.; DELLA BITA, A. **Comportamiento del consumidor. Conceptos y aplicaciones**. México: McGraw-Hill, 1995.

SANTESMASES MESTRE, M. DYANE Versión 4. **Diseño y análisis de encuestas en investigación social y de mercados**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2009.



**URI**

Universidade Regional Integrada  
do Alto Uruguai e das Missões  
São Luiz Gonzaga

